



CEGeT
Centro de Estudos de
Geografia do Trabalho
Laboratório



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT)
Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS)
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

Tese de Doutorado

**Trabalho, Políticas Públicas e Resistência em
Assentamentos do estado de São Paulo: um estudo
do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).**

Ana Terra Reis

Presidente Prudente, dezembro de 2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia

CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

ANA TERRA REIS

**Trabalho, Políticas Públicas e Resistência em
Assentamentos do estado de São Paulo: um estudo
do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” (FCT/UNESP), como requisito obrigatório para obtenção do título de Doutora em Geografia, com orientação do Professor Doutor Antonio Thomaz Junior.

Presidente Prudente, dezembro de 2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Reis, Ana Terra.
R298t Trabalho, políticas públicas e resistência em assentamentos do estado de São Paulo : um estudo do programa de aquisição de alimentos (PAA) / Ana Terra Reis. - Presidente Prudente : [s.n.], 2015
169 f.: il.

Orientador: Antonio Thomaz Junior
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Trabalho. 2. Políticas Públicas. 3. Reforma Agrária. I. Reis, Ana Terra. II. Thomaz Junior, Antonio. III. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. IV. Título.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. ANTONIO THOMAZ JUNIOR
ORIENTADOR


Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO
(UFPE)


Prof. Dr. BERNARDO MANÇANO FERNANDES
(FCT/UNESP)


Profa. Dra. SONIA MARIA RIBEIRO DE SOUZA
(FCT/UNESP)


Prof. Dr. JOSÉ GILBERTO DE SOUZA
(UNESP/RIO CLARO)


ANA TERRA REIS

Presidente Prudente (SP), 18 de dezembro de 2015.

RESULTADO: APPROVADO

***Às trabalhadoras e aos trabalhadores sem-terra, que
ousam lutar por um mundo melhor, dedico este trabalho.***

AGRADECIMENTOS

Agradecer, reconhecer, relembrar é sempre fundamental em um trabalho como esse! Difícil é, talvez, ser injusta com tantas pessoas que contribuíram para que este doutorado fosse concluído.

Em primeiro lugar, é preciso agradecer o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sujeito coletivo que me ensina todos os dias e que me acolheu em suas fileiras desde que concluí a graduação, em 2006. Com cada sem terra que pude conviver, aprendi muito e essas lições de vida não são possíveis de serem descritas.

Ao Adalberto, companheiro de todas as horas, agradeço pelo amor, pela paciência e pela dedicação ao longo dos últimos sete anos, em que juntos construímos e desconstruímos projetos. Bel sempre esteve comprometido com a luta e me proporciona um olhar completamente diferente sobre o mundo.

Ao Francisco, nosso sem-terrinha, agradeço por cada sorriso, cada abraço e por aquele olhar dele quando me vê retornando das longas viagens de estudo ou de trabalho, me fazendo uma mãe muito feliz.

À minha mãe Iete e ao meu pai Zé Carlos, pela minha formação, por me ensinar o valor da militância, do trabalho, do estudo e pelo apoio incondicional de sempre. A minha irmã Rita pelo apoio, pela torcida e por não me deixar arrefecer em todos os momentos. Às minhas irmãs de coração Camila e Simone pela força de sempre!

À Maria Inês, Marisa e Mayara, três gerações de mulheres que ao longo do período do doutorado dividiram comigo e com Adalberto a tarefa dos cuidados com Francisco, sempre me deixando tranquila com a certeza de que tudo estava dando certo.

Aos companheiros da turma de mestrado Josué de Castro, que caminharam comigo nos dois primeiros anos, dividindo o pão, o prato, a casa e a sabedoria

militante! Simone, Gilvânia, Isabel, Ândrea, Julciane, Ana Emília, Alexandra, Maria, Léo, Nei, Álvaro, Vítor, Aelton, muito obrigada!

Aos amigos do Ceget, especialmente ao Diógenes por todos os correios feitos em Prudente, por todos os mapas, pela confiança e disponibilidade. Aos outros Cegeteiros, especialmente a José Dourado (*in memoriam*), por dividirem os conhecimentos e os espaços de aprendizado na Geografia.

Ao companheiro e professor Antonio Thomaz Junior, por ter aceitado o desafio de me orientar. Aos professores Carlos Alberto Feliciano, Luis Hocsman, Bernardo Mançano Fernandes, José Gilberto de Souza e Sonia Maria Ribeiro de Souza pelas valiosas ponderações nos dois momentos de qualificação e na defesa do trabalho final.

À Escola Nacional Florestan Fernandes e à Brigada Apolônio de Carvalho, pelo apoio incondicional dado nos últimos meses, tanto no nosso trabalho militante quanto nos momentos de convivência.

Ao companheiro e amigo Nivaldo Maia, por disponibilizar toda a base de dados da CONAB e ao Vinícius, por me prestar as informações sobre o acesso ao PAA nos assentamentos. Nossa caminhada conjunta nos proporcionou contribuir na consolidação do programa no estado de São Paulo desde 2006.

À Fabiana, Sidney e Elizete por me emprestarem seus olhares e lentes, através das fotografias que fazem parte deste trabalho do PE Pirituba II, do PE Gleba XV e do PA Zumbi dos Palmares.

Aos funcionários da Seção de Pós – Graduação, especialmente à Cínthia, por ajudar nos encaminhamentos e ao Programa de Pós Graduação da UNESP, por receber-nos enquanto estudantes da Via Campesina, Cátedra de Desenvolvimento Territorial e Educação do Campo e Unesco.

Enfim, agradeço à formidável oportunidade de aliar a prática militante com a teoria, respeitando todos que participam ajudando, como ilustrado por Cora Coralina, no poema “Conclusões de Aninha”.

Conclusões de Aninha

*Estavam ali parados. Marido e mulher.
Esperavam o carro. E foi que veio aquela da roça
tímida, humilde, sofrida.
Contou que o fogo, lá longe, tinha queimado seu rancho,
e tudo que tinha dentro.
Estava ali no comércio pedindo um auxílio para levantar
novo rancho e comprar suas pobrezinhas.*

*O homem ouviu. Abriu a carteira tirou uma cédula,
entregou sem palavra.
A mulher ouviu. Perguntou, indagou, especulou, aconselhou,
se comoveu e disse que Nossa Senhora havia de ajudar
E não abriu a bolsa.
Qual dos dois ajudou mais?*

*Donde se infere que o homem ajuda sem participar
e a mulher participa sem ajudar.
Da mesma forma aquela sentença:
"A quem te pedir um peixe, dá uma vara de pescar."
Pensando bem, não só a vara de pescar, também a linhada,
o anzol, a chumbada, a isca, apontar um poço piscoso
e ensinar a paciência do pescador.
Você faria isso, Leitor?
Antes que tudo isso se fizesse
o desvalido não morreria de fome?
Conclusão:
Na prática, a teoria é outra.*

Cora Coralina

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar as possibilidades de resistência protagonizadas pelos camponeses organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ao avanço do sistema metabólico do capital, a partir da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em assentamentos do estado de São Paulo.

Assim, desenvolvemos em um primeiro capítulo uma síntese acerca do papel do Estado e das políticas públicas que foram sendo desenvolvidas historicamente no Brasil e que reafirmaram o modelo produtivo baseado na grande propriedade, no monocultivo, na super-exploração do trabalho, na exportação de matérias-primas e na destruição do meio ambiente, em detrimento do desenvolvimento da agricultura de base camponesa.

Esta realidade histórica define o que é central para a questão agrária no estado de São Paulo, assunto que aprofundamos ao longo do segundo capítulo, abordando a face colonial arcaica do moderno agronegócio, especialmente no que se refere à produção dos cinco maiores cultivos do estado, quais sejam a cana de açúcar, os grãos, a silvicultura, a laranja e a pecuária bovina.

No terceiro capítulo abordamos a luta pela terra no estado de São Paulo, trazendo elementos sobre as políticas públicas de reforma agrária e sua consolidação em assentamentos que empreendem a resistência ao sistema metabólico do capital, principalmente quando desempenham o controle político no desenvolvimento destas políticas públicas.

Por fim, no quarto capítulo, apresentamos a sistematização dos dados de acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos PAA no estado de São Paulo, com vistas a demonstrar os potenciais de resistência decorrentes da implantação deste programa nos assentamentos de reforma agrária.

Conclui-se portanto o potencial emancipador do PAA, uma vez que possibilita o rompimento com os agentes de comercialização (atravessadores), a organização de cooperativas e associações, a maior participação de mulheres e jovens, a diversificação da produção, a mudança no modelo produtivo para a matriz agroecológica e o acesso a alimentos saudáveis para aqueles que vivem em situação de insegurança alimentar.

Palavras chave: Trabalho, Políticas Públicas, Reforma Agrária.

ABSTRACT

This paper aims to present the possibilities of resistance led by the Landless People Movement (MST) in the progress of the capital's metabolic system, parting from the implementation of the Food Acquisition's Program (PAA) in settlements of the State of São Paulo.

Therefore, we developed, in the first chapter, a summary about the role of the State and the public policies that have been developed historically in Brazil, and, that reaffirmed the productive model based in big properties, monocultures, the over-exploitation of the workers, the exportation of raw materials and the destruction of the natural environment, over the developing of peasant based agriculture.

This historical reality defines what's central for the agrarian issue in the State of São Paulo, matter in which we deepen through the second chapter, approaching the archaic colonial face of the modern agro-business, especially what refers to the production of the five biggest crops of the State, which are sugar cane, beans, forestry, orange, and cattle breeding.

In the third chapter, we approach the struggle for the land in the State of São Paulo, bringing elements about the public policies of agrarian reform and its consolidation in settlements that engage the capital's metabolic system's resistance, mainly when they play the political control in the developing of these public policies.

Finally, in chapter four, we present the systematization of the access data to the Food Acquisition's Program (PAA) in the State of São Paulo, looking forward to demonstrate the resistance potentials due to the implantation of this program in the settlements of the agrarian reform.

Therefore, the emancipatory potential of the Food Acquisition's Program (PAA) is perceived once it allows the rupture with the commercialization agents (the middleman), the organization of cooperatives and associations, the increasing participation of women and youth, the diversification of the production, the change from the productive model to the agroecology pattern and the access to healthy food for those who live in an unstable food situation.

Key words: Work, Public Policies, Agrarian Reform.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Crédito rural destinado e aplicado à agricultura empresarial e à agricultura familiar (2002 a 2013), em milhões de R\$.

Gráfico 2. Evolução do número de trabalhadores rurais assentados (2002 a 2013).

Gráfico 3. Área plantada de cana-de-açúcar - 2005 a 2015. (mil hectares)

Gráfico 4. Salários pagos aos cortadores de cana em São Paulo, Brasil (1985 a 2005).

Gráfico 5. Evolução da área de pastagens no estado de São Paulo, entre 1990 e 2014, segundo o IEA.

Gráfico 6. Área plantada em hectares de milho, milho safrinha, soja e cana-de-açúcar em São Paulo, entre 2000 e 2014, segundo dados do IEA.

Gráfico 7. Área plantada em hectares de arroz, feijão e trigo em São Paulo, entre 2000 e 2014, segundo dados do IEA.

Gráfico 8. Percentual de área produzida de grãos no ano 2000.

Gráfico 9. Percentual de área produzida de grãos no ano 2010.

Gráfico 10. Percentual de área produzida de grãos no ano 2014.

Gráfico 11. Área plantada de Eucaliptus e Pinus no estado de São Paulo entre 2000 e 2014.

Gráfico 12. Número de famílias acampadas entre 1999 e 2013.

Gráfico 13. Número de famílias assentadas entre 1999 e 2013.

Gráfico 14. Recursos destinados ao PAA entre 2003 e 2014, segundo a CONAB, em milhões de R\$.

Gráfico 15. Recursos destinados ao PAA no estado de São Paulo em milhões de R\$ (2003 e 2014).

LISTA DE MAPAS

MAPA 1. Municípios dos agricultores que acessaram o Programa de Aquisição de Alimentos no estado de São Paulo, nos anos de 2006 e 2014.

MAPA 2. Municípios recebedores de alimentos do PAA no ano de 2014, no estado de São Paulo.

MAPA 3. Número de projetos do PAA por município do estado de São Paulo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Distribuição de recursos do Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013.

Quadro 2. Especificidades por modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos, a partir de maio de 2.013.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Programas de comercialização institucional para o estado de São Paulo.

Tabela 2. Número de estabelecimentos por área no estado de São Paulo.

Tabela 3. Número de estabelecimentos por categoria de programas de Reforma Agrária no estado de São Paulo, em 2006.

Tabela 4. Assentamentos da antiga Fazenda Pirituba.

Tabela 5. Evolução do número de agricultores e de quantidade de alimentos (Kg), entre 2007 e 2014 no estado de São Paulo.

Tabela 6. Tipo de agricultor, número de beneficiários fornecedores e número de beneficiários recebedores do PAA no estado de São Paulo no ano de 2014.

Tabela 7. Perfil demográfico dos municípios que recebem o PAA no estado de São Paulo, no ano de 2014.

LISTA DE SIGLAS

ANVISA	Associação Nacional de Vigilância Sanitária
APALUFER	Associação de Produtores Luiz Fernando
ARA	Assessoria de Revisão Agrária
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CAI	Complexo Agroindustrial
CCA	Cooperativa Central de Reforma Agrária
CEB	Comunidade Eclesial de Base.
CEGET	Centro de Estudos em Geografia do Trabalho
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
COAPRI	Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária e Pequenos Produtores da Região de Itapeva.
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COPADEC	Cooperativa de Produção Agropecuária “Derli Cardoso”
COOPAFASP	Cooperativa da Agricultura Familiar do Sudoeste Paulista
COPANOSSA	Cooperativa de Produção Agropecuária “Nossa Senhora Aparecida
COPAVA	Cooperativa de Produção Agropecuária Vó Aparecida
CPT	Comissão Pastoral da Terra
COPROCOL	Cooperativa de Produção Coletiva
EDR	Escritório de Desenvolvimento Regional
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
EUA	Estados Unidos da América
FCAV	Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias
FCT	Faculdade de Ciências e Tecnologia
FEAP	Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista.
FERAESP	Federação dos Empregados Rurais Assalariados de São Paulo
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEA	Instituto de Economia Agrícola
IOS	Instituto do Observatório Social
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP	Instituto de Terras de São Paulo
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MASTER	Movimento de Agricultores Sem Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MPT	Ministério Público do Trabalho
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério Público do Trabalho
NERA	Núcleo de Estudos em Reforma Agrária
ONG	Organização Não Governamental
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Política Agrícola Comum
PCA	Paradigma do Capitalismo Agrário
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PGPAF	Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PGPM	Programa de Garantia de Preços Mínimos
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PNAD	Programa Nacional por Amostra de Domicílios.
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Programa Nacional de Assistência Técnica
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PPAIS	Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social.
PQA	Paradigma da Questão Agrária
PRA	Programa de Recuperação dos Assentamentos
PROCERA	Programa de crédito especial para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SAF	Sistema Agroflorestal
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SEAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SLCC	Suco de Laranja Concentrado Congelado
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
SUPRA	Superintendência de Política Agrária
SUREG	Superintendência Regional da CONAB
UADAF	Unidade de Apoio à Diversificação de Alimentos da Agricultura Familiar
UDR	União Democrática Ruralista
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICA	União da Indústria de Cana de açúcar.

SUMÁRIO

Apresentação	16
Introdução	19
Capítulo 1. Políticas públicas para a agricultura e a contradição entre capital e trabalho no campo.	33
1.1. Das <i>plantations</i> à primeira república: os pilares para a reprodução do latifúndio.	37
1.2. Do Estado Novo aos Complexos Agroindustriais.	42
1.3. Da redemocratização à consolidação do agronegócio.	47
1.4. A necessidade de lutar.	61
Capítulo 2. O sistema metabólico do capital e a questão agrária em São Paulo.	63
2.1. Caracterização da produção agropecuária no estado de São Paulo	65
2.2. Atualidade da luta pela Reforma Agrária	89
3. Um olhar sobre os assentamentos originários da luta pela terra no estado de São Paulo	94
3.1. A soberania alimentar enquanto estratégia de resistência	97
3.2. O PE Pirituba II e a Formação do MST no Sudoeste Paulista	109
4. O Programa de Aquisição de Alimentos no estado de São Paulo.	125
4.1. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): evolução e perspectivas	126
4.2. O PAA no estado de São Paulo	131
4.3. Os limites e as expectativas	143
4.4. A materialidade do PAA no PE Pirituba II	149
Considerações Finais	159
Referencias Bibliográficas	161

APRESENTAÇÃO

Esta tese contém os resultados da pesquisa “*Trabalho, Políticas Públicas e Resistência em Assentamentos do estado de São Paulo: um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)*”, realizada em nível de doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Presidente Prudente.

A pesquisa é fruto do esforço dos trabalhadores ligados à Via Campesina Brasil em articular um projeto de mestrado que contemplasse as demandas de formação de seus militantes, a partir da parceria com a Cátedra da UNESCO em Desenvolvimento Territorial e Educação do Campo e a Escola Nacional Florestan Fernandes, que deu origem ao Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Educação do Campo na América Latina e Caribe. A expectativa é que esta pesquisa contribua na construção de conhecimento acerca das experiências de luta e resistência dos trabalhadores assentados ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Ao analisar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) desde a perspectiva de sua implementação nos assentamentos originários da luta pela terra, observamos o potencial estruturante que este programa de governo tem, no sentido de contribuir para a resistência camponesa nos territórios conquistados.

No momento político pelo qual passamos em 2015, em que se acirram os conflitos de classe pela necessidade de reprodução do capital, com a reafirmação do modelo de desenvolvimento que historicamente privilegia os grandes proprietários e os capitalistas no campo em detrimento do campesinato, para nós, torna-se fundamental defender as conquistas das organizações sociais que lutam pela transformação da sociedade e o PAA está inserido no estreito leque destas conquistas.

Assim, estruturamos o texto de forma a sistematizar em nossa introdução os caminhos teóricos e metodológicos que deram sustentação à pesquisa, observando o trabalho e o território enquanto categorias que levaram à interpretação da realidade em que estão inseridos os assentamentos originários da luta pela terra.

Desenvolvemos em um primeiro capítulo uma síntese acerca do papel do Estado e das políticas públicas que foram sendo desenvolvidas historicamente no Brasil desde os tempos coloniais até a estruturação do modelo vigente do agronegócio exportador. Tais políticas de Estado reafirmaram ao longo de diversos ciclos econômicos o modelo produtivo baseado na grande propriedade fundiária, no monocultivo, na super-exploração do trabalho, na exportação de matérias-primas e na destruição do meio ambiente, em detrimento do desenvolvimento da agricultura de base camponesa.

Esta realidade histórica define o que é central para a questão agrária no estado de São Paulo, que apresenta-se com a face mais desenvolvida no que se refere ao sistema metabólico do capital desde o projeto de industrialização desenvolvido nos anos de 1930, assunto que aprofundamos ao longo do segundo capítulo, abordando a face colonial arcaica do moderno agronegócio, especialmente no que se refere à produção dos cinco maiores cultivos do estado, quais sejam a cana de açúcar, os grãos, a silvicultura, a laranja e a pecuária bovina.

Evidencia-se neste segundo capítulo a articulação dos poderes econômicos e políticos que fazem com que o estado de São Paulo apresente-se como uma referência ao modelo de vínculo entre a produção e a industrialização de *commodities* agrícolas em conexão com entre as oligarquias rurais, as empresas transnacionais e o capital financeiro.

No terceiro capítulo abordamos a luta pela terra no estado de São Paulo, trazendo elementos sobre as políticas públicas de reforma agrária e sua consolidação em assentamentos que empreendem a resistência ao sistema metabólico do capital, principalmente quando desempenham o controle político no desenvolvimento destas políticas públicas. Trataremos neste capítulo de nossa trajetória de atuação junto aos assentamentos, vivenciando a sociabilidade que entendemos vir sendo construída nesses territórios.

Aqui pretendemos tratar das formas como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi discutindo e transformando suas propostas políticas de consolidação dos territórios conquistados, tratando da constante conflitualidade com o avanço do capital e as formas de relação deste com os camponeses assentados.

Por fim, no quarto capítulo, apresentamos a sistematização dos dados de acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos PAA no estado de São Paulo, com vistas a demonstrar os potenciais de resistência decorrentes da implantação deste programa nos assentamentos de reforma agrária, bem como sua expansão desde a criação em 2003 até o ano de 2014, quando ainda apresentava-se como uma possibilidade de fortalecimento dos assentamentos.

Conclui-se ao final deste trabalho que o PAA apresenta um significativo potencial emancipador, uma vez que possibilita o rompimento com os agentes de comercialização (atravessadores) que historicamente estabeleceram-se como os apropriadores da renda da terra dos camponeses assentados; a consolidação de cooperativas e associações, como ferramentas de organização da produção das famílias assentadas; a maior participação de mulheres e jovens, principalmente pela possibilidade de geração de renda em pequenas extensões de terra, a diversificação da produção, a mudança no modelo produtivo para a matriz agroecológica e o acesso a alimentos saudáveis para aqueles que vivem em situação de insegurança alimentar.

Importante afirmar que este não é um trabalho conclusivo, que tivemos sérios limites no que se refere ao financiamento da pesquisa, não sendo possível aprofundar o trabalho de campo para além da experiência vivida, tendo que alterar os planos da pesquisa no decorrer da mesma. Cabe lembrar ainda nosso compromisso em construir uma pesquisa que tenha um posicionamento político claro, não neutro e de fortalecimento da experiência empreendida pelos trabalhadores sem terra na construção da sua autonomia produtiva e da soberania alimentar.

INTRODUÇÃO

Demarcar teoricamente o escopo deste trabalho é imprescindível para que leitor conheça as posições que adotamos a partir das categorias e conceitos que foram utilizados ao longo da pesquisa e que nos abrem a possibilidade de estabelecer diálogos, para tanto, apresentaremos nossa trajetória enquanto militante e pesquisadora.

Ao tentar abordar os elementos teóricos desta pesquisa, também primamos pelos elementos práticos, aliando a busca pela construção do conhecimento à luta pela transformação da realidade. Para nós o essencial é contribuir e reconhecer as possibilidades de construção de um novo mundo, de uma nova sociabilidade. Tal novo mundo será resultado da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida, rompendo com a submissão à lógica do capital, já a sociabilidade que buscamos construir cotidianamente, é a forma como esses trabalhadores forjam novas relações sociais, pautadas no respeito, na solidariedade e na necessidade de seguir lutando e resistindo pela melhoria das condições de trabalho e de vida.

Nossa contribuição e o compromisso com a transformação da realidade ganhou bases mais sólidas no ano de 2006, quando terminando a Faculdade de Agronomia, fomos fazer estágio optativo junto ao Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara”. O Centro colaborava, então, com a organização dos assentamentos e acampamentos e na articulação de projetos da região de Ribeirão Preto-SP.

Ali, pudemos iniciar uma trajetória que envolveu a organização do Projeto de Assentamento (PA) Mário Lago, antiga fazenda de produção de cana-de-açúcar e conquistada pela luta de aproximadamente 350 famílias de Sem Terras, e também, contribuir na organização da produção e da comercialização no assentamento Sepé Tiarajú, no município de Serrana com 80 famílias assentadas.

Os anos de 2006 e 2007 foram um período intenso de aprendizagem e a partir da experiência de execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no assentamento Sepé Tiarajú. Iniciamos ainda em 2007 a atuação em escala estadual,

contribuindo com a Cooperativa Central de Reforma Agrária (CCA) para implantação do PAA nas dez regiões do estado de São Paulo organizadas pelo MST.

Para além da experiência na região de Ribeirão Preto, passamos, em 2008, a atuar junto a doze organizações, associações e cooperativas, aprofundando e diversificando o conhecimento sobre a realidade dos assentamentos originários da luta pela terra, em São Paulo. Fomos a assentamentos antigos e consolidados, como na região de Itapeva, Pontal do Paranapanema, Iaras, Promissão e Sorocaba, e também em assentamentos próximos a grandes centros, como os da Grande São Paulo, do Vale do Paraíba e de Campinas. A atuação em todo o estado de São Paulo nos proporcionou questionar o papel do movimento social e do Estado, ficando clara a função do primeiro em organizar os trabalhadores, fazer as demandas por políticas públicas e manter o controle político nas mãos dos trabalhadores.

Entre 2009 e 2013, voltamos nossa atuação para o PE Pirituba II, situado entre os municípios de Itapeva e Itaberá. A realidade das famílias nessa região, altamente produtiva, que se consolida desde 1984, nos levou a contribuir com o desenvolvimento de alternativas para romper com a apropriação do capital sobre a produção das famílias, atuando principalmente na COAPRI (Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária e Pequenos Produtores da Região de Itapeva). A esse respeito, é importante destacar que quando iniciamos o mestrado e elaboramos a primeira proposta de pesquisa, vimos a necessidade de aprofundar o estudo sobre o papel do Estado, do avanço do capital e da resistência empreendida pelas famílias organizadas pelo MST naquela região.

A observação de uma sociabilidade diferente no interior dos assentamentos e da necessidade de acessar as políticas públicas para consolidação da resistência nos levou a buscar formas de entendimento da realidade e estudar o PAA enquanto um dos instrumentos de fortalecimento da resistência. A partir da produção de alimentos e da relação com os trabalhadores da cidade nos pareceu bastante necessário proceder uma elaboração teórica, inclusive para sistematizar as experiências que vinham sendo empreendidas nos assentamentos.

O PAA foi o primeiro programa de governo voltado à comercialização, abrindo possibilidades e ajudando a forjar outras políticas de mesmo cunho, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a versão paulista, o Programa Paulista da Alimentação de Interesse Social (PPAIS). Sendo o mais antigo programa, o PAA mostrou-se também o mais desburocratizado, sendo o de acesso mais fácil por parte das organizações de agricultores.

Sistematizar o estudo acerca do PAA neste ano de 2015, momento em que diversos direitos sociais e programas de governo sofrem sérios ataques por parte daqueles que priorizam as restrições orçamentárias dos aparelhos do Estado brasileiro em função de promover um apaziguamento da crise, é reafirmar a necessidade de que este programa torne-se uma política pública amparada pelas previsões orçamentárias, seja pelo seu caráter estruturante no que se refere à agricultura familiar, seja pelo seu caráter de política social que atende as populações em situação de insegurança alimentar.

Desafiamo-nos a apreender as contradições, com o propósito de desvendá-las e tomar partido, não perdendo o horizonte da responsabilidade ética que nos cabe enquanto militantes e pesquisadores. Aqui, não queremos trazer nenhuma justificativa, mas deixar clara a posição que adotamos na construção de nossa trajetória de pesquisa, comprometida com a análise dialética da realidade da luta de classes, acreditando também na parcialidade da ciência e na importância de desenvolver estudos que dialoguem com a realidade da classe trabalhadora que vive no campo.

Assim, buscaremos neste momento abordar nossa concepção de classe social, esclarecer os elementos que nos levaram a adotar a geografia do trabalho enquanto campo de pesquisa, utilizando o trabalho e o território enquanto categorias de análise para a compreensão da resistência dos trabalhadores do campo diante das contradições inerentes ao sistema metabólico do capital.

A necessidade de compreensão do trabalho enquanto categoria de análise deu-se também, a partir de nosso envolvimento com o movimento social. Lutar por terra, por melhores condições de vida e de trabalho deve ser mais do que lutar pela sobrevivência do indivíduo. A luta deve estar articulada, sempre, com a possibilidade

de construção de alternativas à realidade excludente, deve então, ser a concretização de uma nova sociabilidade, em que é possível romper com as amarras impostas pelo sistema metabólico do capital à sociedade.

No caso dos agricultores, essas amarras estão expressas na subsunção ao modelo de produção que vincula os pacotes tecnológicos do agronegócio à comercialização de *commodities* agrícolas, expressando a apropriação da renda capitalizada da terra na produção e na circulação das mercadorias, em detrimento da produção de alimentos.

Concordamos com Netto e Braz (2007, p. 29) quando afirmam que “o trabalho é uma categoria que, além de indispensável para a compreensão da atividade econômica, faz referência ao próprio modo de ser dos homens em sociedade”. Esta definição nos ajuda a entender e a traçar a trajetória de nossa análise no sentido de identificar as potencialidades de rompimento com a sociedade do capital a partir do desenvolvimento de novas relações de produção, representadas pelas formas de organização do trabalho que não reproduzem a lógica de apropriação imposta pelo capital. Nas palavras de Lessa (2006):

Trata-se de explorar as possibilidades reais, efetivas, inscritas nas contradições inerentes à ordem presente, para a superação dos estranhamentos nela operantes e evoluir para uma sociedade (ou seja, com as devidas mediações, para uma nova conformação da essência humana) na qual tais estranhamentos não mais possam operar. (LESSA, 2006, p.99).

Assim, concebemos o trabalho como a categoria mais adequada para a necessária abstração no entendimento da realidade, sendo que este permite superar todas as outras categorias, se reproduzindo sobre qualquer forma de organização social, uma vez que perpassa todas as formas de relação humana desde os tempos primitivos (MARX, 2008). Retomamos Netto e Braz (2007, p. 37), ao afirmarem que “o trabalho é fundante do ser social, precisamente porque é de ser social que falamos quando falamos de humanidade (sociedade)”.

Entender o ser humano enquanto ser social, definido pelas relações de trabalho em que está inserido, nos permite ainda, pensar as formas de emancipação

pelo trabalho, numa perspectiva de superação da exploração do homem pelo homem, ou ainda, na consolidação de alternativas diversas à ordem vigente.

Desta perspectiva, optar pela geografia do trabalho enquanto campo de pesquisa torna-se fundamental para apreender as transformações do território pela lógica do metabolismo do capital e as possibilidades de superação empreendidas através da luta dos trabalhadores, concretizadas nas resistências de classe. Nas palavras de Thomaz Júnior (2002):

Com as atenções voltadas, então, para a dialética do processo social, o trabalho sob o enfoque geográfico, é compreendido por nós, como expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, sendo que nesse seu *ir sendo* ou em seu *vir a ser* está inscrita a intenção ontologicamente ligada ao processo de humanização do homem. A dupla linha de ação entre a ideação, a previsibilidade (a finalidade), enfim a teleologia (inexistente na natureza), e a materialidade fundante (causalidade), formam uma conexão interativa que solda a práxis ontológica do trabalho diante do agir societal. (THOMAZ JUNIOR, 2002, p. 3).

No debate acerca das classes sociais, trazemos como diálogo as reflexões que apontam para a centralidade do trabalho, tendo como horizonte que as contradições inerentes da reprodução ampliada do capital não eliminaram este caminho teórico.

A busca por categorizar de forma definitiva o sujeito assentado como camponês, ou trabalhador assalariado, ou agricultor familiar têm permeado muitos debates no meio acadêmico. Para nós, torna-se fundamental continuar aprofundando este estudo, apreendendo as diferentes discussões que vêm sendo feitas no meio acadêmico acerca desta formulação e buscando elucidar o que é imprescindível e fundamental neste debate, para além de uma visão dogmática e definitiva acerca da vida daqueles que buscam a transformação da sociedade de classes.

Assim, concordamos com a análise de Iasi (2007):

É na dinâmica da luta entre as classes que podemos inserir a dimensão política na qual uma classe particular da sociedade reúne condições de representar os interesses gerais, tornando-se o que Marx chama de classe revolucionária ou universal. É neste âmbito

que Marx afirma que o sujeito histórico são as classes. (...). Marx vê as classes como sujeitos de alterações históricas, como mediações históricas das contradições estruturais que amadurecem no interior de cada sociedade. (IASI, 2007, p.110).

Para dialogar sobre este aspecto, concordamos com Thomaz Junior (2009, p.22), quando afirma que é preciso reconhecer que há necessidade da “autocrítica e do desejo de discutir um possível alargamento do conceito de trabalho e de classe trabalhadora, para a realidade do século XXI e do desejo emancipatório e revolucionário”.

Não se trata, portanto, de negar a existência da sociedade de classes em que o trabalho apresenta-se como elemento central, mas de buscar uma formulação que nos auxilie na apreensão dos desdobramentos cada vez mais refeitos e fluídos no processo de reprodução ampliada do capital e que os antagonismos de classes continuam a existir, na medida em que milhares de pessoas continuam despossuídas de meios de produção, subordinadas à lógica da produção de mercadorias e não acessando nem mesmo as condições do emprego formal para a venda de sua força de trabalho. Neste sentido, concordamos com a afirmação de Thomaz Junior (2009, p.124):

A limitação do conceito de classe trabalhadora à identidade do trabalhador manual, assalariado, produtor de mais-valia, ou ainda o entendimento mais amplo que reconhece o conjunto dos assalariados (...) não contemplam contingentes cada vez mais expressivos de homens e mulheres que não se enquadram nessas premissas, situando-se na franja da exclusão suprema, ou seja, os sem emprego, sem trabalho, sem profissão, sem casa, sem terra, sem perspectivas, os famintos que crescem à velocidade da luz.

Assim, entendemos que as condições de exploração impostas pelo capital, em que o trabalhador ora se encontra submetido diretamente à lógica de venda de seu trabalho, ora é explorado por empresas que se apropriam da renda da terra, constitui o sujeito de uma classe única, aquela que vive do seu trabalho, independente da forma como este é apropriado por outros. Esta classe, à medida que constrói alternativas de resistência e de criação de uma nova sociabilidade é a

que tem condições de fazer enfrentamentos concretos ao sistema metabólico do capital. Portanto:

As classes devem ser consideradas como efeitos de lutas estruturadas por condições objetivas que são simultaneamente de ordens econômica, política e ideológica (...) precisamente por ser a formação de classes um efeito de lutas, os resultados deste processo são em cada momento da história, em certa medida, indeterminados. (PRZEWORSKI, 1989, p.67)

Para nós, a centralidade do debate de classes reside no trabalho e na concepção de explorados e exploradores, e assim entendemos os assalariados, os trabalhadores à margem do emprego formal e o trabalhador assentado enquanto uma classe única. O trabalhador assentado revela-se como o camponês que empreende uma resistência histórica em oposição à classe dominante, representada pelos proprietários privados, de terras ou de meios de produção.

O camponês assentado de que tratamos neste trabalho, sem nenhuma pretensão de apresentar uma discussão definitiva, é aquele que teve o acesso a terra negado, ou que foi expulso de suas terras, ou que se vê nas periferias urbanas e em busca de melhores condições de vida e trabalho, ou seja, aqueles a quem historicamente negou-se a real apropriação dos meios de produção e que reconstruíram sua sociabilidade camponesa através da luta coletiva pela terra, enquanto meio de produção fundamental e que garante, coletivamente, a conquista do território.

Apreender a realidade vivida e tentar desvendar as relações de poder expressas na produção, a partir da mediação do trabalho nos leva à análise da resistência dos trabalhadores após a conquista da terra. Não é raro ouvir entre os camponeses assentados: *“Fizemos a luta pela terra, agora devemos fazer a luta para continuar nela”*.

Esta *luta para continuar nela*, revela a necessidade de consolidação do território conquistado, buscando a organização da vida social, a partir das escolas, moradias, espaços de lazer, e a organização da vida produtiva e econômica, rompendo com a condição de trabalhadores explorados pela lógica do capital.

Assim, nossa análise parte do território, categoria que nos possibilita desvendar as relações de poder que afetam a vida dos trabalhadores do campo, alterando as relações de produção através da separação entre produtor e meios de produção. Nesse contexto, concordamos com Raffestin (1993), que afirma que toda a construção da realidade é um instrumento de poder.

Em sentido contrário e dialético, concordamos com a afirmação de Santos (1978): “a utilização do território pelo povo cria o espaço”. Ou seja, o território produz o espaço e o espaço, contém o território. Para Raffestin (1993, p.44), o território é um espaço onde se projetou trabalho. Ainda para o autor, “território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. A produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder”.

O território será revelado pelas relações de poder que o envolvem, dialogando com a necessidade de pensarmos as estruturas de mando que determinam o tecido social e por isso, o território deve ser entendido como movimento, como processo de realização – desrealização, territorialização – desterritorialização – reterritorialização, evidenciando os conteúdos da luta de classes (THOMAZ JUNIOR, 2004).

Sabendo, pois, que o trabalho é um tema permanente da Geografia, sob a forma de duplo nível articulado de existência, o metabolismo homem-meio e a regulação da sociedade/espaço, nos cabe refletir os limites analíticos e explicativos de um corpo científico que se propõe apreender a dialética existente entre a dinâmica geográfica do fenômeno do trabalho e do fenômeno geográfico como dinâmica do trabalho, diante das transformações territoriais em marcha, da intensa fluidez da paisagem geográfica (...) (THOMAZ JUNIOR, 2002, p.5)

Assim, entendemos que o assentamento é a expressão de um território, conquistado pelo sujeito coletivo, sem-terra, e marcado por relações sociais prenhes das relações sociais do capital, com conflitos econômicos, pela sobrevivência, e conflitos ideológicos que perpassam a vida dos camponeses assentados e que fazem questionar estruturas caras ao capital, como a propriedade privada e a mercadoria.

Aportes metodológicos

Diante do quadro político-teórico que apresentamos, vinculamos nossa pesquisa ao entendimento do avanço do metabolismo do capital no campo, ao papel desempenhado pelo Estado, a partir das políticas públicas e à resistência empreendida pelos camponeses assentados. Como recorte, adotamos o estado de São Paulo, que expressa o desenvolvimento do esquema proposto, sendo possível perceber em sua estrutura agrária e produtiva a espacialização do capital e a criação de territórios de resistência, a partir dos assentamentos originários da luta pela terra.

O estado de São Paulo tornou-se protagonista do desenvolvimento capitalista no Brasil principalmente a partir da implantação das lavouras de café, quando as áreas agrícolas foram convertidas de um campesinato que se estruturava ao longo de estradas rumo às Minas Gerais para áreas de exploração dos Barões do Café, que após a crise, passam a investir na industrialização. Desde então o que se percebe é o avanço da condição de exclusão do campesinato pelos processos de avanço do metabolismo do capital em detrimento da vida dos trabalhadores do campo, representado em São Paulo pela grilagem de terras públicas e a posterior consolidação dos complexos agroindustriais, somando-se aos caipiras, mestiços brasileiros, os imigrantes europeus que substituíam a força de trabalho escrava (RIBEIRO, 1995).

O processo de exclusão gera os processos de luta e resistência pela terra em enfrentamento à espacialização do capital formam-se os territórios camponeses, realidade que ganha novos contornos a partir da organização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que aglutinou, com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) as lutas realizadas nas regiões de Andradina, Itapeva e Pontal do Paranapanema, territorializando-se há mais de trinta anos por todo o estado de São Paulo e pelo Brasil (FERNANDES, 2000).

Se a luta resiste é porque, por outro lado, o capital se fortalece, e em São Paulo as formas de apropriação da terra estão intimamente ligadas ao avanço do agronegócio, que funda suas bases na super-exploração do trabalho, na

concentração de terras e de renda, na produção de monoculturas, na destruição do meio ambiente e na exportação de mercadorias.

Importante compreender que tais bases de sustentação do moderno agronegócio reproduzem-se historicamente no Brasil desde os tempos do Capitalismo Mercantil das colônias, expressos no sistema da *plantation escravista*. Para nós está clara a insustentabilidade deste modelo produtivo e é urgente repensarmos as formas de apropriação da terra por parte dos trabalhadores, reafirmando a resistência de classe enquanto uma forma de enfrentamento, entendendo a resistência e a luta pela reforma agrária como fundamental para a transformação social.

Assim, o objetivo central é compreender a resistência empreendida pelos camponeses assentados diante do avanço do agronegócio no campo, observando o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como ferramenta alternativa para fortalecer a organização da produção nos assentamentos e forjar uma nova sociabilidade nos territórios conquistados. Para tanto, realizamos uma análise das políticas públicas voltadas para a agricultura, sistematizando o posicionamento do Estado na contradição entre capital e trabalho, reafirmando os pilares de desenvolvimento do capital no campo em detrimento da agricultura de base camponesa.

Propomos ainda, em um segundo momento, contribuir na compreensão das dinâmicas produtivas existentes no estado de São Paulo, com a consolidação dos monocultivos em coexistência não pacífica com a produção de alimentos, entendendo a espacialização do agronegócio e as disputas territoriais ocorridas ao longo da primeira década do século XXI.

No terceiro momento de nossa pesquisa, analisamos a implementação do PAA no estado de São Paulo, partindo da premissa de que o programa tem um potencial organizador e que gera possibilidades de resistência na terra, expressas também nos assentamentos originários da luta pela terra. Estas possibilidades vêm sendo sistematizadas a partir da atuação enquanto pesquisadora, técnica e militante do MST desde 2006, em um cotidiano de trabalho de campo e de busca pela

intervenção junto às famílias de agricultores assentados no estado de São Paulo, conforme já afirmamos anteriormente.

A partir da consolidação de um referencial teórico, com a escolha das categorias trabalho e território enquanto caminho a ser trilhado, pudemos refletir sobre a realidade vivida e consolidar alguns apontamentos que foram determinando a atuação enquanto militante e dando conteúdo às tarefas que vínhamos executando junto aos assentamentos organizados pelo MST no estado de São Paulo.

O primeiro exercício metodológico foi empreendido durante a elaboração do relatório de qualificação do mestrado, quando preocupamo-nos em realizar uma breve revisão teórica, em que abordamos o histórico da criação e implementação de políticas públicas para a agricultura no Brasil, buscando compreender as contradições entre os projetos de desenvolvimento pautados pelo capital e pela classe trabalhadora. Naquele momento, organizamos ainda o levantamento de dados secundários e a organização de elementos compreendidos durante a realidade vivida e pesquisada no PA Pirituba II, na região de Itapeva, através da sistematização de conteúdos das reuniões, encontros e conversas no sentido de objetivar o recorte da realidade que pretendíamos estudar.

Durante a realização da revisão bibliográfica, procuramos nos aproximar do conteúdo do universo teórico no campo da Geografia, tentando compreender as categorias de análise, em especial, da Geografia do Trabalho. Importante ressaltar as dificuldades deste exercício, diante da formação acadêmica da graduação, voltada à Agronomia enquanto profissão ligada a área das biológicas e das exatas e distante do universo das ciências humanas. Realizamos uma revisão acerca da questão agrária e estruturamos um estudo sobre a questão agrária brasileira, entendendo os mecanismos de apropriação dos meios de produção e verificando a atuação do Estado para viabilizar a reprodução do capital no campo brasileiro, em detrimento da agricultura camponesa.

Lembramos que a revisão teórica foi feita constantemente na elaboração da pesquisa, de forma a dar elementos e subsídios que contribuíram na sistematização e na construção do conhecimento acerca do tema que escolhemos estudar,

contribuindo também na qualificação das intervenções realizadas junto ao movimento social.

Quando definimos a pesquisa para o âmbito do doutorado, escolhemos ampliar o recorte territorial, buscando delinear o avanço do capital no estado de São Paulo abordando os cinco principais produtos da agropecuária do estado: cana-de-açúcar, laranja, pecuária, grãos e silvicultura. O objetivo foi compreender a espacialização do capital no campo e seus impactos para os trabalhadores, especialmente no que se refere ao trabalho e à apropriação da renda da terra.

Assim, para tratarmos do avanço e estruturação do agronegócio em São Paulo buscamos pesquisas já realizadas e a compreensão das dinâmicas territoriais que vêm ocorrendo no campo e que estão expressas nas relações de produção existentes nas cinco principais linhas da produção agropecuária.

Para a realização da pesquisa e para viabilizar a coleta de dados, sistematizamos as principais lavouras a partir de um levantamento do valor da produção e da quantidade produzida. Importante fazer a ressalva sobre os dados do IEA, que são obtidos a partir de estimativas feitas por técnicos das Casas de Agricultura e que muitas vezes, apresentam tendências no que se refere à área, quantidade produzida e, conseqüentemente, valor da produção.

Aliada à ampliação deste recorte territorial e observando os impactos reais da implementação e do desenvolvimento do PAA enquanto programa de governo, realizamos a delimitação da política pública a ser analisada. Tal recorte nos possibilitou observar os diferentes desdobramentos no que se refere à resistência protagonizada pelos trabalhadores assentados frente ao avanço do agronegócio, especialmente sobre áreas apropriadas indevidamente pelo capital, ou as áreas griladas.

Para tratar do PAA, buscamos dados junto à Companhia Nacional de Abastecimento, CONAB, tanto a partir do sítio na internet, quanto a partir da busca no banco de dados da Superintendência Regional de São Paulo (SUREG), que nos proporcionou observar o avanço do programa neste estado. Para sistematização de dados referentes ao PAA no estado de São Paulo, buscamos as publicações da CONAB, que tratam do programa em nível nacional e coletamos ainda os dados

junto à Superintendência Regional de São Paulo para observar a evolução do programa neste estado e nas regiões que pretendemos estudar.

Além do conhecimento empírico, a partir da vivência junto aos assentamentos, buscamos reconstruir a trajetória de luta dos assentados, tanto pela conquista da terra, quanto pela resistência nela a partir da organização da produção e da implementação do PAA enquanto estratégia de comercialização, contribuindo como ferramenta para a organização dos assentamentos.

Realizamos a revisão das principais leis e normativas que tratam do programa, desde 2003, ano de sua criação, até 2014, ano da última regulamentação, bem como os relatórios elaborados pela CONAB e os trabalhos acadêmicos que foram realizados analisando os impactos do programa em diversas regiões do país.

Como resultado, elaboramos mapas que representam os municípios que acessaram o programa no ano de 2006, quando o PAA é reformulado e é implementada a modalidade Doação Simultânea, como veremos no quarto capítulo e no ano de 2014, que são os últimos projetos analisados em nossa pesquisa. Os acessos ao programa foram divididos em municípios que recebiam e que abrigavam os agricultores que produziam os alimentos.

Para analisar o potencial organizador do PAA, partimos da nossa atuação cotidiana, com a sistematização das conversas com diversos assentados, de participação em assembleias nas comunidades, de reuniões e encontros orgânicos do movimento, da atuação junto ao Setor de Produção e da elaboração e participação em projetos que previam a organização da produção nos assentamentos.

Entre os anos de 2006 e 2010, atuamos na implementação e gestão do PAA em nove regiões, articulando produtores, suas organizações e as entidades a serem beneficiadas pelo PAA. Foi possível neste período reconhecer os limites, desafios e conquistas na implementação do programa no estado, bem como, conhecer a estrutura burocrática da CONAB de forma muito próxima, seja montando os projetos, seja realizando as prestações de contas.

Entre 2011 e 2013, a atuação foi diretamente junto à COAPRI, foram realizadas reuniões trimestrais em cada uma das seis agrovilas do PA Pirituba II, além de mais de 10 encontros com o grupo de associados e das reuniões quinzenais com o corpo administrativo da cooperativa. Para além da articulação interna, participamos de cinco reuniões junto ao CONSAD, seis reuniões junto ao CMDR de Itaberá e uma junto ao CMDR de Itapeva, além de reuniões bimestrais da Direção Regional do MST, dos Encontros Estaduais da Militância.

A esta militância, pesquisa, vivência em Itapeva, somaram-se diversas atividades de contribuição com outras cooperativas e associações do estado, em atividades de socialização do conhecimento acerca do PAA, reuniões do Setor de Produção, nas instâncias estadual e nacional do MST, e de diversas reuniões de negociação com órgãos do governo.

Talvez este procedimento, não respeite muito visões individuais, mas revela um olhar sobre a realidade coletiva. Realizamos também entrevistas com dirigentes do MST, estas entrevistas apontaram elementos sobre a atuação das empresas do capital, do estado e das organizações dos assentados, com olhares para além da nossa visão/vivência imediata. Para realização desta pesquisa revelou-se impossível dissociar a análise militante, da análise enquanto pesquisadora. Talvez, a maior dificuldade, tenha sido tentar observar as dinâmicas que envolvem o objeto da pesquisa com um olhar exterior, fazendo distanciamentos para depois, fazer aproximações.

Ver o objeto de estudo de dentro, oferece limites, mas também propicia uma riqueza na compreensão do cotidiano. Para elaborar a pesquisa, optamos pela metodologia da pesquisa participativa, abordando como princípios aqueles apontados por Brandão e Borges (2007): a perspectiva da realidade social como ponto de origem; partir da realidade concreta da vida cotidiana dos participantes individuais e coletivos do processo; os processos, as estruturas, as organizações e os diferentes sujeitos sociais são contextualizados em sua dimensão histórica com o objetivo de explicar as dimensões e interações da realidade social; busca da unidade entre a teoria e a prática, sendo a pesquisa pensada como um momento de dinâmico no processo da ação social comunitária.

1 *Políticas públicas para a agricultura e a contradição entre capital e trabalho no campo*

Neste capítulo, pretendemos aprofundar a discussão acerca do Estado. Em um primeiro momento, analisaremos o debate sobre a formação do Estado e do papel das políticas públicas na sociedade capitalista em geral. Em um segundo momento, analisaremos a atuação do Estado brasileiro e as ações no que se refere ao campo e por fim, abordaremos elementos acerca das políticas públicas mais recentes, fazendo um paralelo entre as políticas públicas voltadas para a agricultura de base camponesa e para o agronegócio. Nossa intenção é revelar o papel do Estado no fortalecimento da contradição entre capital e trabalho no campo.

Propomos uma breve revisão acerca da formação no Estado, acreditando que este debate sirva de subsídio para compreender a atuação e as mediações existentes no interior da sociedade, sob o modo de produção capitalista.

Como afirma Engels, citado por Lênin (2003, p.24):

O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, “a realidade da idéia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão” como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase de seu desenvolvimento. É a confissão de que a sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que estas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários não se entre devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da “ordem”. Essa força, que sai da sociedade, ficando porém, acima dela e se afastando cada vez mais, é o Estado.

Esta afirmação é corroborada por diversos autores que se dedicaram ao estudo do papel do Estado no sentido da dominação de classe. Segundo Berberoglu y Petras (2010), o Estado é um lugar de luta de classes e uma fonte fundamental de poder de classe, um instrumento multifuncional exercido pela classe dominante em

seu próprio interesse e um meio para manter a ordem e reconciliar as distintas formas do conflito social.

Destacamos ainda o pensamento de Gramsci, que supera uma visão estritamente ligada à produção capitalista, utilizando-se do conceito de hegemonia para explicar a posição da classe trabalhadora frente à dominação. Para Carnoy (1988, p.87):

O que Gramsci acrescentou a essa idéia – ao mesmo tempo transformando-a foi o conceito de hegemonia. Para ele nem a força nem a lógica da produção capitalista poderia explicar o consentimento de que goza essa produção entre as classes subordinadas. Ao contrário, a explicação para esse consentimento reside no poder da consciência e da ideologia.

[Para Gramsci] o Estado é o complexo das atividades práticas e teóricas com o qual a classe dominante não só justifica e mantém a dominação, como procura conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais ela governa.

Holfing (2001) destaca que as políticas sociais comportam-se como formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social. Portanto, assumem "feições" diferentes em diferentes sociedades e diferentes concepções de Estado. Sendo assim, geralmente, a perspectiva destas políticas não se estabeleceu *a priori* na direção de um patamar de redução de desequilíbrios e, sim vinculadas à ideia de desenvolvimento econômico e de articulação dos sujeitos sociais em uma dada sociedade de mercado. Para Thomaz Junior (2009, p.116):

(...) a lógica expansiva do capital encontra limites internos à sua própria racionalidade, pois não tem autonomia e capacidade para estabelecer estratégias de longo prazo, com o propósito de sustentar a acumulação ampliada. Isso só se faz por meio da coerção extra-econômica exemplarmente exercida pelo Estado, que garante ao capitalista privado as condições básicas para o desenvolvimento tecnológico, a regulamentação do sistema financeiro internacional, mantendo lucrativas as atividades produtivas. A prova mais marcante dessa condição está visível na constituição do Estado de Bem-Estar Social, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Neste sentido, o espaço rural, como a economia mundial, é marcado pela disputa entre duas concepções de desenvolvimento. No caso da agricultura a concepção hegemônica está pautada na concentração de terras e de renda, na degradação ambiental e na superexploração do trabalho. A segunda concepção está ligada à classe trabalhadora, que expropriada dos meios de produção, resiste em busca de condições mais dignas de produção e reprodução da vida.

A interpretação acerca desta dualidade no campo brasileiro é analisada por Fernandes (2011) a partir dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário, tendo em vista que para o autor:

Os paradigmas representam as visões de mundo, que contém interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam através de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais (FERNANDES, 2011, p.17).

Fernandes (2011, p.18) define ainda, o paradigma da questão agrária (PQA) como aquele voltado à interpretação das lutas de classes que ocorrem na disputa pelos territórios:

O paradigma da questão agrária tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses. Entende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade.

Já para a interpretação do paradigma do capitalismo agrário (PCA):

as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural que pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista. (FERNANDES, 2011. p.18).

A possibilidade de superação das desigualdades históricas a partir da “integração” tem se mostrado inviável, na medida em que o capital se reproduz a partir da apropriação e da recriação das formas de dominação do trabalho. Para aprofundar o debate acerca dessas relações e mediações que possibilitam a

reprodução do modo de produção capitalista e para demonstrar a inviabilidade de se discutir a suposta superação da realidade excludente e degradante pela ótica do paradigma do capitalismo agrário, é necessário observar as interlocuções existentes entre o Estado e a classe dominante, ressaltando as formas encontradas pela classe trabalhadora para resistir a estas transformações.

No Brasil, na medida em que o modo de produção capitalista avança, foram sendo desenvolvidas estratégias que mantiveram a propriedade da terra extremamente concentrada, revelando um quadro que nos mostra as alianças existentes entre os latifundiários, o Estado e a indústria. Nas palavras de Martins (1981, p.159):

A contradição entre a terra e o capital cria condições históricas de duas classes antagônicas: os capitalistas e os proprietários de terra. Não se deve esquecer que ambos são proprietários privados de instrumentos de produção separados dos trabalhadores e que podem movimentá-los, fazê-los produzir. O monopólio de classe sobre a terra e sobre o capital são imprescindíveis para subjugar o trabalho dos trabalhadores. Contrapostos não quer dizer que não podem estar juntos, unidos pelo interesse comum na apropriação da mais valia produzida pelos trabalhadores. Essa é a razão que faz com que ambos possam surgir unificados numa única figura: a do proprietário de terra que também é proprietário do capital.

Ao mesmo tempo em que esta aliança fortalece capitalistas e proprietários de terra – ora como aliados estratégicos, ora com interesses diversos, dependendo da necessidade de reprodução do capital – a apropriação da renda da terra ocorre expropriando trabalhadores e camponeses. Para Oliveira (2007, p.32):

Assim, o desenvolvimento da agricultura no século XX e XXI vai ser marcado por uma realidade contraditória (...). Tem-se expandido por aqueles setores onde capitalistas e proprietários da terra unificam-se em uma mesma pessoa. No geral, entretanto, o capital tem atuado, contraditoriamente, no sentido de criar e recriar as condições para o desenvolvimento da agricultura camponesa, sujeitando, portanto, a renda da terra ao capital.

Na América Latina, como em todas as partes, o Estado tem sido essencial para o êxito do sistema metabólico do capital e para a defesa das relações sociais

de produção dominantes. Segundo Petras e Veltmeyer (2003), em cada forma específica da formação agrícola, o Estado tem sido uma peça chave na fundação, extensão, reprodução e transformação do sistema capitalista, beneficiando determinadas classes – no Brasil, sempre os grandes latifundiários – e em prejuízo de outras – principalmente os trabalhadores e camponeses.

Ilustra essa realidade o fato que a ascensão de governos com característica de centro-esquerda na América Latina, não representaram avanços significativos na correlação de forças no interior do Estado. Em nome da governabilidade, foram feitas concessões que comprometeram ou negaram a implementação de políticas que alterassem estruturalmente a realidade da classe trabalhadora no campo. As condições de criação de autonomia aos camponeses foram negadas frente às políticas vinculadas ao agronegócio, negando-se a realização das reformas agrárias necessárias, em que pesem as possibilidades de diálogo e o avanço na construção de políticas públicas que promovessem o acesso da classe trabalhadora ao consumo.

1.1. Das *plantations* à primeira república: os pilares para a reprodução do latifúndio.

A forma de manutenção e reinvenção das possibilidades de expansão do capital no campo brasileiro passou por diferentes fases que foram sendo marcadas por uma forte intervenção do Estado.

Durante o capitalismo mercantil, a influência da elite agrária junto à monarquia brasileira propiciou condições para que se consolidasse o sistema de *plantation* que funda as bases do desenvolvimento da agricultura brasileira, e explica muito de nossa agricultura até a atualidade. Entre estas bases, podemos destacar as grandes propriedades, produtoras de monoculturas para exportação, super-exploradoras do trabalho e destruidoras do meio ambiente.

Marcas profundas foram deixadas na realidade agrária devido às formas de controle e distribuição das terras pelo Estado (ou pela metrópole), destacando-se a

coerção dos trabalhadores e o desenvolvimento de uma infra-estrutura de mercado orientada para facilitar as exportações.

Nas *plantations*, onde se concretizavam a produção de mercadorias agrícolas para a exportação, em todos os regimes de trabalho co-existia o virtual monopólio do Estado sobre os meios de exercer a violência para assegurar as relações sociais predominantes da propriedade da terra e de outros meios de produção, limitando severamente tanto a formação como a reprodução de uma economia camponesa independente (PETRAS; VELTMEYER, 2003).

No sistema de *plantations* não existia a propriedade individual da terra, já que ela pertencia à coroa portuguesa, que fazia a concessão de uso para quem tivesse recursos para investir na produção. No caso da cana-de-açúcar, o processamento da matéria-prima dava-se no interior da propriedade em moinhos de cana, sendo adotado elevado progresso técnico para período. Tal estrutura não era empreendimento para pequenos proprietários isolados (PRADO JUNIOR, 2006).

Com o desenvolvimento do capitalismo industrial europeu, coube às colônias americanas fomentar o crescimento da economia industrial inglesa, o que se destaca, após a crise da cana-de-açúcar e do período de investimento na mineração, é a produção de algodão no Brasil. Tal produção mantém as grandes extensões de terra e o uso de mão-de-obra escrava do modelo canavieiro, mas não acompanha as inovações tecnológicas proporcionadas pelo crescimento da indústria. Além desta “contribuição” no fornecimento de matéria-prima, coube aos países latino-americanos a tarefa de gerar mercado de consumo para os produtos industrializados, havendo a abertura do comércio das colônias ao mercado internacional.

Durante o século XIX, o Brasil passa por intensa transformação das relações de trabalho, representada principalmente pelo fim da escravidão, pela instauração do regime do colonato e finalmente pelo assalariamento, mantido, inicialmente, pelos trabalhadores migrantes, majoritariamente representados por camponeses europeus, para trabalharem nos cafezais.

Estes processos não se realizaram sem conflitos ou sem resistência, mas foram marcadamente determinados por pressões muito mais econômicas do que

sociais. Ainda que houvesse focos de resistência dos negros, a origem cultural diversa entre os escravos de uma mesma propriedade não possibilitaram que estes se organizassem politicamente para realizar o enfrentamento. (PRADO JUNIOR, 2006).

Com o “fim” da escravidão, o modelo da *plantation* teve que ser reinventado e o Estado brasileiro sai em socorro dos proprietários de terra, atraindo milhares de migrantes europeus para assumirem o trabalho que antes era feito pelos escravos, principalmente no sudeste e sul do Brasil.

Ainda para manter estas relações sociais predominantes, em 1850, aprova-se a Lei nº 601, conhecida como a Lei de Terras que proíbe a aquisição de terras devolutas por qualquer outro título, que não seja o de compra. A terra vira mercadoria de acesso a poucos, excluindo as possibilidades de sitiantes, agregados, posseiros, negros livres e mulheres que não tinham capital suficiente para a compra, além desta realidade, e estes brasileiros não tinham avançado em nível de organização social que pudesse enfrentar de forma massiva esta realidade:

Ainda colônia de Portugal, o Brasil não teve os movimentos sociais que, no século XVIII democratizaram o acesso à propriedade da terra que mudaram a face da Europa. No século XIX, o fantasma que rondou a Europa e contribuiu para acelerar os avanços sociais não cruzou o Oceano Atlântico, para assombrar o Brasil e sua injusta concentração de terras. E, ao contrário dos Estados Unidos (...), a ocupação brasileira (...) continuou seguindo o velho modelo do latifúndio, sob domínio da mesma oligarquia rural. (BRASIL, apud CARVALHO FILHO, 1997, p. 28)

A Lei de Terras de 1850 reforçou a estrutura agrária concentradora, fundando a propriedade privada da terra, em pleno desenvolvimento do capitalismo industrial inglês. Com o nascente liberalismo econômico e com a consolidação do café, enquanto principal mercadoria a ser exportada, o Estado brasileiro assume diversos empréstimos junto à Inglaterra, aumentando a dívida externa brasileira e a relação de dependência externa.

Em 1860, institui-se uma pasta no Império para cuidar dos assuntos referentes ao campo. Neste período começam a ser executadas algumas

intervenções do Estado no que se refere especificamente à agricultura, era o Segundo Império e a chamada Secretaria de Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas teve como atribuições regular as questões relativas à agricultura através de medidas de fomento e modernização da produção. Era atribuição ainda, a questão da demarcação das terras públicas, conforme a Lei de Terras de 1850. (BRASIL, 2012).

Os estados produtores do café passam a ter a centralidade política e econômica no Brasil, em detrimento dos coronéis da cana-de-açúcar do Nordeste brasileiro, direcionando e beneficiando-se dos investimentos feitos com capital inglês.

A intervenção da oligarquia no período foi protagonizada pela elite agrária, representada pelos fazendeiros das províncias de Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais, que no Congresso Agrícola de 1878 levantaram as questões mais preocupantes quanto à atividade agrícola desempenhada por eles na época, referindo-se à questão da escassez de mão-de-obra, das políticas de crédito e do melhoramento das lavouras.

Destacam-se no período da Primeira República as intervenções no mercado cafeeiro, quando o governo brasileiro passa a comprar grandes quantidades de café, a fim de garantir preços melhores. Estas compras vão ocorrer de forma sistemática até a crise de 1929.

Eram feitos vultosos empréstimos intermediados por grupos financeiros ingleses e alemães que passam a lucrar com os investimentos que fazem. Estes intermediários passam a comprar a produção nos momentos de excesso e de preço barato, para armazenar e vender em momentos de preços mais favoráveis. (PRADO JUNIOR, 2006).

Com a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, há uma crise na demanda e superprodução de café, os preços caem e os produtores endividados encontram-se em completa ruína. Outros produtos de vulto econômico relevante e ligados à aristocracia rural brasileira também não resistem a este processo, é o caso da seringueira para a produção de borracha na Amazônia, do cacau na Bahia e da cana-de-açúcar no nordeste. Esta última sofria consideráveis mudanças no que se

refere o modelo de produção adotado: com a crise do final do escravismo, surgem as modernas usinas, que passaram a comprar, em um primeiro momento a matéria-prima e depois as terras dos senhores de engenho. (PRADO JUNIOR, 2006).

Esta intervenção do Estado, no que se refere aos cafeicultores levou ao descontentamento de outros setores da economia agrícola nacional, em especial os que defendiam a dinamização do mercado interno. Durante a Primeira República, a aristocracia mineira e paulista eram hegemônicas no governo federal, beneficiando-se das políticas desenvolvidas. “Assim, o poderio político garantia os interesses da economia agroexportadora paulista e os interesses do clientelismo mineiro”. (SILVA, 2010, p. 13).

Em decorrência deste processo de desvalorização da agricultura como um todo, do endividamento dos grandes produtores de café, do aumento da população em grandes centros e da existência de trabalhadores imigrantes que tinham a ambição da posse da terra, há um impulso da agricultura de caráter camponês, fundada na pequena propriedade.

O que muito estimulou a pequena propriedade foi a formação de grandes aglomerações urbanas e industriais. A produção de gêneros para seu abastecimento (verduras, frutas, flores, aves e ovos) não era compatível com os padrões clássicos da grande propriedade extensiva e monocultural. A agricultura especializada, trabalhosa e de pequena margem de lucros que caracteriza a produção daqueles gêneros não era possível em larga escala, nem atraente para o grande proprietário brasileiro. (...). O retalhamento das fazendas e sua venda em lotes de custo acessível aos trabalhadores rurais representará muitas vezes a única solução para as dificuldades financeiras de seus proprietários. (PRADO JUNIOR, 2006, p. 251)

Mas, ainda que este processo de acesso à terra ocorresse e representasse uma nova possibilidade aos trabalhadores do campo, a estrutura agrária permanecia concentrada em atividades extensivas e menos rentáveis, como a pecuária, por exemplo, e a elite agrária brasileira continuaria sendo importante força política.

Um novo elemento que se destaca no período é a participação dos intermediários e do capital financeiro na agricultura, em especial no caso do café. Há consolidação do capitalismo no Brasil, à medida que há o aparecimento de novos

tipos de agentes econômicos, sob pressão da divisão do trabalho em escala local, regional ou nacional. (FERNANDES, 1976)

1.2. Do Estado Novo aos Complexos Agroindustriais.

Após a crise de 1929, a agricultura passa a ocupar papel secundário na economia brasileira, e a industrialização passa a ser a estratégia principal da burguesia nacional. Já após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), destacam-se o capital comercial e as agroindústrias de processamento de produtos agrícolas, em especial, as indústrias têxteis que passaram a exigir melhores produções de fibras, com maior regularidade agrícola, no caso do algodão. (ALBUQUERQUE; ORTEGA; REYDON, 1986). Evidenciou-se a relação de mútua dependência entre as atividades do setor agropecuário e dos demais setores, atuando de forma complementar e interdependentes (IANNI, 1973).

No Governo Vargas, o Ministério da Agricultura passa a compor a estrutura governamental da República, a estratégia foi de estimular a industrialização e a diversificação agropecuária, reforçando os suportes políticos baseados em grupos econômicos fortes. O desafio era superar os regionalismos para a construção de um governo que pudesse ter centralidade nas ações e a estratégia adotada foi a criação de diversos institutos com capacidade de regular atividade de determinados setores, exemplo é o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

Ao Estado coube o desenvolvimento de estratégias de transferência de recursos para a industrialização e assegurar a disponibilidade de alimentos baratos e de outros bens salariais, estratégia que se intensificou ainda mais após a década de 1950, provocando um intenso fluxo migratório do meio rural para o urbano (PETRAS; VELTMEYER, 2003), transformando o “campesinato rural em um proletariado urbano” (VELTMEYER, 2008).

Ocorre a transferência do eixo de acumulação do capital do setor agropecuário para o setor industrial e a emergência do modelo de “substituição de

importações”, sem mudar a dominação exercida pela elite agrícola sobre os camponeses e a força de trabalho rural.

O modelo de industrialização adotado pautou-se na necessidade de substituir as importações devido às guerras e depressões externas, ao desenvolvimento da demanda interna, das dificuldades no balanço de pagamentos e uma política deliberada de desenvolvimento. Ao setor agropecuário, coube a geração de divisas para a importação de máquinas e equipamentos necessários ao setor e a indústria, desenvolvia-se pelo aumento da demanda interna.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a ofensiva comunista que redundou nas revoluções que ocorreram em diversos países da América Latina, em especial Cuba, muitos dos governos do continente usaram o poder do Estado para alterar a distribuição de terras entre as diferentes categorias de produtores e grupos familiares e, ainda, redefinir os direitos de acesso à terra (VELTMEYER, 2008).

Entre os economistas conservadores da Universidade de São Paulo, formava-se uma opinião de que a questão agrária não deveria ser encarada como algo relevante. Destaca-se uma série de artigos publicados por Delfim Neto, entre 1962 e 1965. Para Delgado (2005, p.55):

O argumento chave deste grupo nega a existência de uma questão agrária ao desconsiderar a estrutura fundiária e as relações de trabalho prevalecentes no meio rural como um problema econômico relevante, visto que com essa estrutura agrária teriam sido adequadamente cumpridas as funções da agricultura no desenvolvimento econômico, a saber:

- a) liberação de mão-de-obra a ser utilizada no setor industrial, sem diminuir a quantidade produzida de alimentos;
- b) criação de mercado para os produtos da indústria;
- c) expansão das exportações; e
- d) financiamento de parte de capitalização da economia

Com a organização da classe trabalhadora no campo a partir dos sindicatos e movimentos sociais, há forte pressão popular que aumenta os conflitos. Tal pressão faz com que o governo crie em 1962 a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), encarregada de executar a Reforma Agrária no Brasil; provoca a

aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em março de 1963 e no mesmo mês, a assinatura do decreto de desapropriação para fins de Reforma Agrária das faixas de terras localizadas à dez quilômetros ao longo de empreendimentos do governo federal.

Com o golpe de 1964 e o predomínio das forças da direita no mando do país, há a aprovação do Estatuto da Terra, a partir da Lei 4.504, com definição de conceitos importantes para a questão agrária, como latifúndio, desapropriação e função social da propriedade. Mas, o Estatuto só foi aprovado, com a certeza de que nunca seria executado delegando aos estados, através das Leis de Revisão Agrária Estaduais, a resolução de suas demandas e iniciando uma estratégia de substituição da Reforma Agrária por projetos de colonização.

Inicia-se, então, o processo chamado de “modernização” conservadora, já sob o regime militar, mediante a modernização das técnicas utilizadas na agricultura e de integração com a indústria, sem alterar as relações arcaicas que sempre marcaram a questão agrária brasileira, como já definido anteriormente, demarcada pela concentração de terras e de renda, da super exploração do trabalho, da destruição ambiental e na exportação de matérias-primas.

Em certo sentido pode-se visualizar nesse processo de modernização um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador, que, em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial. (DELGADO, 2005, p.61)

A adoção dos pacotes tecnológicos foi feita de forma a ampliar as relações de produção do capital sob territórios em que relações não capitalistas se manifestavam, inviabilizando a sobrevivência do campesinato no campo e aumentando a produtividade com base em uma agricultura intensiva. Tais pacotes eram comprados de grandes empresas a partir de financiamentos públicos, que por sua vez, eram adquiridos a partir de vultosos empréstimos internacionais.

Há por um lado pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos etc.), e de máquinas industriais (tratores, colhedeiças, implementos, equipamentos de

irrigação etc.). De outro lado, ocorre uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias primas e vários ramos industriais (oleaginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil, bebidas etc.). (DELGADO, 1985, p.12)

Assim, as forças políticas que governavam o país entre os anos de 1960 e 1970 fizeram com que o Estado cumprisse o papel de impulsionar e conduzir o processo de desenvolvimento, tendo como base duas principais orientações. De um lado, visava favorecer a modernização do latifúndio e, por outro, a constituição de grandes e médias empresas como protagonistas do processo de desenvolvimento agrícola.

São desta época os seguintes programas: Programa de Integração Nacional – PIN (1970), Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – Proterra (1971), Programa Especial do Vale do São Francisco – Provale (1972), Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – Polamazônia (1974), Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste – Polonordeste (1974), além de outros, como os chamados “baixa renda” Inan e Emater, PNBB, Procanor, Polocentro (este dedicado à expansão da agricultura moderna nas áreas de cerrados), etc. (CARVALHO FILHO, 1997, p.29)

As políticas implementadas provocaram uma transformação no campo concentrando ainda mais a estrutura fundiária e preservando os interesses da elite proprietária de terras que se fortalecia desde os tempos da colônia.

Em certo sentido, pode-se visualizar nesse processo de modernização um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador, que em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial. (DELGADO, 2005, p. 61)

Deste processo de "modernização" e concentração de renda, revela-se novamente a separação entre agricultor e o seu meio de produção. Acentuam-se as relações de produção baseadas no trabalho sazonal ou volante, que serviria para ludibriar a legislação trabalhista.

(...) o Estado com sua estratégia de “modernização conservadora” torna-se o arquiteto de um novo modelo de acumulação, que se

expressa na expansão e diversificação do complexo agroindustrial e na rápida penetração das relações capitalistas de produção na agricultura. Os sistemas anteriores de controle do trabalho nas grandes propriedades, baseadas na escassez de mão-de-obra, cedem lugar a um crescimento da massa de trabalhadores sem terra disponível para ser empregada ocasionalmente. A velha estrutura do latifúndio (...) é substituída pela empresa capitalizada, que utiliza mão-de-obra assalariada temporária (...). (GOODMAN et al, 1985, p. 35)

As transformações das agroindústrias e da forma de produzir levaram a uma profunda alteração no modo-de-vida das populações no campo, sendo que estas ficaram submetidas aos interesses do capital imperialista. Para Mazoyer (2008),

Assim, a montante e a jusante, os produtores agrícolas (e os artesãos rurais) desincumbiram-se de uma parte importante de suas atividades e das correspondentes rendas. Progressivamente, foram reduzidos a uma atividade de simples produção de matérias-primas agrícolas. (p.442)

Potencializam-se neste período os Complexos Agroindustriais (CAIs), um conjunto formado por setores produtores de insumos e maquinarias agrícolas, de transformação industrial e de distribuição, comercialização e financiamento, evidenciando forte dependência de um setor em relação aos outros. (GOODMAN et al, 1985).

Inicia com um certo vigor um processo de mudança na *base técnica* da agricultura brasileira, com a consolidação integrada do denominado complexo agroindustrial brasileiro - CAI. Esta mudança significa que a agricultura torna-se crescentemente menos dependente do laboratório natural e das forças de trabalho rurais, (...) mais articulada (...) com a indústria produtora de insumos e bens de capital para agricultura, e (...) com a indústria processadora de produtos naturais. (DELGADO, 1985, p.19)

Para Almeida (2001), além de impedir medidas que viessem a favorecer a classe trabalhadora, o modelo de desenvolvimento rural tratou de articular a produção agropecuária com os complexos agroindustriais de produção de insumos e de transformação industrial no nível internacional, favorecendo ao mesmo tempo a implantação desses complexos em território nacional, passando a organizar a produção por meio de *commodities*, ou seja, de matérias-primas a serem comercializadas globalmente de acordo com as demandas do capital.

A intervenção estatal durante o regime militar ocorreu de forma a homogeneizar a base técnica dos meios de produção, resultando em transformações que acabaram por acentuar as desigualdades sociais no campo (BALSAN, 2006). No Brasil, houve neste processo a transferência sistemática de renda real do campo para as cidades em razão do estabelecimento de políticas macroeconômicas que favoreceram os setores urbano-industriais e penalizaram as atividades familiares da agropecuária;.

Em geral, do ponto de vista das populações pobres e sem terra, com pouca terra e/ou com acesso precário a ela – público típico da reforma agrária, as avaliações efetuadas sobre estes programas mostraram a ineficácia da ação governamental para beneficiá-las. O acesso precário à terra, a insuficiência de terra, as falhas das políticas de apoio (fomento, crédito, extensão rural, etc) e as relações sociais predominantes nas áreas foram as principais causas apontadas para o fraco desempenho das intervenções. (CARVALHO FILHO, 1997, p.30).

A orientação mundial, que prezava pelos interesses hegemônicos do capitalismo estadunidense durante a Guerra Fria, apostava nas ditaduras militares como formas de controle do Estado e neste, como promotor do desenvolvimento capitalista. Mas, a alta de juros ao final de 1979 e a busca dos credores por um retorno aos empréstimos feitos durante o período, levou a uma crise que encerrou o ciclo de crescimento do regime militar, também chamado de “milagre econômico”. O crescimento econômico é fortemente abalado, tanto pela diminuição no fluxo de capitais para o Brasil, como pelas transformações políticas do país, já nos anos 1980.

1.3. Da redemocratização à consolidação do agronegócio.

Com a crise econômica, inicia-se a abertura política do país e a questão agrária volta à pauta a partir da mobilização pela democracia e da reorganização da classe trabalhadora. Destacam-se enquanto organizações sociais o MST, a CONTAG, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e diversas Organizações Não

Governamentais (ONGs) que apoiam e levam novamente à pauta do Estado a questão agrária.

Em março de 1985, o presidente eleito, Tancredo Neves cria o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento (MIRAD), que teria como principal atribuição executar as metas de assentamento de famílias previstas no primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o objetivo era chegar a um milhão e quatrocentas mil famílias assentadas entre os anos de 1985 e 1989 (BRASIL, 1985).

Segundo Gebara et al (1996), esta tentativa de execução da reforma agrária orientou-se de acordo com um conjunto de programas que assumia funções e graus hierárquicos diferentes, mas que apresentava complementaridade e interdependência. O crédito rural estava compreendido entre as políticas de apoio à produção e à comercialização, propondo o pleno e fácil acesso aos recursos.

Neste sentido, o Conselho Monetário Nacional propõe a instituição do PROCERA (Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária), que se constitui como uma linha de crédito e investimento que visa proporcionar, aos camponeses assentados, financiamentos destinados ao desenvolvimento de suas atividades nos imóveis objeto de projetos de assentamento ou de colonização, elaborados ou aprovados pelo INCRA (LOPES, 1998).

José Sarney, latifundiário maranhense havia assumido a presidência após a morte de Tancredo Neves, e novamente, a oligarquia agrária brasileira se sobressai no governo e influencia as diretrizes da Constituição Federal de 1988. Logo o PNRA inviabiliza-se e extingue-se o MIRAD.

(...) os ruralistas conseguiram incluir na Constituição o caráter insuscetível de desapropriação da propriedade produtiva e transferiram para a legislação complementar a fixação das normas para o cumprimento dos requisitos relativos à função social da terra. Com a vitória da política fundiária dos latifundiários, o governo Sarney “sepultou” o I PNRA. Primeiro, através da Medida Provisória nº 29, de 15/01/1989, extinguiu o cargo de ministro de Estado da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário, e transferiu as atribuições do MIRAD para o Ministério da Agricultura. E, em segundo lugar, dois meses depois, pela Lei nº 7.739, de 20/03/1989, extinguiu também o MIRAD e recriou o INCRA, através do Decreto nº 97.886, de 26/06/1989, vinculado ao Ministério da Agricultura. A reforma agrária da “Nova República” terminava institucionalmente da

mesma forma como os governos militares a tinham tratado, no âmbito do Ministério da Agricultura. (OLIVEIRA, 2007, p.129)

A partir de então, a economia brasileira entrará em um período de estagnação econômica interna, em grande medida imposta pelas condições do ajustamento à crise do endividamento externo, requerendo uma maior participação do setor agrícola, especialmente dos Complexos Agroindustriais na geração de saldos de comércio exterior. (DELGADO, 2005).

A maioria dos Estados Nacionais da América Latina empreendeu um novo processo de modernização e desenvolvimento capitalista com mudanças nas bases tecnológicas da agricultura. A grande propriedade rural que não apresentava eficiência até então, passa a buscar níveis altos de produtividade para suprir a necessidade do mercado de *commodities*, responsável pela geração de divisas para a manutenção das balanças comerciais dos países em desenvolvimento.

Delgado (2005) nos explica que:

O jogo político que se dará no país a partir da Constituição de 1988 é regido não apenas pelo novo ordenamento constitucional, mas de maneira muito significativa pelo processo de ajustamento constrangido à ordem econômica globalizada a que o país se submete por toda a década de 1990 até hoje. Na verdade esse processo – o do ajustamento constrangido – com que o país se defronta a partir da moratória do México em 1982 ainda não terminou. Ele se caracteriza basicamente por restrições de ordem externa e interna, expressas por alto endividamento público e dependência externa. Essas restrições são geridas por meio de vários “ajustes macroeconômicos”, que no essencial não têm sido capazes de equacionar esses endividamentos. Ao contrário, prolongam essa fase de estagnação da economia brasileira por mais de duas décadas. (p. 62)

Com o processo de desregulamentação orientado pela cartilha neoliberal ditada pelo Consenso de Washington, o setor agropecuário brasileiro passa por um processo de (re) concentração de terras e de renda e os proprietários de terra – capitalistas juntam-se na estratégia do então chamado *agribusiness*. Segundo OLIVEIRA (2007, p.146):

No Brasil, esta implantação de políticas neoliberais, foi marcada no início da década de 90, por dois planos de controle financeiro e

combate à inflação. Primeiro foi o Plano Collor e seu confisco temporário do dinheiro depositado nos bancos. Depois da queda de Collor de Mello e, sua substituição pelo vice Itamar Franco, foi implantado o plano real de Fernando Henrique Cardoso e o domínio quase que absoluto das políticas neoliberais no Brasil.

Ainda é preciso lembrar, que o processo de desregulamentação da economia dos anos de 1990 levou a uma crise de preços dos produtos agrícolas, gerando uma realidade de desvalorização da renda da terra. Os grupos econômicos, do capital financeiro, aproveitaram-se desta situação e passaram a comprar terras dos produtores de matéria-prima, acentuando a concentração de terras.

Um exemplo é no setor canavieiro, em que o capital financeiro assume as usinas e torna-se grande proprietário fundiário. Aliado a este momento de novo liberalismo da economia e de diminuição da intervenção estatal, ocorre a articulação de políticas de crédito e de perdões sucessivos de dívidas em diversos setores.

Assim, os fundamentos da Política Agrária do governo brasileiro, ao longo dos últimos anos, estão diretamente associados aos pressupostos dos grandes conglomerados transnacionais agro-químico-alimentar-financeiros, ao mercado externo ou das exportações, em detrimento de alternativas factíveis para fortalecerem o mercado interno, a fixação dos trabalhadores e suas famílias, na terra, assim como a priorização da produção familiar camponesa, e uma política efetiva de reforma agrária. (THOMAZ JUNIOR, 2010, p. 2)

A degradação do trabalho e o avanço do modo de produção capitalista, sob a égide da noção de globalização que envolve e subsume a classe trabalhadora deu origem a um grande número de trabalhadores rurais sem terra que não rompem sua conexão com a sociedade rural, ainda sem contar com acesso a terra ou a outros meios de produção social. Não obstante, a estrutura fundiária e de consolidação do capital continua reproduzindo condições de pobreza rural e impulsionando um processo de migração de grande quantidade de “camponeses despossuídos” ou “trabalhadores rurais sem terra” (VELTMEYER, 2008).

Ao longo da década de 1990, o MST se fortaleceu, manteve-se enquanto organização social que a partir das ocupações de terra e de outras manifestações

reivindicatórias, conservou a reforma agrária enquanto pauta da classe trabalhadora ao Estado brasileiro. A violência com que os trabalhadores foram tratados no decorrer desta década evidenciou as relações arcaicas que permaneciam no campo, repercutindo internacionalmente com as tragédias dos massacres de Corumbiara em 09 de agosto de 1995, e Eldorado Carajás em 17 de abril de 1996.

Diante da realidade estampada, o governo de Fernando Henrique Cardoso cria o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, adotando algumas medidas que protelavam a realização da reforma agrária e acalmavam os ânimos da mídia em relação à violência no campo. A mídia inclusive passa a veicular matérias de desqualificação do MST e de criminalização de seus dirigentes, em defesa da propriedade privada.

Em 1997, o MST realiza a “Marcha Nacional: reforma agrária, emprego e justiça” em direção à Brasília, trazendo à tona as tensões sociais que se forjavam tanto no campo quanto na cidade e apesar da forte mobilização social que envolveu a marcha, não avançou a política de reforma agrária do governo federal. Em contraposição à organização dos trabalhadores sem-terra, articulavam-se as forças da direita ruralista, com ampla representação na Câmara e no Senado e representadas pela CNA (Confederação Nacional da Agricultura) e pela UDR (União Democrática Ruralista).

São conquistas obtidas a partir da Marcha, o novo limite de crédito no Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), que servia para que os assentados iniciassem a produção, o Projeto Lumiar, que deveria organizar a assistência técnica e a capacitação nos assentamentos e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), com o objetivo de organizar cursos formais para escolarização dos trabalhadores sem terra.

Já no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, deu-se a intensificação das políticas neoliberais aplicadas à questão agrária brasileira, sistematizadas no documento “Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local para um Novo Mundo Rural – política de Desenvolvimento Rural com Base na Expansão da Agricultura Familiar e Sua Inserção no Mercado”.

Neste documento, é anunciada uma nova estratégia de aquisição de terras para fins de reforma agrária: trata-se do Banco da Terra, onde o estado atua como intermediário na venda dos latifúndios e na compra por parte de pequenos produtores organizados em associações.

A estratégia era deslegitimar a desapropriação por interesse social e deslegitimar o MST enquanto força social, atendendo aos interesses dos ruralistas. Além disso, a superação da crise econômica, sob a cartilha neoliberal passaria pelo corte de gastos do Estado e pelo fim do “paternalismo” para com os assentados. Segundo o documento do governo federal citado acima:

(...) o próprio sucesso quantitativo da reforma agrária nos últimos quatro anos tornou o antigo regime inviável financeira e administrativamente. Por um lado, a demanda pelos créditos do Proterra aumentou exponencialmente; por outro o Incra não tem estrutura para permanecer cuidando da vida de 414 mil famílias assentadas e continuar aumentando esse número com novos assentamentos. (BRASIL, 1999, p.32).

O enfoque seria dado a partir de uma mudança no padrão de desenvolvimento pregado pelo Banco Mundial e viria a alterar a forma de agir do Estado em relação às políticas públicas destinadas à pequena agricultura, havendo um desmonte das políticas que deveriam funcionar como solução para a vida dos trabalhadores assentados.

Na rabeira dessas mudanças de enfoque, a maioria das conquistas dos trabalhadores é eliminada e/ou modificada/fragilizada, tais como: o PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), substituído pelo PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996, hoje esvaziado e deturpado; o projeto LUMIAR foi simplesmente abolido, depois de ter alcançado resultados importantes, no que se relaciona à assistência técnica; e o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), secundarizado e desprestigiado, apesar de contar com recursos, muito mais devido às pressões dos movimentos sociais, do que das instâncias diretivas do MDA e do INCRA. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p.359).

Paralelamente a estas medidas de ajuste das políticas voltadas à agricultura familiar, adotavam-se outras de incentivo e crescimento do agronegócio, com ampla repercussão na mídia objetivando fundamentalmente, superar a visão de que no campo brasileiro existiam sérios conflitos fundiários.

Outro argumento recorrente é da possibilidade de integração da agricultura camponesa ao agronegócio, como uma forma de também ocultar a desigualdade de tratamento no que se refere ao acesso aos créditos, à comercialização e à injusta e histórica acumulação de riquezas por parte da elite agrária brasileira e das transnacionais do agronegócio.

Nascia assim, uma concepção neoliberal para interpretar esta agricultura de pequeno porte, a **agricultura familiar**. O neoliberalismo invadia desta forma, o mundo da intelectualidade. E, como se isso não bastasse, invadiu também o mundo dos movimentos sindicais e sociais do Brasil. Julgaram os neoliberais do estudo agrário que era preciso tentar sepultar a concepção da **agricultura camponesa** e com ela os próprios **camponeses**. Afinal, era preciso no plano teórico e político afastar de vez o velho fantasma da questão camponesa que já assustava os latifundiários brasileiros da UDR – União Democrática Ruralista, e agora assustava também lideranças sindicais e de partidos políticos progressistas e de esquerda. (OLIVEIRA, 2007, p. 147)

Uma esperança aos trabalhadores e à execução da Reforma Agrária no Brasil deu-se com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência no ano de 2002. Um amplo estudo, feito por técnicos de diversas áreas, foi organizado para elaboração da Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária. Após muitos anos, abriam-se os arquivos do INCRA para a realização de estudos que demonstraram a viabilidade de uma mudança radical no sentido de atingir a raiz do problema agrário brasileiro.

Os dados evidenciaram que havia 170 milhões de hectares de terras devolutas no Brasil (OLIVEIRA, 2007). A Proposta elaborada tinha como metas assentar um milhão de famílias; assegurar renda aos assentados e agricultores familiares; criação de 2,5 milhões de novos postos de trabalho nas áreas reformadas; consolidar os assentamentos já constituídos; regularização fundiária para os atingidos por barragens, indígenas e quilombolas; realizar o georeferenciamento do território brasileiro; garantir assistência técnica e capacitação aos agricultores e; crédito agrícola e garantia de preços mínimos.

Entre as ações propostas estava o Programa Fome Zero, com o objetivo de superação da fome que atingia 54 milhões de brasileiros. O programa deveria ser implementado através do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e

Nutricional e uma das principais ações estruturantes vinculadas à agricultura camponesa seria o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), objeto de estudo do quarto capítulo deste relatório.

Em nome da governabilidade e das alianças feitas com os setores ligados ao agronegócio, a Proposta foi sendo esvaziada e já não era contemplada no II Plano Nacional de Reforma Agrária. Com o tempo, a política de caráter estrutural deu lugar a políticas compensatórias que acabaram por gerar frustração entre os que esperavam uma solução para o problema agrário brasileiro.

Fato que demonstra a correlação de forças existente no período foi a instauração da CPMI da Terra, que ocorreu entre 2003 e 2005. Com o objetivo de investigar as ações dos movimentos sociais de luta pela terra, especialmente o MST, tornou-se um instrumento de criminalização da luta pela terra. Foram 43 reuniões ocorridas em Brasília e em outros nove estados brasileiros. No relatório da CPMI, elaborado pelo deputado Abelardo Lupion, ele aponta que a investigação é necessária:

(...) porque se verifica que o MST tem pretensões políticas. Nas escolas do MST, grande parte dos cursos e dos livros das bibliotecas são ideologicamente voltados para o comunismo/socialismo. No dia-a-dia, o MST ataca o modelo econômico do Governo e assume publicamente sua intenção de mudar o País, não só no que se refere à questão agrária. (BRASIL, 2005, p. 369)

Explicita-se a necessidade de reorientação das políticas públicas ao paradigma do capitalismo agrário, visto que o deputado faz uma série de recomendações às instituições públicas no que se refere ao tratamento ao MST, qualificando o movimento de terrorista:

Esse tipo de terrorismo, próprio da realidade brasileira, não deve ser aceito e deve ser punido com o mesmo rigor que as outras formas de atos terroristas previstas em nossa Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170, de 1983), pois, de forma equivalente, afeta a ordem constitucional estabelecida, a integridade territorial, o regime representativo e democrático e o Estado de Direito (art. 1º, I e II, da Lei de Segurança Nacional). Enfim, tais ações fragilizam o Estado. (BRASIL, 2005, 385).

No relatório consta o tipo de política pública que deveria ser destinada à solução dos conflitos agrários, como por exemplo: potencializar o programa Banco da Terra com “a supressão da intervenção da agência estatal no processo de seleção e negociação das terras” (BRASIL, 2005, p. 373), prioridade à estruturação dos assentamentos em detrimento da aquisição de novas áreas, suspensão de recursos repassados a entidades jurídicas ligadas ao MST, entre outros. Todas estas medidas foram sendo seguidas à risca ao longo dos governos petistas.

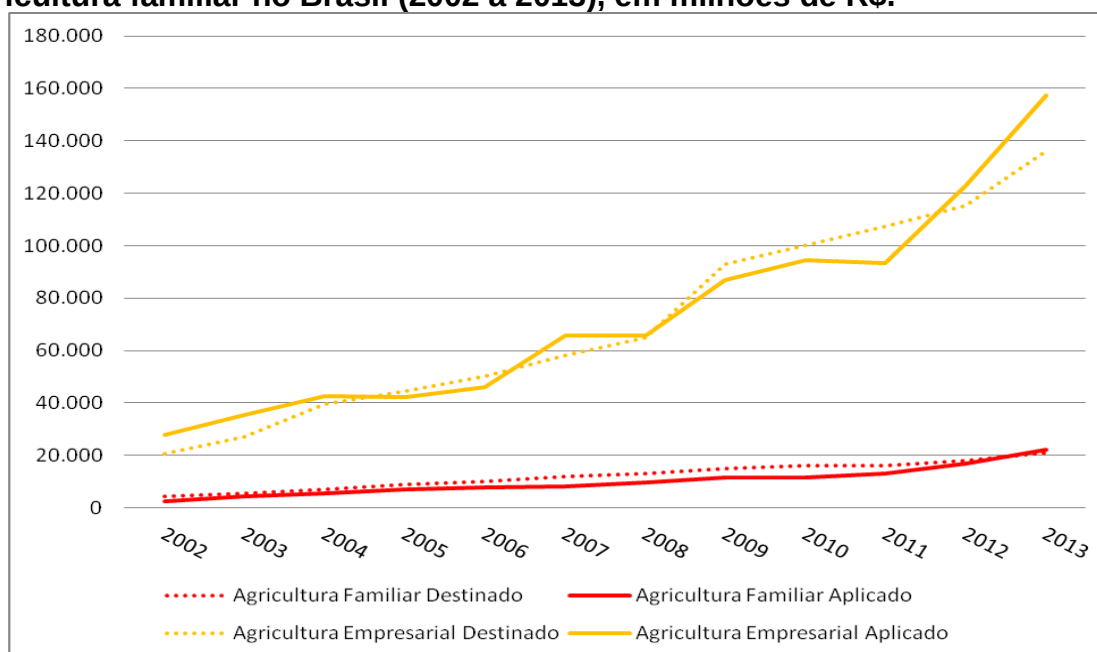
Já na campanha para o segundo mandato presidencial, não havia sequer resquícios da Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborada em 2002 e o documento “Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável para uma Vida Digna no Campo”, trazia de forma deturpada e ambígua propostas que fragmentaram e inviabilizaram novamente a realização da Reforma Agrária no Brasil. Aliás, nem o nome Reforma Agrária comparecia no título do documento.

As políticas de desenvolvimento rural adotaram um perfil compensatório para o público da agricultura familiar, o governo federal cria em 2008 o Programa de “Territórios da Cidadania”, com o objetivo apoiar e estimular os processos de desenvolvimento sustentável, organizados territorialmente, onde os investimentos públicos e privados não têm sido suficientes para garantir o atendimento às necessidades básicas da população. O Programa propõe-se a articular territorialmente as regiões de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e no estado de São Paulo articulam-se colegiados territoriais na Região Sudoeste, no Vale do Ribeira e no Pontal do Paranapanema. Por nossa experiência de participação, especialmente na região Sudoeste onde está o PA Pirituba II, os colegiados territoriais acentuam as disputas por poucos recursos entre diversas organizações da sociedade civil, promovendo inclusive fragmentações entre tais organizações.

Outro programa criado no ano de 2009, no âmbito da comercialização institucional foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), onde 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinados à compra de alimentos para escolas devem ser gastos com a compra de produtos da agricultura familiar.

Durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o apoio ao agronegócio foi ainda mais ampliado. Levantando os dados junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, referentes aos créditos destinados à agricultura empresarial e familiar, ficam claras as disparidades existentes (Gráfico 1).

Gráfico 1. Crédito rural destinado e aplicado à agricultura empresarial e à agricultura familiar no Brasil (2002 a 2013), em milhões de R\$.



* Valores Nominais

Fonte: MAPA, 2015. Org. (REIS, A. T.)

A série histórica refere-se aos primeiros mandatos de Lula (2002 a 2010) e ao terceiro governo petista, de Dilma Roussef (2010 a 2013). O total de recursos aplicados na agricultura, ao longo destes anos, são da ordem de R\$ 1 trilhão, sendo R\$ 856 bilhões destinados à chamada agricultura empresarial e R\$ 146 bilhões destinados aos créditos para a agricultura familiar. Ainda que haja um aumento a cada ano na quantidade de recursos, a relação percentual entre os recursos destinados à agricultura familiar e empresarial saiu da marca de 17% em 2002, chegando a 13 % em 2011, ano em que foram destinados à agricultura familiar 16 bilhões de reais e à agricultura empresarial 107 bilhões de reais.

Podemos observar que além de destinar mais recursos à agricultura empresarial, esta por vezes chegou a acessar valores superiores aos destinados,

fato que ocorre entre os anos de 2002 e 2004 e entre 2006 e 2008. Já no caso da agricultura familiar, pode-se perceber que sistematicamente, o montante destinado não foi gasto, fato recorrente por que a política de créditos está aliada às condições de acesso desta categoria de agricultores, que dependem da adimplência e da elaboração de propostas a serem apresentadas ao Banco do Brasil, por parte de técnicos que muitas vezes não existem. Ou seja, a política de créditos voltada à agricultura familiar mostra-se ineficiente pela necessidade de articulação com outras políticas públicas, como a de assistência técnica, negociação de dívidas e acesso à informação.

Segundo Wesz Junior e Griza (2012), os R\$ 22,2 bilhões destinados à agricultura familiar pelo Plano Safra 2012/2013, foram subdivididos em cinco linhas de políticas que são crédito rural (PRONAF), comercialização (PAA e PNAE), garantia de preços (PGPAF e PGPM), seguro da produção (SEAF e Programa Garantia Safra), assistência técnica (PNATER) e combate à pobreza rural (Brasil sem Miséria). (Quadro 1).

Quadro 1. Distribuição de recursos do Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013, Brasil, em bilhões de reais (R\$).

Linha	Valor
Pronaf	18,000
Seguro da Agricultura Familiar – SEAF	0,480
Programa Garantia-Safra	0,412
Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF)	0,090
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	1,200
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	1,100
Assistência Técnica e Extensão Rural	0,542
Programa de Garantia de Preço Mínimo – PGPM	0,347
Fomento às atividades produtivas rurais do Plano Brasil sem Miséria	0,081

Fonte: MAPA, 2012. (Organização: REIS, A. T.).

Para Flexor e Leite (2006), é importante levarmos em conta que o conflito entre grupos rivais pela apropriação de recursos escassos representa uma dimensão central da vida política, de tal modo que determinados interesses são privilegiados em detrimento de outros. Ainda para estes autores, o Estado não atua com um distanciamento destes grupos, exterior ao jogo político dos diferentes atores, sendo justamente o contrário: “o Estado é um ator estratégico que congrega

nas suas próprias estruturas – tão diferenciadas, quanto hierarquicamente desiguais – os conflitos que permeiam as relações entre os grupos de interesse ou frações de classe”. (FLEXOR; LEITE, 2006, p.17).

Assim, concordamos com Pereira e Alentejano (2014) ao afirmarem que houve durante os governos petistas um esvaziamento da reforma agrária enquanto política estrutural, sendo a política agrária convertida em medidas de alívio da pobreza rural e da pressão social. Os autores destacam que, os documentos produzidos pelo governo e pelo Partido dos Trabalhadores apontam que:

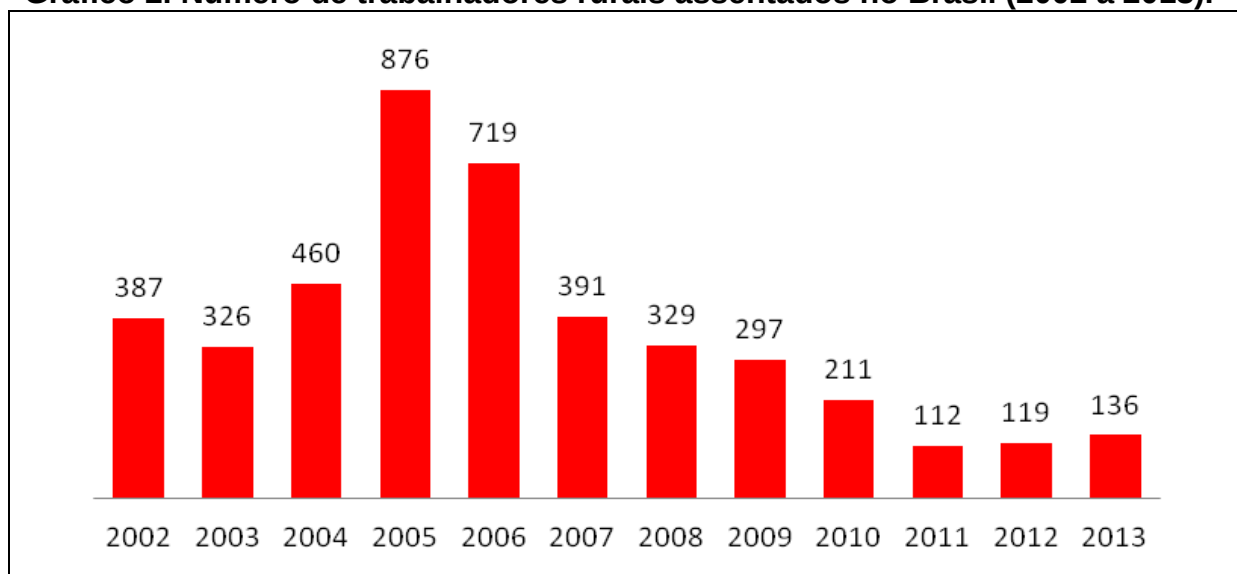
a) deixaram de estabelecer metas anuais de assentamento; b) o conceito de áreas reformadas perdeu importância; c) a desapropriação deixou de ser considerada como o instrumento principal de obtenção de terras; d) o crédito fundiário ganhou destaque como instrumento inovador; e) desapareceu a menção à atualização dos índices de produtividade como medida indispensável para ampliar o estoque de terras para a reforma agrária. (PEREIRA e ALENTEJANO, 2014, p.104)

Com o terceiro mandato ligado ao Partido dos Trabalhadores, a partir da eleição da presidente Dilma Rousseff, nada se altera em relação às políticas públicas para o campo. O caráter desenvolvimentista continua a seguir a cartilha neoliberal de incentivo ao agronegócio para geração de divisas, mantendo o saldo positivo da balança comercial. A aquisição de terras e a realização dos assentamentos passam a ser determinada pelo limite de gasto de cem mil reais por família, inviabilizando novos assentamentos principalmente na região centro-sul do Brasil.

Outra realidade posta é a “precarização” dos assentamentos realizados ao longo dos últimos dez anos, nos quais os investimentos em infra-estrutura não chegam, faltando energia elétrica, em tempos de Luz para Todos; condições de moradia, em tempos de Minha Casa, Minha Vida; estradas e água, em tempos de Programa de Aceleração do Crescimento; equipamentos públicos de lazer, em tempos de Copa do Mundo e Olimpíadas. Há ainda a atuação reacionária do Poder Judiciário, reintegrando posse em assentamentos e não liberando áreas conquistadas, sempre em favor dos antigos proprietários.

Resultado desta política de esvaziamento da pauta da Reforma Agrária é a diminuição no número de famílias assentadas (Gráfico 2), chegando à assentar entre 2002 e 2013 apenas 4.363 famílias, do total de um milhão propostos na elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária.

Gráfico 2. Número de trabalhadores rurais assentados no Brasil (2002 a 2013).



Fonte: DATALUTA, 2015. Org. (REIS, A. T).

Se esta é a situação das políticas públicas ligadas ao Governo Federal, o Governo do Estado de São Paulo, ligado à direita brasileira desde sempre, não fica atrás no que se refere à implementação de políticas de integração da agricultura familiar ao mercado. A principal ação no âmbito do Desenvolvimento Rural Sustentável está ligada ao “Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas”, financiado pelo Banco Mundial e seguindo todas as premissas de desenvolvimento pautadas pelo Banco, deve ser implementado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada (CATI).

No caso dos assentamentos, há a atuação do Instituto de Terras de São Paulo “José Gomes da Silva”, que conta com um efetivo de técnicos muito aquém do necessário, sendo coordenado pela Secretaria de Justiça de São Paulo e ficando muito mais a cargo de processos de regularização fundiária do que de consolidação dos assentamentos.

Ainda no caso do Governo do Estado de São Paulo, foi lançado em 2012 o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), que segue um pouco a idéia da comercialização institucional praticada no PAA e no PNAE, sendo que os alimentos adquiridos devem ser destinados à presídios e hospitais do estado. Cabe ressaltar, que no caso do PPAIS, os agricultores devem acessar o programa individualmente, não sendo necessária a articulação de grupos organizados, o que por muitas vezes inviabiliza o acesso ao programa. A aquisição é feita por meio da compra direta, via chamada pública, até o limite de R\$ 22 mil anuais, por família. Desde sua efetivação em 2012, o programa operacionalizou 2,1 mil contratos movimentando R\$ 6 milhões, sendo beneficiadas 800 famílias até 2015.

Tabela 1. Programas de comercialização institucional para o estado de São Paulo.

Programa	Órgão executor	Limite Anual.
Programa de Aquisição de alimentos (PAA)	Governo Federal.	Doação Simultânea: R\$ 8.000,00. Formação de Estoques: R\$ 8.000,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Prefeituras.	R\$ 20.000,00 por prefeitura, R\$ 360.000,00 por agricultor.
Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social.	Governo Estadual.	R\$ 22.000,00
TOTAL POR ANO		R\$ 398.000,00

Elaborado pela autora.

A implementação das políticas públicas de comercialização sem dúvida foi importante para os agricultores familiares como um todo e especialmente para os camponeses assentados, principalmente por garantir a demanda de consumo dos produtos destes agricultores. Mas ainda que o volume a ser comercializado seja expressivo, conforme apresentamos no Quadro 1, acessar todos os programas concomitantemente é um desafio que tem sido vencido por pouquíssimos agricultores, como pudemos demonstrar anteriormente.

O caminho que leva ao completo acesso às políticas públicas de comercialização deve ser percorrido por uma nova lógica de assistência técnica, com créditos para a produção, avançando na organização das cooperativas e

associações, promovendo as agroindústrias, envolvendo mulheres e jovens, ou seja, garantindo os meios para que se chegue a este fim.

1.4. A necessidade de lutar.

Em que pesem todas as iniciativas e debates feitos em torno da implementação de políticas públicas para o campo, o que se percebe é a continuidade na imposição dos pacotes tecnológicos à agricultura camponesa, condenada à perda de sua autonomia na produção e à subsunção à lógica do mercado com a clara pretensão de ocultar a dualidade de projetos de desenvolvimento que persistem no campo.

Observar esta realidade a partir do chão onde pisamos, sem falsear números e dialogando constantemente com as famílias assentadas, nos leva a perceber que a hegemonia no interior do Estado continua sendo da aristocracia agrária brasileira, agora aliada às transnacionais do agronegócio. Essa hegemonia também passa pela mídia, que tem tido um papel fundamental na criminalização dos movimentos sociais e na divulgação da ideologia de um mundo rural moderno e sem conflitos, onde tudo pode ser resolvido a partir da inserção no mercado.

Há assim, a necessidade de apropriação política, no sentido de manter o controle político das conquistas, por parte dos movimentos sociais, organizando as famílias camponesas e avançando na construção da autonomia em seus territórios. Esta autonomia se refere à aproximação, sempre negada dos trabalhadores em relação aos meios de produção. No caso dos assentamentos de Reforma Agrária isto se manifesta a partir da organização de um novo modelo produtivo, pautado na soberania alimentar enquanto estratégia de superação ao estranhamento na produção agrícola imposto pelo agronegócio. É desta construção de autonomia, percebendo a possibilidade de criação de uma nova sociabilidade, que tratamos nesta pesquisa.

Durante toda a década de 1990, o Brasil passou por um reordenamento econômico baseado no neoliberalismo, houve a desregulamentação da economia e o mercado mundial passou a determinar os preços dos produtos agrícolas. Neste

processo, houve diversos momentos de crise, mas a estrutura de mando do país não foi alterada.

É por isso que a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses no Brasil, é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX. Dessa forma, o século XX, foi um século por excelência na formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social. É por isso, que este camponês não é um camponês que na terra, entrava o desenvolvimento das forças produtivas impedindo, portanto, o desenvolvimento do capitalismo no campo. Ao contrário, ele praticamente nunca teve acesso a terra, é, pois, um desterrado, um sem terra que luta para conseguir o acesso a terra. (OLIVEIRA, 2007, p. 152)

Ainda que o capital internacional, muitas vezes fictício, se proliferasse por todos os segmentos da economia, aliando-se ao latifúndio e à elite agrária brasileira, articulando o agronegócio em diversas dimensões da vida no campo, a classe-que-vive do trabalho continuou travando lutas pela Reforma Agrária. Nas palavras de Mészáros (2011):

Onde quer que olhemos, perceberemos que aquilo que parece ser – e é sonoramente propagandeado como – uma sólida solução duradoura, mais cedo ou mais tarde desfaz-se em pó. Por exemplo, tentemos simplesmente vistoriar em nossa mente a história efêmera dos “milagres econômicos” que se sucederam nas décadas pós-guerra. (p. 77)

O mundo do trabalho sofreu alterações, a produção se transformou, as tecnologias de comunicação se modernizaram, todas as coisas da vida material parecem ter ganhado uma fluidez e uma rapidez que muitas vezes fogem da nossa capacidade de interpretação, mas de qualquer maneira, há necessidade de continuar pensando possibilidades de transformação da realidade. Assim como as forças ligadas à classe trabalhadora e os movimentos sociais não têm respostas para estas rápidas transformações, o capital também não as tem.

2 O Sistema metabólico do capital e a questão agrária em São Paulo

Neste capítulo, objetivamos analisar a consolidação do sistema metabólico do capital no campo, buscando compreender as dinâmicas territoriais da agricultura, especialmente no estado de São Paulo.

Os princípios de preservação da grande propriedade fundiária, monocultora, voltada para o mercado externo, explorando recursos naturais e principalmente, expropriando trabalhadores, vêm se transformando ao longo dos séculos, consolidando o capital e alterando rapidamente a condição de vida dos trabalhadores do campo como já observamos no primeiro capítulo.

Para tanto, faremos o debate analisando as relações de produção que estão sendo desenvolvidas no campo, dimensionando como se dão as dinâmicas produtivas, compreendendo de que forma os trabalhadores do campo estão subsumidos à lógica de desenvolvimento do sistema metabólico do capital, seja na expropriação da mais-valia no trabalho assalariado, seja a partir da apropriação da renda da terra no caso do campesinato.

Fundamental neste debate é a concepção de renda da terra desenvolvida por Martins (1981). O autor destaca que a disputa no meio rural ocorre pela sujeição da renda da terra por parte dos capitalistas, demonstrando que a propriedade da terra é uma relação social capitalista e que a apropriação privada é uma necessidade do desenvolvimento do capital. Este processo resulta na separação do trabalhador e meio de produção.

A necessidade de apropriação da terra é uma contradição gerada pelo próprio capital, visto que a renda da terra representa uma imobilização de capital produtivo, mas, esta contradição é superada pela observância de que a renda obtida não é paga pelo capitalista, nem pelo proprietário de terras, mas pelo conjunto da sociedade, que paga esta renda para que a terra cumpra a função de produzir os meios de sua reprodução (MARTINS, 1981).

A concepção de que a terra para o camponês é terra de trabalho (MARTINS, 1981) e o que precisa extrair dela é regulado pelas suas necessidades de

reprodução enquanto classe leva à condição de que a realização da riqueza ocorra em mãos estranhas às suas, seja através de juros bancários ou de produção de alimento a baixo custo que barateia a reprodução de trabalho industrial e incrementa a taxa de lucro de grandes empresas.

A lógica da mercadoria revela-se, assim, no trabalho estranhado na agricultura, uma vez que os agricultores produzem mercadorias que estão além das suas necessidades primeiras, além da compreensão acerca do trabalho desempenhado e, por fim, além de sua relação com a própria natureza. Nas palavras de Marx (2004, p.153 -154),

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho [que] está frente a ele, então isto só é possível por [o produto do trabalho] pertencer a um outro homem fora o trabalhador. Se ele se relaciona, portanto, com o produto do seu trabalho, enquanto objeto estranho, hostil, poderoso, dele independente, então se relaciona com ele de forma tal que um outro homem, estranho a ele, inimigo, poderoso, dele independente é o senhor deste objeto.

Neste sentido buscamos compreender de que forma o metabolismo do capital, a partir da lógica do mercado, vêm determinando a produção e a reprodução da vida social do campesinato seja orientando a produção a partir da imposição de pacotes tecnológicos, seja apropriando-se dos produtos do trabalho. Procuraremos ainda, analisar as formas da apropriação capitalista do trabalho camponês de acordo com a afirmação de Kautsky (1980, p.24):

Se se deseja estudar a questão agrária segundo o método de Marx, não se deve equacionar apenas o problema de saber se a pequena exploração tem ou não futuro na agricultura. Deve-se, ao contrário, pesquisar todas as transformações experimentadas por esta última no decurso do regime de produção capitalista. Deve-se pesquisar se e como o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas.

Buscaremos assim, fazer uma análise de como esta realidade se concretizou no estado de São Paulo, destacando a configuração agrária do estado, no que se refere à apropriação capitalista no campo e seus desdobramentos sobre o

mundo do trabalho, destacando a produção das principais *commodities* em detrimento da produção de base camponesa. Para Thomaz Junior (2009, p.4-5):

podemos ponderar que, apesar das especificidades do segmento agroindustrial canavieiro, em relação às tantas outras formas de expressão do capital, no que tange à dinâmica, às estratégias reprodutivas, de controle do trabalho, e à aposta da sua constante precarização/fragilização, há semelhanças. No entanto, é no interior dos conflitos (territoriais) que temos o fio condutor das ações dos sujeitos envolvidos nesse cenário. Então, as ações que antepõem trabalhadores x capital, as fissuras intercapital reveladas pela necessidade de terras planas, férteis e com disponibilidade hídrica - portanto aptas à mecanização -, e entre os próprios trabalhadores, são, por excelência, os exemplos das disputas por território que revelam o conteúdo e os significados do processo expansionista do agronegócio em geral.

Neste sentido, analisaremos as formas como o capital avançou sobre o campo no estado de São Paulo e as relações que foram sendo forjadas até a consolidação do atual modelo de desenvolvimento expresso pelo agronegócio que permanece reproduzindo-se em relações sociais entre exploradores e explorados.

2.1 Caracterização da produção agropecuária no estado de São Paulo

A agropecuária em São Paulo ganha maior importância econômica com a implantação das lavouras de café, inicialmente no Vale do Paraíba e, posteriormente, avançando para o Oeste Velho, à época, região de Campinas. Os grandes lucros originários da atividade levaram ao fortalecimento da elite agrária paulista, que passou a contar com grande poderio econômico e político.

As transformações ocorridas nas lavouras de café na segunda metade do século XIX foram transformações que repercutiram por toda a sociedade brasileira, com destaque especial para a substituição da mão de obra escrava pela assalariada/imigrante, do desenvolvimento do mercado, da rápida expansão das estradas de ferro, da aparição das primeiras indústrias (SILVA, 1976).

Os elevados rendimentos obtidos com a produção de café levaram à "modernização" da agricultura no estado de São Paulo, sendo conduzida por técnicos formados no exterior e que viriam a adotar as práticas produtivas desenvolvidas nos Estados Unidos, nas lavouras paulistas. Datam do início do século XX as primeiras práticas de adubação química, utilização de maquinários e insumos industriais, por exemplo (SILVA, 1976).

Com a crise de 1929, assim como no restante do Brasil, inicia-se um processo intenso de mudanças no campo paulista, caracterizado pela aquisição de terras por muitos colonos e pela volta à produção de alimentos. Para Martins (1979, p.241):

O imigrante encontrou, desde o começo da sua vida no novo país, condições de trabalho que convergiam para o seu desejo de preservar um estilo camponês de vida, embora não completamente autônomo. A sua autonomia permaneceu fundamentalmente como um forte desejo, como um sonho político, como uma virtualidade da sua situação concretamente ambígua. Esse sonho alcançou uma forte possibilidade de realização com a Crise de 1929. Como observam Milliet e Prado, a crise acentuou a proliferação de pequenas propriedades. Não só pela divisão de grandes fazendas em sítios menores (pois, com a crise a terra se desvalorizou), vendidos aos antigos colonos. Como, também, pelo avanço sobre as novas terras da fronteira agrícola, conduzido pelos especuladores imobiliários, de forma a atender uma aguda demanda de pequenas propriedades agrícolas que já vinha dos anos 1920. (...). Que essa ascensão social tenha sido possibilitada pela crise não confirma, propriamente, a eficácia da ideologia de ascensão pelo trabalho. (...). De um lado, os colonos puderam atender sua ânsia pela terra investindo as economias penosamente feitas no colonato. De outro lado, muitos fazendeiros descobriram que poderiam transformar suas terras, diminuídas de preço após a crise, em capital que poderia ser aplicado em outros setores da economia ou que poderia saldar débitos.

Há neste período o fortalecimento de instituições de pesquisa e a saída encontrada é a produção de cana-de-açúcar. Com o posterior desenvolvimento industrial e a estratégia de criação dos Complexos Agroindustriais, São Paulo destaca-se na economia brasileira por ter um alto padrão de desenvolvimento do capital nos setores da indústria e serviços. Resulta que o estado paulista atualmente é o maior produtor do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, sendo responsável sozinho por uma parcela 33% da produção do PIB nacional.

Dados do IBGE (2010) revelam que São Paulo é o estado mais populoso do país e que dos 41.262.199 habitantes do estado, 39.585.251, ou 96% residem nas cidades, enquanto 1.676.948, ou 4 % residem no campo, denotando acentuado processo de urbanização, e que o avanço das relações capitalistas sobre o campo gerou a exclusão de milhares de agricultores que migraram para as cidades.

Em São Paulo mantêm-se as características dos altos padrões de concentração de terras e de renda de todo o país, sendo que do total de 324.601 unidades de produção agropecuárias, 262.519 ou 81% são pequenas unidades familiares, que ocupam apenas 20% do total da área agrícola do estado. As grandes empresas do agronegócio representam menos de 2% do total de unidades e ocupam 35% da área agrícola total, sendo especializadas na produção de *commodities* para exportação (SÃO PAULO, 2012).

A concentração de terras também fica evidente ao analisar os dados do CENSO Agropecuário de 2006 (Tabela 1), em que 58% dos estabelecimentos são menores que 20 hectares, ocupando 6,27% da área, enquanto 0,28% dos estabelecimentos são maiores de 2500 hectares, ocupando 23,23% da área.

Tabela 2. Estrutura fundiária por estabelecimentos rurais no estado de São Paulo, Brasil, 2006.

Área total (ha)	Estabelecimentos	Área
Maiores de 0 a menos que 20	130.872	1.063.559
De 20 a menos que 100	67.020	2.941.530
De 100 a menos que 200	13.036	1.834.340
De 200 a menos que 500	9.583	2.965.789
De 500 a menos que 1 000	2.846	1.975.819
De 1 000 a menos que 2 500	1.470	2.235.513
De 2 500 e mais	623	3.938.399
TOTAL	225.450	16.954.949

Fonte: IBGE, 2006. Org. Reis, A.T.

Importante salientar, que boa parte das pequenas unidades acabaram, principalmente durante os anos de 1990 integrando-se aos complexos agroindustriais, através do arrendamento ou da entrega de matéria-prima às unidades processadoras e neste sentido, há uma concentração das atividades agropecuárias ligadas à agroindústrias.

Este processo decorre principalmente da adoção de medidas de caráter neoliberal implementadas desde o Consenso do Washington, quando Estados Unidos e Inglaterra determinaram, entre outras medidas de ajuste, a desregulamentação dos preços dos produtos exportados, a flexibilização do câmbio e a livre associação entre empresas (REIS, 2006).

Em resposta a esta crise, o capital adotou estratégias de redução de custos e “racionalização da produção”. O traço fundamental deste processo foi o fortalecimento da unificação orgânica entre lavoura e planta fabril, que transformou esta última em escala crescente no centro nervoso de controle e planejamento do empreendimento agroindustrial como um todo. Multiplicaram-se os nexos entre a produção agrícola, a indústria de maquinário e insumos e as agroindústrias processadoras. Mudanças técnico organizacionais das lavouras passaram a ser planejadas em sincronia com as decisões globais das unidades de processamento industrial. Estas, por sua vez, se tornaram crescentemente adaptadas a mudanças ocorridas na parte agrícola, capazes de beneficiar os múltiplos recursos oferecidos pelas lavouras. Ainda que em ritmos distintos em diferentes locais e culturas, mecanizaram-se novos momentos do processo de trabalho e automatizaram-se as linhas de processamento agroindustrial, implantando-se também no chão de fábrica novas formas de organização da produção. (FARIAS, 2013, p. 44).

Do ponto de vista quantitativo, o estado de São Paulo possui área total de cerca de 24,9 milhões de hectares, com área agricultável de, aproximadamente, 14,7 milhões (BELLENTANI, 2014, p.30). Entre os principais cultivos no estado, destacam-se a produção de cana-de-açúcar, laranja, eucalipto, mais recentemente a seringueira e, a pecuária bovina. A expressão destas culturas, leva à necessidade de entender as dinâmicas territoriais e o processo de espacialização do agronegócio em São Paulo, a forma como estas atividades vão transformando as paisagens e alterando a vida dos trabalhadores do campo.

Segundo Vicente (2014, p.02):

Os cinco principais grupos nas exportações do agronegócio paulista no ano de 2014 foram: complexo sucroalcooleiro (US\$ 6,76 bilhões, com as exportações de álcool representando 11,6% desse total); carnes (US\$ 2,64 bilhões, em que a carne bovina respondeu por 80,4%); sucos (US\$ 1,89 bilhão, dos quais 98,5% referentes a sucos de laranja); produtos florestais (US\$ 1,65 bilhão); e complexo soja

(US\$ 1,49 bilhão). Esses cinco agregados representaram 79,4% das vendas externas setoriais paulistas.

Há ainda que se pautar a disputa entre os diferentes segmentos do agronegócio paulista, principalmente diante do avanço nos plantios de cana-de-açúcar em áreas antes destinadas à produção de laranja ou à pecuária extensiva. Para Thomaz Junior (2009, p.5):

O resultado da reorganização espacial, incluindo o próprio fortalecimento das áreas tradicionais e a demarcação das áreas novas, é indicativo das disputas territoriais entre os diferentes segmentos da burguesia, especializados nos principais ramos do agronegócio, principalmente soja, milho, algodão, laranja, eucalipto, cana-de-açúcar e pecuária de corte. Essa dinâmica espacial, que atinge 23 milhões de ha ocupados com soja, 16 milhões de ha com milho, 9,2 milhões de ha com cana-de-açúcar, reserva apenas e 3,0 milhões de ha para o arroz e 4,2 milhões de ha para o feijão.

Prova de que este “desenvolvimento” ocorre de forma injusta e desigual, é que em contraste a tanta riqueza, o IBGE através da PNAD 2013, aponta que há 1.640.840 domicílios em situação de insegurança alimentar, segundo a média nacional, 35,3 % destes domicílios estão no meio rural e 20,5 % estão em áreas urbanas.

De qualquer modo, são muitas famílias do meio urbano e do campo que não têm acesso a alimentos no estado mais rico do país e neste sentido, buscaremos elaborar uma síntese que apresente as desigualdades e a persistência de relações de produção arcaicas, frente ao moderno agronegócio.

2.1.1 *Complexo Agroindustrial Canavieiro*

No estado de São Paulo, a cultura da cana fixou-se em suas bases modernas na década de 1930, após a crise econômica mundial que afetou duramente a economia cafeeira, surgindo como alternativa para minorar os prejuízos dos cafeicultores do estado. Conforme apontamos no primeiro capítulo, a atividade esteve sujeita a sucessivas crises e a recorrentes socorros por parte do Estado brasileiro para que se mantivesse enquanto atividade agrícola altamente rentável.

Destaca-se na primeira década do século XXI as políticas empreendidas pelo governo federal no que se refere ao incentivo ao setor, principalmente à produção de etanol, enquanto tecnologia brasileira alternativa aos combustíveis fósseis.

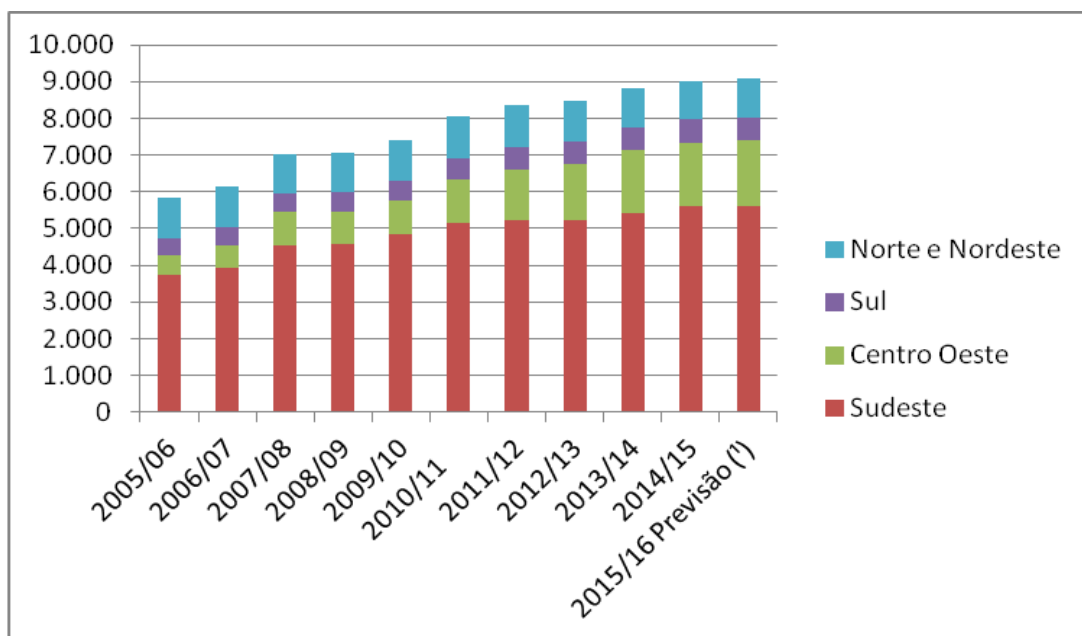
O Brasil já no ano de 2004 era líder no ranking de países produtores de cana de açúcar, representando 31,2 % da produção mundial ou 383,2 milhões de toneladas, chegando a produzir em 2014, 634,7 milhões de toneladas. O estado de São Paulo é o maior produtor nacional, e segundo dados do IBGE, em 2013, produziu com 434,07 milhões de toneladas, ocupando uma área de 5,4 milhões de hectares (IBGE, 2013).

Para Thomaz Júnior (2009, p.5), o processo de territorialização expresso no movimento que redefine a *geografia canavieira*, tem explicitado a intensa concentração nas áreas tradicionais e, mais que isso, demarcado as áreas da expansão recente, principalmente em relação à região Centro-Oeste e Sudeste. (Gráfico 3).

Para Thomaz Junior (2009, p. 17-18):

A *grandiosidade* desse processo sediado no setor energético canavieiro traz em si os vícios de uma cultura quinhentista, que primou por ser historicamente excludente e concentradora de terra, de renda, de capital, de riqueza e de miséria. Entretanto, por meio da grande imprensa, (...) há registros de que estão se tornando frequentes as reclamações de fornecedores e trabalhadores quanto aos atrasos nos pagamentos. A inadimplência das empresas comparece juntamente com a má administração dos recursos e a usura, que fazem desse setor, historicamente, importante consumidor de dinheiro fácil e incompetência revelada para a gestão. Parte dos investimentos anunciados está suspenso, divulgou a UNICA no seu *site*, e até o final do mês de outubro de 2008 a entidade entregará ao governo federal o mapeamento da situação das empresas. Outro sintoma da crise se revela na efetivação dos projetos de expansão das plantas agroindustriais canavieiras, pois o Brasil conta hoje com 370 unidades processadoras de cana-de-açúcar e deverá alcançar 409, até a safra 2012/2013, sendo que, em 2007, a previsão era de 140 novas usinas até 2015, porém esse número caiu para 93 (LOBATO; SOARES, 2008). Todavia, isso não alterará substancialmente a tendência recente de concentração e centralização da produção da cana-de-açúcar, do açúcar e do etanol.

Gráfico 3. Área plantada de cana-de-açúcar no Brasil, entre 2005 a 2015 em mil hectares.



Fonte: CONAB (2015) Org. REIS, A. T.

Entre estes “vícios de uma cultura quinhentista” podemos destacar a permanência da estrutura agrária concentradora dos tempos da *plantation*, pautada na grande propriedade fundiária, com produção voltada à exportação em detrimento da produção de alimentos, com super-exploração do trabalho e destruição do meio ambiente.

No que se refere à acumulação de capitais, destaca-se o processo de fusões e aquisições por parte de grandes usinas do setor, bem como a existência de capital internacional entre as principais empresas do setor. Segundo Bellentani (2014), entre os maiores grupos que operam no setor sucroenergético há entre os 12 principais, 5 empresas mundiais estrangeiras: Biosev (Louis Dreifuss) e Tereos com controle acionário francês; Bunge, com controle acionário holandês; Noble Group, com controle acionário chinês; e Renuka, com controle acionário inglês.

Aliada à concentração de capitais, há que se ressaltar que esta expansão da área plantada e de produção da cana-de-açúcar ocorre de forma a acentuar a expansão da atividade monocultora, uma vez que a mesma esteve presente em

79,68% dos municípios do estado de São Paulo, alterando a produção de alimentos, como afirma Oliveira (2014, inédito):

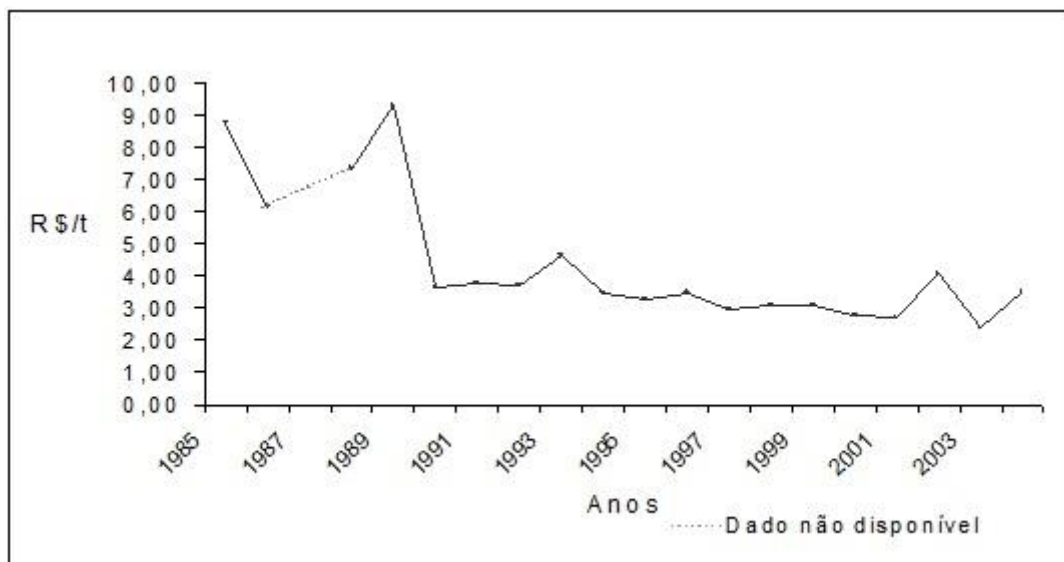
[...] As consequências dessa expansão da cana-de-açúcar passaram a aparecer, pois, estudo realizado sobre os dados do IBGE entre 1990 e 2006 revelou a redução da produção dos alimentos imposta pela expansão da área plantada de cana-de-açúcar que cresceu nesse período mais de 2,7 milhões de hectares. Tomando-se os municípios que tiveram a expansão de mais de 500 hectares de cana no período, verificava-se que neles ocorrera a redução de 261 mil hectares de feijão e 340 mil de arroz. Nesta área reduzida poder-se-ia produzir 400 mil toneladas de feijão, ou seja, 12% da produção nacional e, um milhão de toneladas de arroz equivalente a 9% do total do país. Além, disso reduziram-se nesses municípios a produção de 460 milhões de litros de leite e mais de 4,5 milhões de cabeças de gado bovino. É assim e por isso, que o boi vai sendo levado para a Amazônia, fazendo aumentar o desmatamento e a grilagem das terras públicas. E mais, tomando-se o período de 2006 e 2012, nos municípios onde ocorreu a expansão do cultivo da cana-de-açúcar, deu-se a redução de 81.515 hectares de cultivo do arroz, que permitiria produzir 390 mil toneladas, ou 3,38% da safra deste último ano.

No que se refere à super-exploração do trabalho, destacamos a atividade extremamente extenuante do corte de cana-de-açúcar, que ocorre de forma sazonal, sendo executado principalmente por migrantes, em que pesem a “modernidade” do uso de colhedadeiras. Entre os estudos elaborados, destacamos o de Silva (2008):

O crescimento gigantesco dos níveis de produtividade pode ser visualizado por meio das seguintes cifras: em 1980, a *média* exigida no corte da cana girava em torno de 6 a 8 toneladas diárias; na década de 1990, estes números passam para 10 e a partir de 2000, para 12 a 15 toneladas! No que tange aos salários, cálculos do Sindicato de Trabalhadores Assalariados de Bebedouro mostram que antes de 1988, o piso salarial correspondia a 2,5 salários mínimos. Em seguida, estes valores caíram para um pouco mais de 1 salário mínimo (R\$ 410, 00 em 2006). (SILVA, 2008, p. 33 e 34).

Dedicamos especial atenção a esta condição dos trabalhadores assalariados do corte da cana de açúcar durante o trabalho de conclusão de curso da graduação, quando analisamos salários, preços e produtividade no setor sucroalcooleiro durante a década de 1990, em que fica evidente, como apresentado no Gráfico 4, a diminuição dos salários ao longo desta década.

Gráfico 4. Salários pagos ao cortador de cana em São Paulo, Brasil, entre 1985 e 2005.



Fonte: Reis (2006).

Segundo Alves (2006), na década de 80 a produtividade média era de 6 toneladas de cana por dia por homem ocupado, já no final da década de 90 e início da presente década, atinge 12 toneladas de cana por dia. O mesmo autor revela que para cortar 12 toneladas de cana, o trabalhador caminha aproximadamente 8.800 metros, despense 366.300 golpes de podão, carrega 12 toneladas de cana em montes de 15Kg cada um, faz 36.630 flexões de perna para golpear a cana e perde 8 litros de água por dia, realizando toda essa atividade sob sol forte, sob os efeitos da poeira, da fuligem expelida pela cana queimada, trajando uma indumentária que o protege da cana, mas aumenta sua temperatura corporal.

Foram denunciadas, ainda na primeira década dos anos 2000, as mortes de dezenas de trabalhadores oriundos do corte de cana, sendo que esses números podem ser mascarados pela forma como se registram os óbitos, mas há muitos casos de mortes por problemas cardíacos e respiratórios que poder ser relacionados à atividade laboral ou à ocupação do cortador de cana. Há ainda os casos de condição de trabalho análogo à escravidão. De acordo com relatório do Instituto Observatório Social (2014):

Do ponto de vista do trabalho, o setor sucroalcooleiro é um dos que mais registra incidência de trabalho escravo no Brasil. O perfil do trabalhador encontrado nessa pesquisa segue o padrão do trabalhador exposto à escravidão contemporânea no Brasil, de acordo com a OIT: homem, negro, analfabeto funcional, com idade média de 31,4 anos e renda mensal de 1,3 salário mínimo. (IOS, 2014, p.12)

Ressaltamos ainda, a implementação da Lei Estadual no. 11.241, de 19 de setembro de 2002, que determina que no ano de 2021, 100% da cana-de-açúcar colhida em áreas mecanizáveis seja efetuada sem queima; e que nas áreas não favoráveis a mecanização do corte seja efetuada 100% sem queima prévia no ano de 2031, compreendendo, portanto um prazo mais estendido para a eliminação das queimadas. (CASTRO, 2009).

Esta legislação que foi formulada com base nos impactos ambientais, tem levado à uma crescente adoção da mecanização da colheita por parte das grandes unidades agroindustriais canavieiras, mas este é um processo gradual. Para se ter a dimensão, o grupo COSAN, atual Raizen, principal empresa do setor empregou na safra de 2006/2007, cerca de 18 mil trabalhadores no corte manual, sendo que 70% da área colhida era manual e apenas 30% era mecanizada. A empresa previa que na safra 2012, estaria com 70% das áreas mecanizadas (MORENO, 2011), já na safra 2014, o coeficiente de mecanização do corte no âmbito da Raízen é de 85%

2.1.2 Citricultura

A produção de laranjas no estado de São Paulo desenvolveu-se na década de 1910, mas forma como negócio, encampada pela estratégia dos Complexos Agroindustriais a partir do ano de 1960, Segundo Borges e Costa (2006, p. 109):

A partir dos anos 60 a fruta laranja deixa de ser um bem final e passa a ser um bem intermediário, matéria-prima para as indústrias processadoras, que se instalam no Estado de São Paulo. Considerando-se a posição oligopolista da atividade processadora e a conformação pulverizada dos produtores – de diversos portes – a passagem da laranja de bem final para insumo alterou a posição dos produtores. Conforme aumentava a exportação de SLCC [suco de laranja concentrado e congelado], o produtor citrícola tornava-se mais dependente das processadoras, pois, principalmente, no final

da década de 60, o não destino da laranja para as processadoras significava uma super oferta da fruta in natura no mercado interno, o que reduziria seu preço a um nível inviável à colheita e ao transporte.

Na década de 1980, o Brasil assume a liderança mundial na produção de laranja, decorrente de geadas e furacões que atingiram a Flórida (EUA), passando a ser o maior produtor mundial de suco de laranja concentrado e congelado, com destino ao mercado externo (IEA, 2013).

Juntos, Brasil e Estados Unidos concentram 90% da produção mundial de suco de laranja concentrado, sendo o estado de São Paulo o principal produtor nacional desta *commoditie*. Segundo o IBGE, o Brasil possuía em 2010, área plantada de 775.881 hectares, com produção de 18,1 milhões de toneladas. O estado de São Paulo, no mesmo ano teve área ocupada com a cultura da laranja da ordem de 531.274 hectares, produzindo 13,8 milhões de toneladas, ou 76% da produção nacional (EMBRAPA, 2012). Em 2010 eram 1.178 máquinas extratoras no país, das quais 1.061 (cerca de 90%) estavam localizadas no estado de São Paulo, 72 (6%) no sul do país e 45 (4%) na região Nordeste.

A citricultura em São Paulo passou por significativas transformações desde os anos de 1990, fruto da desregulamentação do setor e da maior presença de empresas, aliando produção e processamento. Segundo Welch e Fernandes (2007), o número de produtores passou de 25 mil para 9 mil ao final da década. Para Bellingieri et al (2012), há duas visões ou interpretações para esta realidade, acentuada nos anos 2000:

Resumidamente, esses autores citam a saída dos produtores como consequência das novas estratégias da indústria processadora de suco, que: a) investiu em pomares próprios, aumentou seu poder de barganha e impôs preços baixos aos produtores expulsando-os da atividade; e b) de outro lado, a justificativa da saída como consequência de transformações naturais do mercado, como variações negativas na demanda mundial por suco de laranja e aumento dos custos de produção afetando principalmente os pequenos produtores, gerando necessidades de ganhos de escala que somente os maiores conseguiriam obter. (BELLINGIERI, et al 2012, p.5).

Este processo de concentração da produção, centralizado em quatro grandes grupos, a Cutrale, Citrosuco, Citrovita e Coinbra (as 4 C's), leva a uma disputa de mercados intensificando a concentração de poderes e territórios, especialmente com

a terceirização e a verticalização da produção. Este processo levou os pequenos e médios produtores de laranja a acusarem as 4C's de cartel, ocasionando realização de uma investigação de atividades ilegais: a operação Fanta pela entidade brasileira de fiscalização, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. (WELCH; FERNANDES, 2007).

O promotor do Ministério Público do Trabalho, Guilherme Duarte da Conceição, na sentença em que foram condenadas as empresas Sucocitrico Cutrale Ltda., Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial S/A, Citrovita Agroindustrial Ltda e Ficher S/A – Comércio, indústria e agricultura à uma multa de R\$ 400 milhões pela terceirização da colheita assevera que:

Na prática, a indústria impõe aos produtores rurais toda a responsabilidade social pelo trabalho humano inerente às etapas de plantio, colheita e transporte dos frutos, mas reserva para si a triagem dos pomares e o fluxo de entregas, de modo a atender tão-somente as conveniências da sua linha de produção. Quando adquire as frutas cítricas cultivadas pelos produtores rurais da região e a estes repassa - por força de contrato - a colheita e o transporte, as reclamadas assumem posição privilegiada diante de uma dinâmica empresarial engendrada com o único e inequívoco propósito de lhe tirar das costas a responsabilidade que deriva de sua atividade social. A mudança do sistema “fruta no pé” para “fruta posta na indústria” operada na década passada [1990] objetivou, apenas, escamotear as responsabilidades dos grupos industriais, inclusive abrindo campo para a atuação fraudulenta de pseudocooperativas e empresas interpostas que praticam a *marchandage*. A constatação óbvia, sabida e consabida por todos os que acompanham a realidade da citricultura, é que absolutamente nada mudou na dinâmica perversa desse processo produtivo injusto e concentrador, já que a indústria continuou a determinar, como sempre fez, o conteúdo da atividade agrícola, cabendo ao produtor rural papel meramente figurativo. (BRASIL, 2013, p. 55-56).

Novamente, o agronegócio atuando no sentido da centralização de capitais e de terra, fomentando o comércio exterior em detrimento da pequena agricultura. Destacam-se também na citricultura a super-exploração do trabalho, o alto uso de agrotóxicos e a grilagem de terras, conforme denúncias noticiadas no ano de 2014.

Somente no ano de 2011 foram empregados na colheita de laranja 208,8 mil trabalhadores volantes, em sua maioria migrantes (IEA, 2012):

De acordo com informações do levantamento de pagamento de empreita, realizado pelo IEA/CATI em 2010, o valor médio pago por caixa colhida de 25-27 kg no Estado de São Paulo foi de R\$0,72, com produtividade média de 61 caixas (25-27 kg) colhidas por homem/dia. Com base nesses dados, a diária média ficou em torno de R\$44,00. Para 2011, os valores passaram para R\$0,76 por caixa e 63 caixas colhidas por homem/dia, o que resultou em uma diária de R\$48,00 (9% superior à de 2010). O preço pago na região noroeste está, em média, de R\$0,80 por caixa de 25-27 kg colhida, somado a competição de outros setores econômicos regionais que está ocasionando falta de mão de obra na cultura e, consequentemente, aumento no custo da colheita na laranja. Pomares homogêneos e com boa produção têm média de colheita na região de 65 caixas por homem/dia, e de 25 caixas por homem/dia em pomar que apresenta falhas e plantas doentes. Um bom colhedor chega a colher 120 cx/dia (BAPSTITELLA et al, 2011 p.3).

O “bom colhedor” colhe cerca de 3.000 kg de laranja por dia e são recorrentes as notícias de degradação a que estão sujeitos os trabalhadores envolvidos na colheita. No mesmo ano, de 2011, foram resgatados 62 trabalhadores de uma fazenda da Cutrale, em Itatinga-SP por estarem em condições análogas à escravidão.

Em junho de 2014, uma nova operação foi feita e 21 trabalhadores foram encontrados em situação análoga à escravidão em Ubirajara-SP. Segundo matéria publicada no Portal Terra:

De acordo com o MP, uma das duas casas que serviam de alojamento, teve de ser interditada por falta de condições de abrigo. Além da falta de higiene, os trabalhadores tinham de dormir no chão, em colchonetes finos, sobre o cimento frio. Os alimentos eram mal armazenados e numa das casas apenas um fogareiro, no chão, servia para fazer a comida. “Não havia geladeira, os alimentos eram guardados no forno e as instalações das casas eram precárias. Uma delas não tinha qualquer condição para abrigar as pessoas”, afirmou o procurador. A casa, de madeira, foi interditada. Apesar da precariedade de moradia, os trabalhadores ainda eram cobrados por dívidas pelo aluguel dos imóveis e também pela viagem de suas cidades até o Estado de São Paulo. Se não bastasse, eles não tinham registro em carteira e no campo, também enfrentavam as condições degradantes de trabalho. De acordo com o MPT, sem refeitório, os coletores de laranja eram obrigados a fazer refeições no chão, sob o pomar, e também não tinham banheiro à disposição e muito menos equipamentos de proteção para o trabalho, obrigatórios por lei. (SIQUEIRA, 2014)

Na maioria dos casos os trabalhadores eram oriundos do Nordeste do país, em especial do estado do Maranhão. Em 2014, o MTE divulgou lista de 579 fazendas com prática de trabalho escravo no Brasil, sendo que destas, dezesseis fazendas, estão localizadas no estado de São Paulo.

Entre os casos de grilagem de terras, destaca-se a ocupação por parte da Cutrale da fazenda Santo Henrique, de 2.400 hectares, localizada no município de Borebi – SP. Esta fazenda foi ocupada pelo MST em 2009 e foi confirmada por parte do INCRA como fazenda parte do Núcleo Monções. Este Núcleo tem uma área de 50 mil hectares e foi comprado pela União para projetos de colonização, processo que não se viabilizou e a área acabou sendo ocupada irregularmente ao longo do século XX, pelo plantio de laranja, pinus e eucalipto, além de cana de açúcar (FOLHA DE SÃO PAULO, 2009).

O uso de agrotóxicos também é uma das questões a ser relevada na citricultura, o caso mais polêmico refere-se à substância carbendazim, que foi proibida nos Estados Unidos, no ano de 2009, e passa por avaliações na União Europeia, mas que continuava sendo pulverizado como fungicida nos laranjais até que fossem barradas as exportações aos norte americanos pela presença de resíduos no suco exportado.

Segundo a ANVISA (2012) o uso do carbendazim é associado com doenças de pele, problemas no fígado, diminuição na produção de espermatozoides, infertilidade, má formação fetal, distúrbios hormonais e câncer. Somente em janeiro de 2012 o uso da substância foi vetado pela ANVISA, mas em testes recentes, foram identificados agrotóxicos não permitidos pela agência em amostras de laranja *in natura*, o que demonstra que nem sempre a fiscalização no Brasil impede o consumo da população de proporções destas substâncias.

2.1.3 Pecuária bovina

Ao considerar a pecuária, nos deteremos aos casos da cadeia produtiva de carne bovina, visto que esta representa maior participação na economia paulista, mas não descartamos o histórico de super-exploração do trabalho nas cadeias produtivas de suínos e aves, caracterizadas por maior integração com a indústria.

A região Noroeste do estado de São Paulo, nos anos de 1940 após uma crise no cultivo de algodão, passa a ser importante entreposto para a engorda de animais que vinham de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás para serem abatidos na região metropolitana de São Paulo. Já em 1950, com investimentos do BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento), na gestão de Juscelino Kubitshek, são feitos investimentos para a instalação de frigoríficos e na região Noroeste são instalados duas indústrias em Araçatuba, que passa a centralizar a produção e o abate em São Paulo.

Junto a este processo, grandes proprietários foram expandindo suas terras, havendo um intenso processo de migração dos habitantes desta região, sendo que as pastagens ao final da década de 1960 passaram a ocupar 85% das terras da região, ou seja, 1.540.617 hectares com um rebanho de 1,373 milhão de cabeças de gado (BINI, 2009, p.2) e uma população humana de 538 mil pessoas.

A cadeia produtiva da bovinocultura se apresenta como uma das principais atividades agropecuárias do estado de São Paulo, superada somente pela cana-de-açúcar. A carne bovina corresponde a 10,7% do valor da produção agrícola, contabilizando R\$ 6,6 bilhões dos R\$ 61,5 bilhões totalizados na agropecuária do estado, segundo dados de 2012 do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O estado de São Paulo responde por 10,7% dos abates do País, ocupando o segundo lugar no *ranking* nacional (IBGE, 2012). Essa participação é superior à do rebanho bovino do estado no total nacional (5%), indicando que São Paulo importa gado de outros estados para abate em seu parque industrial (IBGE, 2012).

Neste sentido, ainda que as áreas de pastagem tenham diminuído nos últimos anos em decorrência do avanço do cultivo da cana-de-açúcar (Gráfico 5), a

atividade da pecuária bovina não perdeu sua importância econômica, adotando um sistema de integração com as lavouras e aproveitamento de subprodutos em confinamentos e semi-confinamentos. Por traz dos números, verificamos também aqui a centralização de capitais na atividade, principalmente pela atuação de grandes frigoríficos.

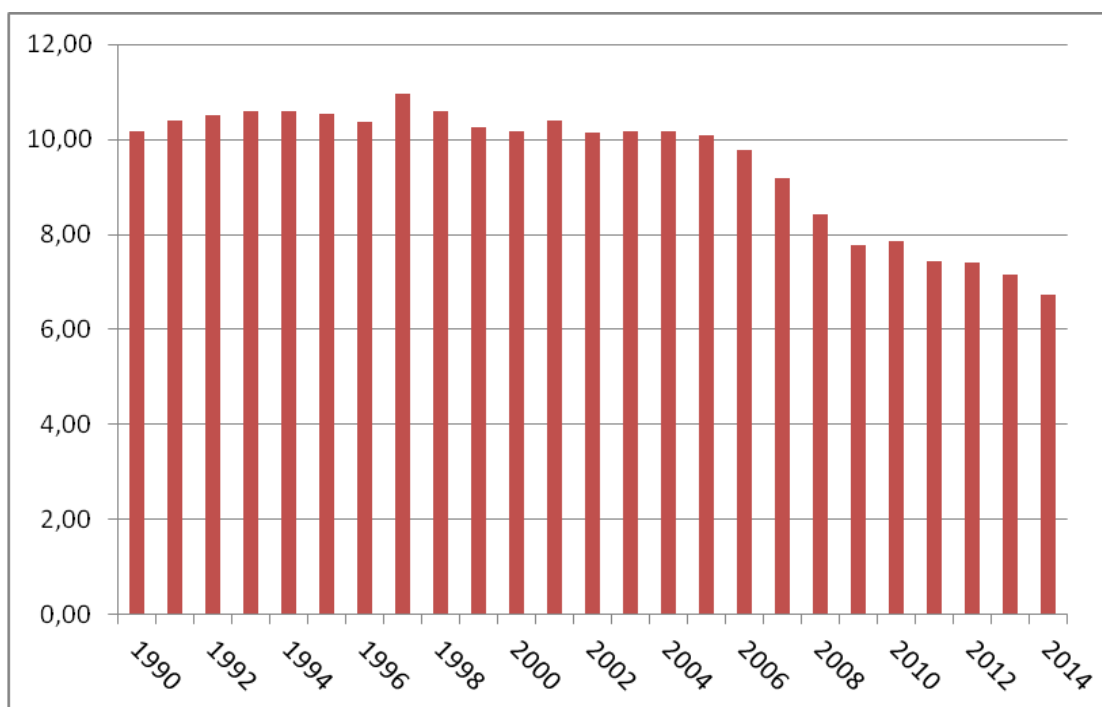
O estado de São Paulo concentra o segundo maior parque frigorífico para exportação do Brasil, com 14 unidades cadastradas no Sistema de Inspeção Federal. Outro número que chama a atenção é que o setor é controlado nacionalmente por quatro grupos (JBS/Friboi, Marfrig, Bertin e Margen), juntos estes controlam 72% da capacidade estática de abate do estado (ROSA, 2009).

Nos últimos anos, houve uma diminuição dos investimentos em São Paulo, devido à migração das plantas agroindustriais para regiões mais próximas da produção de matéria-prima, especialmente para o Centro-Oeste. Para se ter dimensão desta movimentação espacial do setor, em 1997 foram abatidos 4,82 milhões de cabeças ou 17% do total nacional, já em 2007 foram abatidos 6,23 milhões de cabeças ou 13% do total nacional (ROSA, 2009).

Segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), em 2014, o estado de São Paulo abateu 12,03% do total de bovinos abatidos, ficando atrás de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

A pecuária extensiva caracteriza-se por ser uma atividade primária na ocupação e uso do solo agrícola, tradicionalmente as áreas de fronteira agrícola são desmatadas e formam-se os pastos, que posteriormente dão origem a culturas mais rentáveis, como é o caso da cana-de-açúcar e da soja. A busca por matéria prima por parte dos frigoríficos está relacionada ao crescente avanço da destruição de biomas, como o cerrado e a floresta amazônica.

Gráfico 5. Área de pastagens no estado de São Paulo - Brasil (1990 e 2014) em milhões de hectares.



Fonte: IEA, 2015. Org. REIS, A. T.

O cenário de devastação ambiental está aliado ao processo de super-exploração do trabalho, também na atividade pecuária, em frigoríficos de abate de bovinos, aves e suínos. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentos e Afins (CNTA Afins) em São Paulo existem 63 mil trabalhadores em frigoríficos, o maior número de todo o Brasil. Para Ribeiro e Araujo:

a rotina do trabalho nas indústrias de abate de aves, suínos e bovinos envolve inúmeros riscos. Dentre eles: o manuseio de instrumentos cortantes, a pressão por altíssima produtividade, jornadas exaustivas em ambientes frios e úmidos, caracterizando condições insalubres de trabalho. (RIBEIRO; ARAUJO, 2012, p. 13).

Em uma força tarefa de investigação aos frigoríficos, realizada no interior paulista, o Ministério do Público do Trabalho constatou problemas de segurança no monitoramento dos riscos da amônia e excesso de afastamentos por lesão. Segundo o MPT:

O despreparo dos frigoríficos em estabelecer programas de segurança para prevenir a exposição à amônia foi uma das irregularidades mais notadas no decorrer da força-tarefa. Segundo a procuradora Carolina Marzola Hirata Zedes, a maioria das unidades visitadas estava operando sem o monitoramento das concentrações ambientais de amônia e não possuíam mecanismos para a detecção precoce de vazamentos, painel de controle do sistema de refrigeração, chuveiros de segurança, kits para reparo de vazamentos, procedimentos para evacuação e lava-olhos. Fontes científicas especializadas mostram que a amônia é um gás extremamente tóxico, altamente corrosivo, pois destrói tecidos da área respiratória e pode levar à morte quem o inala. O contato com a pele pode causar queimaduras graves e irritação severa e, nos olhos, pode causar cegueira. A procuradora ressalta, inclusive, que o MPT já atuou em casos de vazamento da substância que resultaram em acidentes gravíssimos, com trágicas repercussões à saúde dos trabalhadores envolvidos. (In <http://www.prt15.mpt.gov.br/>, acessado em janeiro de 2015)

A barbaridade não se limita aos riscos à exposição à amônia, ainda segundo o MPT “foi o alto nível de adoecimento por questões ocupacionais, tendo flagrado casos em que o número de trabalhadores doentes, em geral por LER/Dort, atingiu quase 30% do total de afastamentos”. São recorrentes também as situações de assédio moral, como controle sobre o tempo de banheiro para os trabalhadores(as), coerção sob insinuações de demissão para aumentar o ritmo da produção e não atender as demandas de dor e doença que os trabalhadores (as) demonstrem. (RIBEIRO; ARAUJO, 2012).

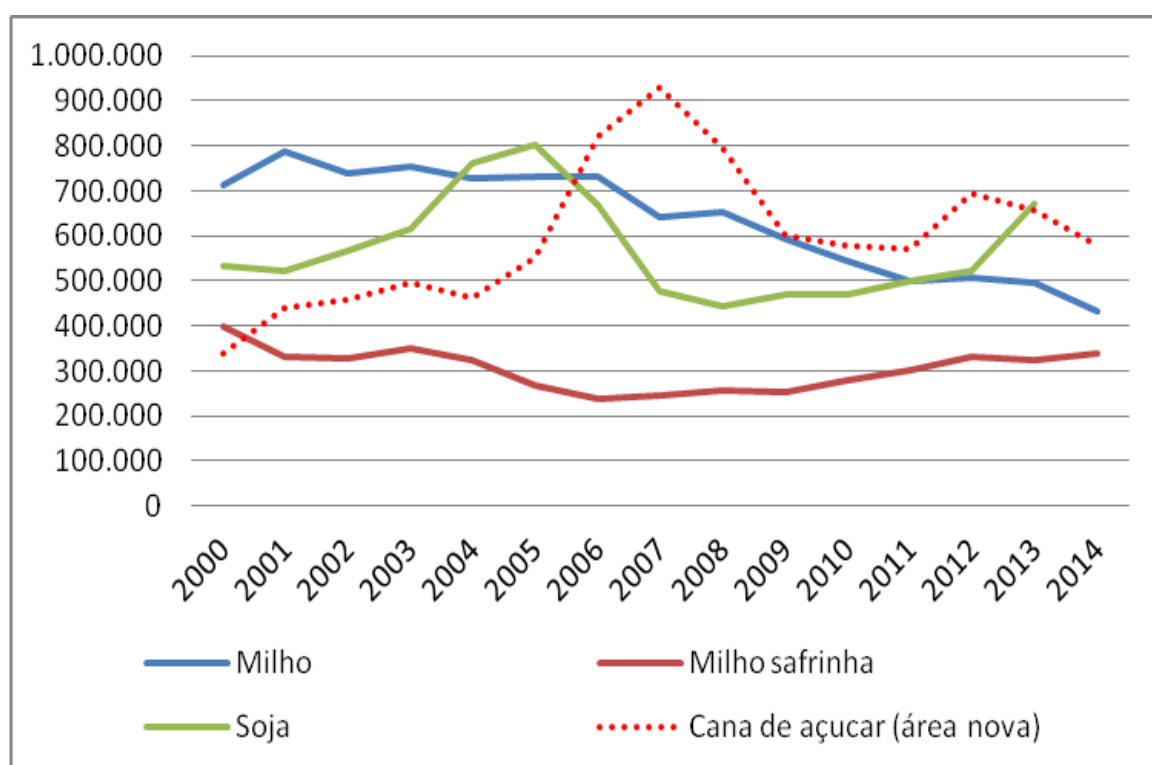
2.1.4 Grãos

A produção paulista de grãos segue a dinâmica própria das culturas anuais, seguindo, em sua maioria as determinações do mercado mundial de *commodities*. Assim, o plantio de determinadas culturas é decidido de acordo com as variações de preço e previsões do mercado futuro, determinadas pelas bolsas de valores.

O cultivo de grãos no estado de São Paulo, ainda sofre alterações de acordo com a necessidade de renovação dos canaviais, com aumento ou diminuição das áreas plantadas, especialmente nos casos das leguminosas, como o amendoim e a soja, pela capacidade dessa última em promover a fixação de nitrogênio no solo.

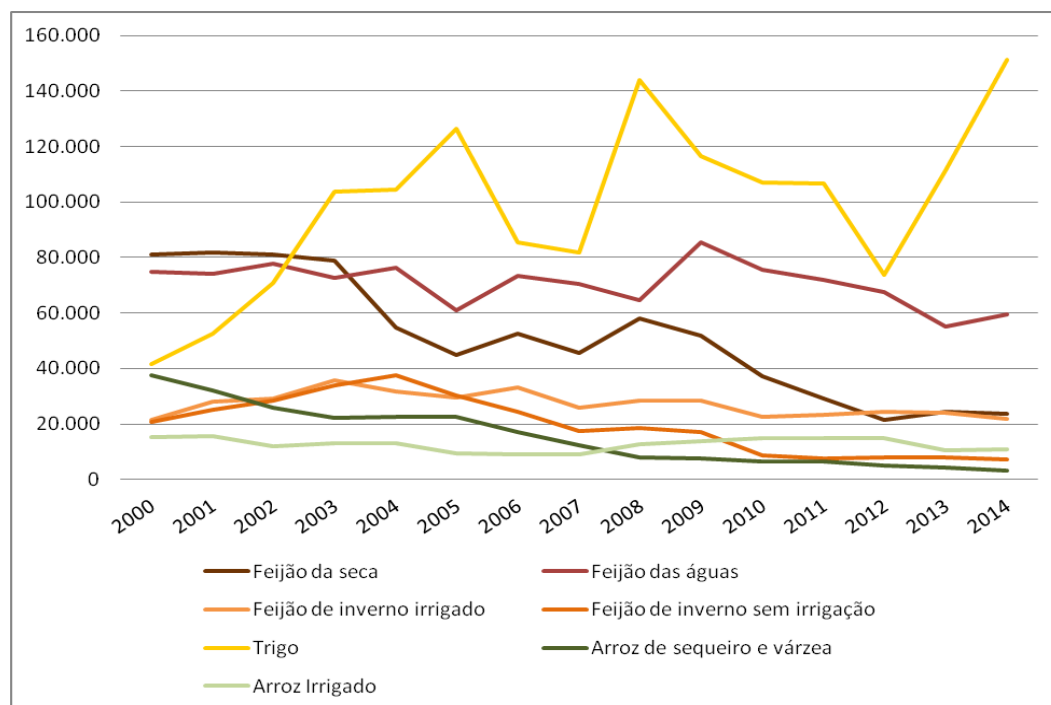
Mas, ainda que a renovação dos canaviais seja fator importante, pode-se observar que as áreas novas plantadas com cana-de-açúcar vêm superando as áreas plantadas com milho, especialmente entre os anos de 2005 e 2007, e que o cultivo de soja também ocupa maiores áreas a partir de 2012 (Gráficos 6 e 7), onde podemos observar a evolução das culturas de grãos, sendo que milho, milho safrinha e soja são as culturas que ocupam maior área, superando e muito, os cultivos voltados à alimentação.

GRÁFICO 6. Área plantada em hectares de milho, milho safrinha, soja e cana-de-açúcar em São Paulo (2000 e 2014).



Fonte: IEA, 2015 – Org. REIS, A. T.

GRÁFICO 7. Área plantada em hectares de arroz, feijão e trigo em São Paulo, Brasil (2000 e 2014).



Fonte: IEA, 2015 Org. REIS, A. T.

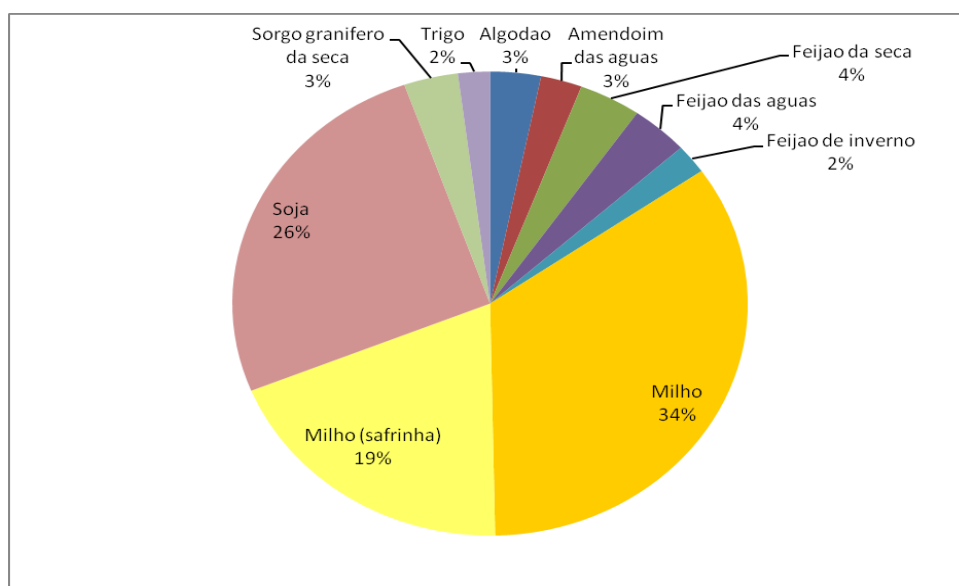
Outro fator a ser considerado na definição do cultivo a ser adotado, são as aptidões climáticas de cada região paulista e as possibilidades de realização de safra e safrinha em uma mesma área como são os casos do Sudoeste Paulista e da Região do Baixo Vale do Paranapanema, que têm condições de realizar o plantio da safra de feijão, milho e trigo ou tritcale no mesmo ano agrícola.

Há que se salientar também, que o aumento da produção de soja, cultura de maior tempo de ciclo, concorre com a produção de feijão e inviabiliza a produção do milho safra, sendo comum o plantio de soja associado ao milho safrinha. Assim, denota-se o avanço da produção de *commodities* em detrimento da produção de alimentos (soja e milho X feijão, milho e trigo), especialmente nestas regiões. Tal realidade fica evidente também ao apresentarmos o percentual de área ocupada por cada cultura nos anos de 2000, 2010 e 2014, como nos Gráficos 8, 9 e 10.

A produção de grãos é altamente tecnificada e as próprias empresas que vendem os pacotes tecnológicos normalmente compram a produção, enredando os

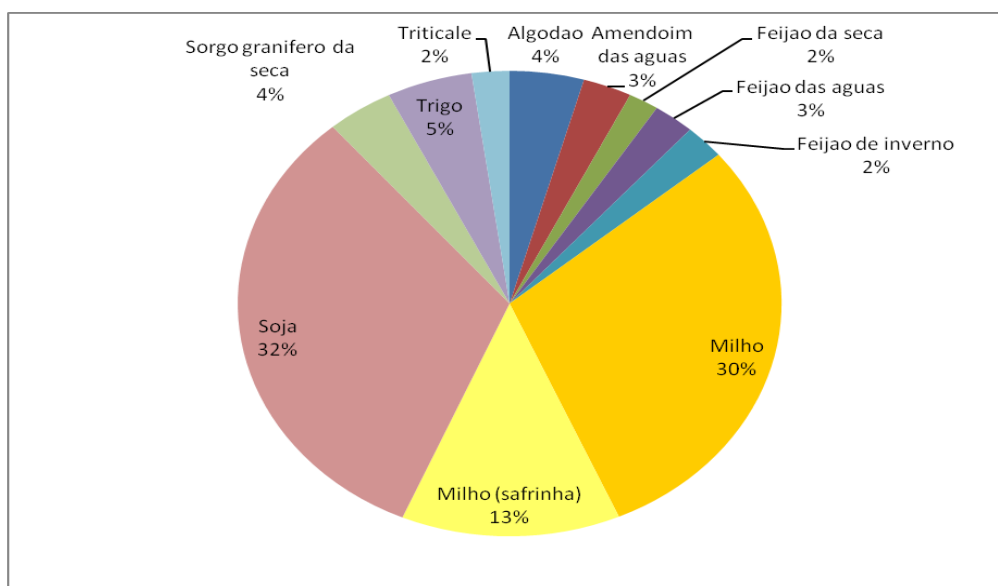
produtores com um alto custo de produção e se apropriando da renda da terra nos momentos de venda de insumos e de comercialização da colheita.

GRÁFICO 8. Percentual de área produzida de grãos no ano 2000, em São Paulo - Brasil.



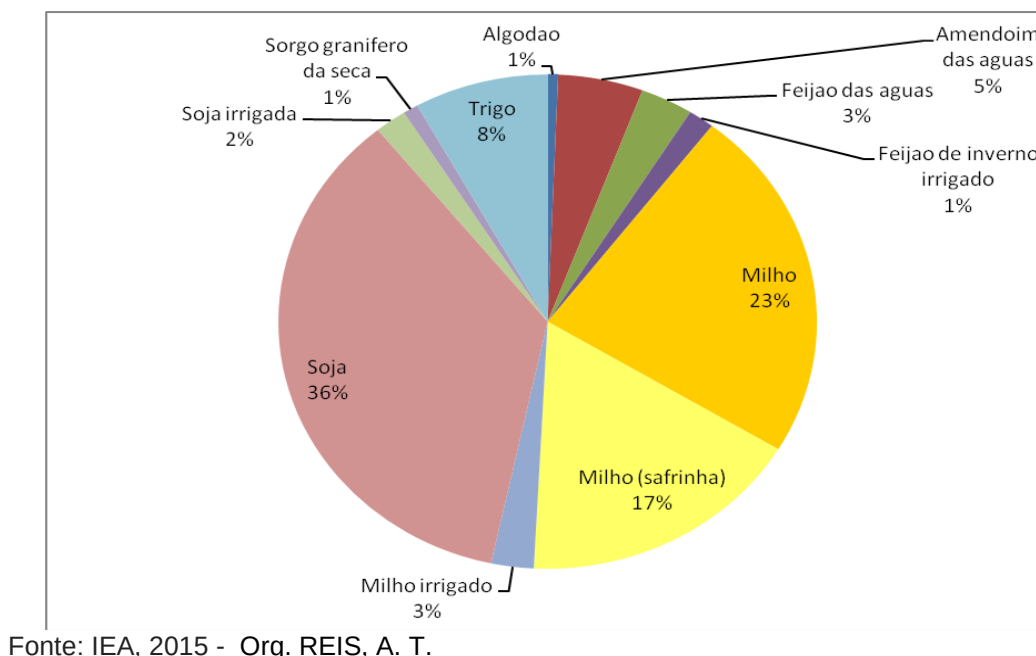
Fonte: IEA, 2015 - Org. REIS, A. T.

GRÁFICO 9. Percentual de área produzida de grãos no ano 2010, em São Paulo - Brasil.



Fonte: IEA, 2015 - Org. REIS, A. T.

GRÁFICO 10. Percentual de área produzida de grãos no ano 2014, em São Paulo - Brasil.



A tecnologia adotada é de propriedade das grandes empresas do agronegócio, como Monsanto e Syngenta que detêm as patentes das sementes de soja e do milho transgênicos, e dos agrotóxicos ligados ao controle de insetos e plantas que concorrem nas lavouras.

Os danos ambientais causados por estas lavouras vão desde a dessecação de plantas para a prática do plantio direto, que eliminam a fauna e a flora, como o uso de agrotóxicos durante o plantio, que eliminam insetos polinizadores de outras culturas (como abelhas e besouros) e a contaminação das lavouras tradicionais, que acabam produzindo milho transgênico mesmo plantando sementes tradicionais.

Em artigo publicado na revista *Informações Econômicas*, do Instituto de Economia Agrícola – IEA/SP, Vicente (2010) aponta para a redução de postos de trabalho na colheita devido à adoção de novas tecnologias. Para o autor, o trabalho manual traz vários inconvenientes, além das questões trabalhistas, o que seria o principal motivo de busca de aplicação de novas tecnologias e de diminuição dos postos de trabalho. Este mesmo estudo, revela que o aumento do uso de herbicidas

no estado de São Paulo e de técnicas como o plantio-direto nas culturas anuais têm diminuído a necessidade de utilização de mão-de-obra.

Quanto à mão de obra, a introdução de novas tecnologias, ao alterar o processo produtivo, afetou a demanda e o padrão de sazonalidade do emprego da força de trabalho. Aceleraram-se as transformações no processo de trabalho que passaram a priorizar a redução dos gastos com salários através da adoção de novas práticas agrícolas, com maiores investimentos em capital constante (Vicente, 2010).

Esta realidade tem acentuado a concentração das terras e da riqueza colocando para os pequenos agricultores a condição de “rendeiros” em que as grandes empresas produzem nas áreas em forma de arrendamento; ou a condição de parceiros, em que os pequenos agricultores permitem que as empresas utilizem as suas terras no plantio e recebem em produto ou o equivalente em dinheiro; ou ainda, quando o pequeno produtor já expropriado de sua terra torna-se um assalariado rural.

2.1.5 Silvicultura

Silvicultura é o termo utilizado para tratar de todas as atividades vinculadas ao cultivo de árvores para fins comerciais ou de reflorestamento. No caso paulista, a silvicultura foi introduzida de forma mais intensa pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1903, pela necessidade de suprir as demandas por lenha para os trens e madeira para os trilhos, principalmente a partir do plantio de *eucaliptus*.

Em suas bases modernas, o plantio de *pinus* e *eucalipto* foram tornando-se também cultivos voltados ao mercado de *commodities*, sendo que estas plantações abastecem principalmente as indústrias de papel e celulose, fábricas de móveis e produtos de madeira, além de siderúrgicas que necessitam de carvão vegetal para a produção de ferro gusa, componente na fabricação de aço (BARROS; CAMPOS, 2011).

No estado de São Paulo, destaca-se a produção de *pinus* e *eucaliptus* em áreas novas, principalmente nas regiões dos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR) de Itapeva, Itapetininga, Bauru e Botucatu. Ao considerarmos somente as

áreas novas de plantio, verificamos alto crescimento até 2009 e um arrefecimento a partir de então (Gráfico 10). Ainda que esta produção tenha diminuído, continua havendo a disputa das áreas de plantio nas regiões, exemplo deste fato é que no ano de 2014, as áreas novas plantadas com *pinus*, somente na região do EDR de Itapeva ocupou 41.690 hectares, enquanto que a área plantada com feijão das águas, não chegou a 22.000 hectares.

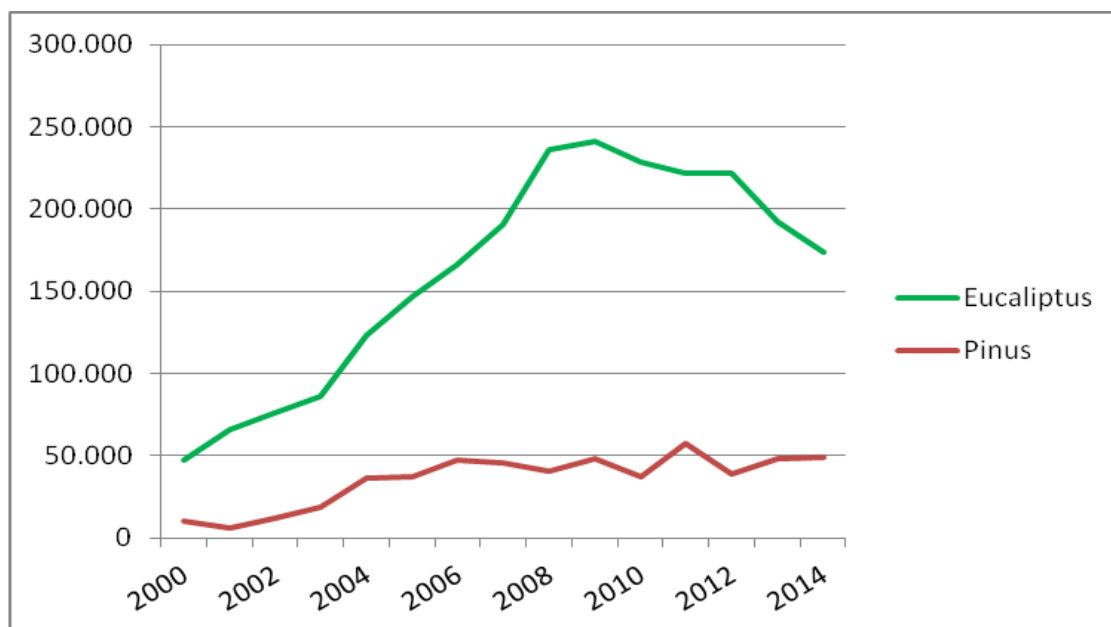
O discurso propagandeado é que tais áreas são “reflorestamentos”, de que é possível fazer uma “poupança verde” com o plantio de *pinus* e *eucaliptus*, denotando a apropriação e a maquiagem do discurso de que haveria recuperação de florestas com vantagens aos produtores a partir do plantio comercial destas espécies.

O nível tecnológico empregado nestas lavouras também é intenso, com inserção de sementes transgênicas de *eucaliptus*, e elevado uso de agrotóxicos que impedem o crescimento de outras plantas e transformam as áreas no que se chama de deserto verde. O desempenho do setor contou também com a ajuda do governo federal, que chegou a liberar aproximadamente R\$ 8 bilhões para financiar o plantio e o processamento industrial do *eucaliptus*, tornando o Brasil o maior produtor mundial de celulose branqueada. Segundo estudo elaborado por Perpétua (2012, p.117 -118):

Mesmo entre os países considerados mais rentáveis para o cultivo [...] a discrepância do Brasil em relação aos demais é descomunal. [...] O País ostenta ainda o mais baixo tempo de rotação (do plantio ao corte) do *eucalipto*, que gira em torno de 7 anos, superando os 10 anos da África do Sul, 12 anos do Chile, 15 anos de Portugal e da Espanha, e 40 anos para a rotação da *bétula* na Suécia e na Finlândia. O mesmo ocorre com o *pinus*, que possui seu tempo de rotação estimado em 15 anos no Brasil, 25 anos no Chile, Nova Zelândia e EUA, 45 no Canadá e entre 70 e 80 na Suécia e na Finlândia.

Tal produtividade não é estática e, tampouco, simples dádiva da natureza. Segundo a associação dos produtores do setor (BRACELPA, 2011), ela se deve a quatro razões principais: a) clima e solo, b) pesquisa e desenvolvimento (P&D), c) setor privado organizado e d) mão de obra altamente qualificada. Para a associação, foi a combinação desses fatores que conduziu a um aumento de 83% da produtividade média do *eucalipto* (de 24 para 44 m³/ha/ano), e de 100% do *pinus* (de 19 para 38 m³/ha/ano) entre 1980 e 2011.

GRÁFICO 11. Área plantada de Eucaliptus e Pinus no estado de São Paulo (2000 e 2014), em hectares.



Fonte: IEA, 2015 - Org. REIS, A. T.

Estima-se que o estado de São Paulo possua uma área plantada de 1,44 milhão de hectares e são recorrentes as denúncias de trabalho análogo a escravidão nas áreas de colheita de *pinus* e *eucaliptus*, principalmente diante da terceirização no momento do corte. As grandes empresas contratam terceirizadas pelo serviço de empreita, não raro, quando os prazos estão se esgotando os trabalhadores realizam horas-extras além do permitido por lei, para cumprir com os contratos. Segundo Barros e Campos (2011):

A expansão do monocultivo de eucalipto e pinus no Brasil vêm sendo acompanhada pelo aumento das denúncias e dos flagrantes de violações à legislação trabalhista e aos direitos humanos. No segundo semestre de 2011, na chamada “*lista suja*” do trabalho escravo, constavam exatos 20 produtores de pinus e eucalipto, de um total de 249 empregadores. (BARROS e CAMPOS, 2011, p.9).

2.2 Atualidade da luta pela Reforma Agrária

Diante do quadro exposto, percebe-se que a superação das desigualdades e a necessidade da luta pela reforma agrária em São Paulo não está superada com os

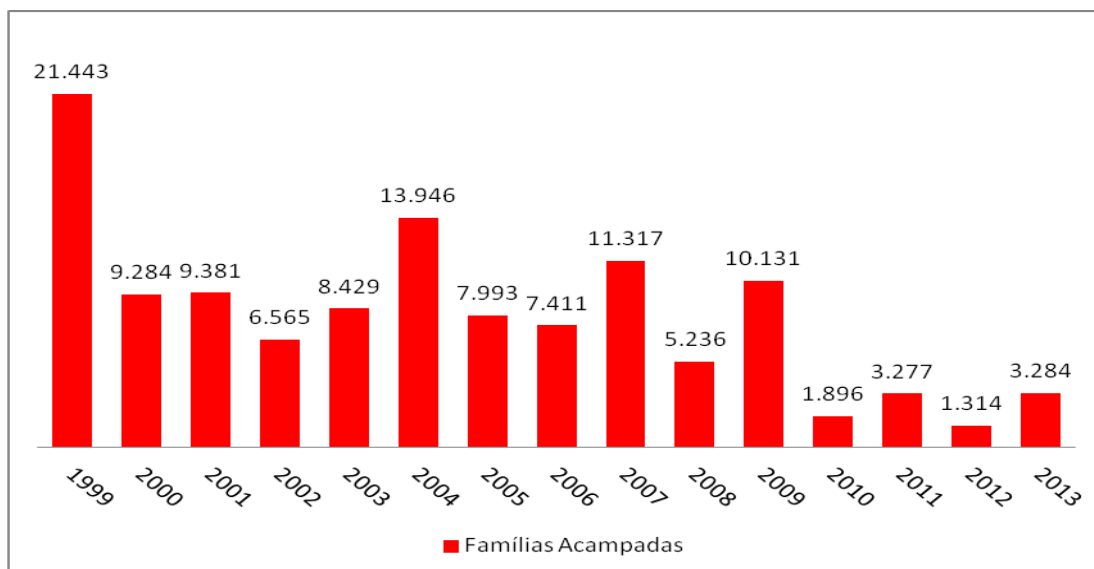
avanços do agronegócio. Concordamos com Thomaz Júnior (2009, p.6), ao afirmar que:

De forma consorciada, dispor de terra e água, mais ainda, controlá-las, possibilita ao capital condições para a prática da irrigação, o que reforça e intensifica a expansão territorial sobre as melhores terras para fins produtivos. Ou seja, o acesso às terras, seja pela titularidade (legal ou grilada), seja por meio de contratos de arrendamento etc., é a garantia que o capital, identificado como agronegócio (grandes grupos econômicos nacionais e transnacionais), requer para reproduzir-se e apropriar-se dos meios de produção e controlar o tecido social, mediante o acionamento dos dispositivos das esferas da produção, da circulação, da distribuição, do consumo, bem como especulativos.

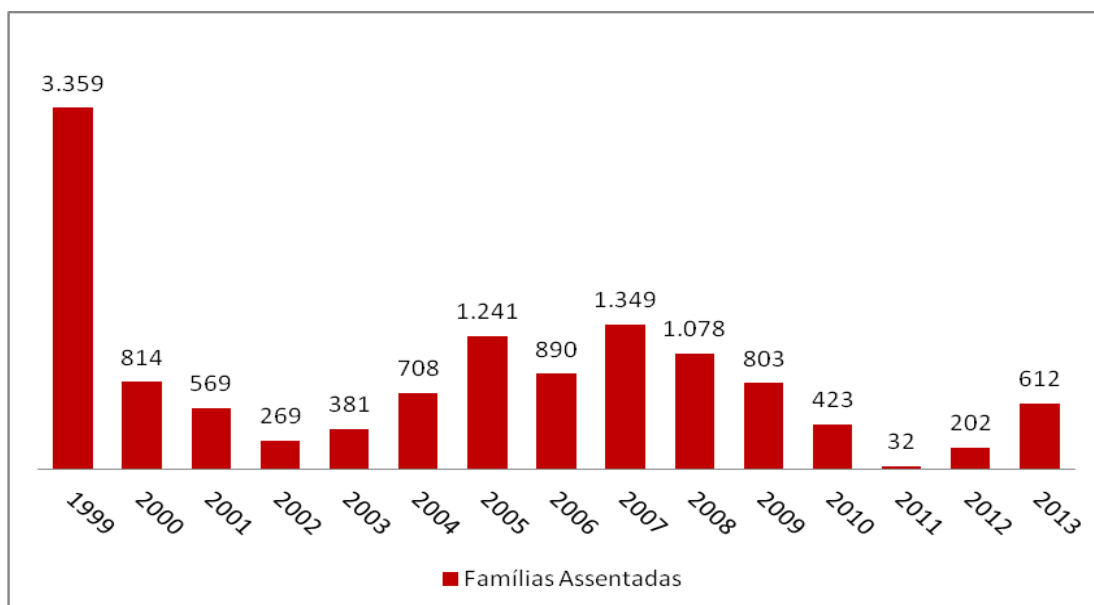
Em contraposição à espacialização do agronegócio, são empreendidas lutas protagonizadas pelos trabalhadores. Entre as lutas de enfrentamento direto, destacamos àquelas organizadas pelo MST, com ações de denúncia ao agronegócio entre as quais, considerando somente do estado de São Paulo, temos a ocupação da fazenda da Cutrale, as ações de mulheres nas unidades agroindustriais canavieiras e no viveiro de produção de mudas de eucalipto transgênico, os trancamentos de rodovias, entre tantas outras, que não são noticiadas pela grande mídia, ou quando o são, vem à reboque do processo de criminalização dos movimentos sociais.

A esse caráter do enfrentamento direto em lutas pontuais, somam-se as ocupações de terra e a resistência nos assentamentos. No que se refere às ocupações, entre 2000 e 2013 foram realizadas 933 ocupações, das quais 531 foram organizadas pelo MST (DATALUTA, 2013). Segundo dados do INCRA, em 2015, são 270 assentamentos, onde residem 17.452 famílias em 340.370 hectares. O processo de conquista dos assentamentos sempre esteve vinculado a processos de lutas, tendo a ocupação como uma das principais metodologias.

Os Gráficos 12 e 13 mostram que o processo de ocupações de terra permanecem, ainda que com um número menor de famílias acampadas, especialmente após 2010.

Gráfico 12. Famílias acampadas em São Paulo – Brasil (1999 e 2013).

Fonte: DATALUTA, (Org. Reis, Ana Terra)

Gráfico 13. Famílias assentadas em São Paulo – Brasil (1999 e 2013).

Fonte: DATALUTA, (Org. Reis, Ana Terra)

O mais impressionante é ver a inoperância do Estado, com relação ao assentamento de famílias, com um número muito aquém da demanda das famílias sem-terra pela concretização de novos assentamentos, chegando a assentar em 2013, apenas 18% das famílias que estavam acampadas e reivindicando o acesso à terra.

O CENSO Agropecuário de 2006 definiu enquanto categorias de análise os assentados sem titulação definitiva, os proprietários que adquiriram as terras a partir de compra via crédito fundiário e àqueles que possuíam titulação via programas de reassentamento ou que aguardavam titulação, conforme apontamos na Tabela 3.

Tal categorização nos parece contraditória à medida que não considera de forma única os camponeses assentados ou os beneficiados por programas de reforma agrária, mas é louvável por ser a primeira vez que se faz o CENSO considerando a categoria dos assentamentos.

A distinção entre “assentados sem titulação definitiva” e “aguardando a titulação”, que são contabilizados como categorias diferentes, deriva da data de realização do assentamento das famílias, sendo considerados os “assentados sem titulação definitiva” àqueles que foram assentados após 1985 e os “proprietários com titulação via reforma agrária, ou programa de reassentamento ou aguardando titulação” àqueles que foram assentados antes de 1985, conforme determinado pela Lei.8.629/93.

Tabela 3. Estabelecimentos por categoria de programas de Reforma Agrária no estado de São Paulo (2006).

Categoria	Estabelecimentos
Assentados sem titulação definitiva	7.166
Proprietários beneficiados pelo Crédito fundiário	1.209
Proprietários com titulação via reforma agrária, ou programa de reassentamento ou aguardando titulação	10.303
TOTAL	18.678

IBGE, Org. Reis, A.T.

Acreditamos que todos estes estabelecimentos, independente do tipo de acesso poderiam ser considerados separadamente para se ter um quadro mais geral dos assentamentos, mas as sínteses feitas pelo IBGE trata de forma isolada apenas os assentados que se declaram sem titulação definitiva.

Destes, 7.166 estabelecimentos que ocupavam uma área de 122.315 hectares, 5.971 estabelecimentos eram dirigidos por homens e 1.195 eram dirigidos por mulheres. Outro dado interessante é que 65% declararam não estarem

associados à cooperativas ou entidades de classe, sendo que apenas 9,5% ou 678 estabelecimentos, faziam parte de cooperativas (IBGE, 2006).

Do total de estabelecimentos, 70% declararam como atividade principal a pecuária e criação de outros animais, enquanto 17% produziam em lavouras temporárias e 6% praticavam horticultura e fruticultura. Ainda que estivessem produzindo naquele momento, 94,13% ou 6.746 estabelecimentos não tinham CNPJ ou talão de notas fiscais que comprovasse a atividade e pudesse declarar a renda obtida com a produção, o que denota a precarização destes assentamentos e a dependência dos agentes de mercado ou atravessadores para a comercialização dos produtos.

Havia nestes estabelecimentos 19.855 pessoas ocupadas, das quais 12.697 eram homens e 7.168 eram mulheres. No que se refere ao tamanho dos estabelecimentos, 11% ocupavam área entre 5 a 10 hectares, 61% entre 10 e 20 hectares e 16% áreas entre 20 e 50 hectares, sendo que 6.666 estabelecimentos declararam-se como produtores individuais. Outro aspecto relevante refere-se ao uso dos agrotóxicos no estabelecimento, uma vez que 5.358 (74,76%) declararam não utilizar agrotóxicos, 1.386 (19,34%) declararam utilizar e 422 (5,88%) não utilizou no ano de 2006.

O que se pode apreender é que o modelo de agricultura desenvolvido nos assentamentos contrapõe a pretensa modernidade da produção agrícola do agronegócio, que permanece atrelada à reprodução do que há de mais arcaico na agricultura brasileira: o primitivismo do fornecimento de matérias-primas em detrimento à produção de alimentos; as condições perversas de trabalho, com exigências cada vez mais sobre-humanas no que se refere à produtividade e sub-humanas no que se refere à exposição a substâncias tóxicas; além as condições de apropriação ilegal das terras e da centralização do capital nas mãos de poucas empresas.

3 Um olhar sobre os assentamentos originários da luta pela terra no estado de São Paulo.

As lutas de resistência empreendidas pelos camponeses no estado de São Paulo, em seus moldes atuais, ganha contornos a partir do final dos anos de 1970. Conforme apresentamos ainda no primeiro capítulo, com a participação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foi se forjando uma organização de caráter estadual, articulando as lutas empreendidas por posseiros, arrendatários, sem terras que se viam ameaçados pela perda de seu território no início dos anos 1980.

Tais lutas têm como caráter comum a reivindicação da distribuição de terras a partir da ocupação de latifúndios improdutivos e/ou terras devolutas e a articulação de uma estratégia comum levou à organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo, com participação de camponeses sem terra paulistas já no I Encontro Nacional do MST, realizado em janeiro de 1984 e posteriormente no I Congresso Nacional do MST em 1985.

Já no início da década de 1990, o MST desenvolvia um processo crescente de espacialização, estando presente em diversas regiões do estado, como as regiões leste, com a luta no município de Sumaré; norte, com a luta empreendida em Araraquara; noroeste, com as ocupações em Andradina; oeste, com as ocupações que denunciaram a grilagem de terras no Pontal do Paranapanema; sudoeste com as lutas em Itapeva, Itaberá e Porto Feliz (FERNANDES, 1999).

O MST espacializou-se e conquistou importantes territórios, conforme nos ensina Fernandes (1999, p. 136):

Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política. É “escrever” no espaço por intermédio de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras, etc. É na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território e, dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST.

Resulta desta territorialização a atual organização do MST no estado de São Paulo, que conta com dez regionais definidas e delimitadas de acordo com os assentamentos e acampamentos, sem obedecer, necessariamente à regionalização oficial, sendo chamadas: Sudoeste, Sorocaba, Grande São Paulo, Vale do Paraíba, Campinas, Ribeirão Preto, Iaras, Promissão, Andradina e Pontal do Paranapanema.

Todas as regiões tem em comum a resistência ao acelerado processo de territorialização do capital, no sentido da produção de *commodities* em detrimento à produção de alimentos. Percebe-se na região Sudoeste a resistência à soja e à silvicultura; em Sorocaba, na Grande São Paulo e no Vale do Paraíba ao avanço da silvicultura; em Campinas, Ribeirão Preto, Iaras, Promissão e Pontal do Paranapanema a cana de açúcar e em Andradina, a pecuária bovina e a cana de açúcar.

Os exemplos são inúmeros, mas poderíamos enfatizar que se faz necessário repor em questão o trabalho na dimensão da reforma agrária e da soberania alimentar, como cenários a serem construídos com base nas formulações de alternativas que visem à edificação de uma sociedade emancipada, que sejam explicitados os horizontes para a radicalização do projeto societário socialista. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p.29)

Para nós, o que está em foco são as possibilidades de gestação de uma nova sociabilidade entre os agricultores, forjada na criação de alternativas para resistência ao modelo, a partir da produção de alimentos saudáveis em oposição à produção de *commodities*.

No presente capítulo, objetivamos abordar as estratégias desenvolvidas pelos camponeses assentados para resistência na terra no estado de São Paulo, considerando estar inserida em um processo intenso e constante de conflitualidade social, que tem por característica a tentativa dos latifundiários e dos empresários capitalistas no campo de se apropriarem das terras e dos territórios camponeses (MARTINS, 2015).

A história da luta pela terra em São Paulo demonstra as contradições geradas com o avanço do capital no campo, a desterritorialização dos camponeses e o surgimento dos movimentos sociais, que se organizaram para a concretização dos

assentamentos, num processo de territorialização. Este movimento dos trabalhadores no campo pressupõe contestação.

Os ideais e as práticas contestantes são relevantes na medida em que constituem interpretação divergente da ordem estabelecida, ou do “novo” que desestrutura as relações existentes. (CASTRO OLIVEIRA, 1998, p. 74). É neste processo de expropriação que o camponês, em busca de sua reprodução recusa-se a se inserir de outra forma de sociedade, ou seja, recusando-se a “descampenisar”, é que se organiza e resiste. (BOMBARDI, 2005, p. 648). Essa resistência é uma resistência de classe.

Os conflitos no campo são definidos como as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural. Envolvem a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Ocorrem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas. (CPT, 2015, p.69).

Assim, acreditamos que é no interior dos conflitos, como expressões da luta de classes, que se têm forçado, no Brasil, a criação e implementação das políticas públicas voltadas à agricultura de base familiar ou camponesa, sejam essas voltadas ao acesso a terra seja aquelas para o fortalecimento da resistência da agricultura camponesa, como é o caso do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

Neste sentido, pretendemos abordar neste capítulo apenas um viés desta resistência, expresso na produção de alimentos em detrimento da produção de *commodities*, entendendo a forma como a soberania alimentar torna-se uma elaboração pela resistência de classe no interior do MST.

Cabe ressaltar desde já, que tal resistência será revelada nos processos de criação de autonomia, de luta por direitos, de construção da soberania alimentar. Evitando olhar romântico, tentamos promover uma análise das contradições, olhando para os limites e desafios, mas principalmente, valorizando o trabalho e a vida daqueles que ousam lutar por mudanças. Como afirma Thomaz Junior (2009, p.202), “se o capital *fecha as portas do futuro*, os camponeses as abrem, por meio das lutas de resistência”.

Concordamos também com Rosa Luxemburgo, quando observa que:

A luta cotidiana pelas reformas, pela melhoria da situação do povo trabalhador no próprio quadro do regime existente, pelas instituições democráticas constitui meio de travar a luta de classe proletária e trabalhar no sentido da sua finalidade, isto é, a luta pela conquista do poder político e a supressão do assalariado (...) sendo a luta pelas reformas o meio, mas a revolução social o fim. (LUXEMBURGO, 1999, p. 17).

O importante não é acreditar na centralidade da política pública em si, mas sim no potencial transformador que se desenha a partir da luta por estas políticas, analisando a apropriação por parte dos agricultores e os impactos possíveis no mundo do trabalho.

É evidente, para os que acreditam na construção de outro projeto de sociedade, a necessidade de manter presente a pauta da Reforma Agrária, da luta pela terra, valorizando a concretude de ações que desencadeiem processos de criação de autonomia e de fortalecimento da agricultura de base camponesa.

Neste sentido, no presente capítulo apresentaremos a construção do debate da soberania alimentar no interior do MST e o nosso olhar sobre a atuação que desenvolvemos desde 2006 junto aos camponeses assentados do estado de São Paulo, observando o PAA com um potencial organizativo significativo para o movimento.

3.1. A soberania alimentar enquanto estratégia de resistência

A luta engendrada pelos movimentos sociais do campo, em especial do MST, partiu da necessidade de acesso a terra por milhares de camponeses que ao longo da história do Brasil, tiveram essa demanda negada, como apresentamos no primeiro capítulo, ou ainda àqueles que foram expulsos de suas terras frente ao avanço do capital, processo esse acentuado nos últimos 50 anos, como apresentamos no segundo capítulo.

Esta é uma história que já foi contada por muitos, mas em nosso esforço de síntese para entender as estratégias de luta e resistência, vale reafirmar brevemente os fatos históricos. O MST nasceu no bojo da luta pela redemocratização do país e

em seu primeiro Encontro Nacional, no ano de 1984, delineou seus objetivos: a luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social. O lema “Sem Reforma Agrária, não há Democracia”, dialoga com o projeto de rearticulação da esquerda brasileira em torno de um novo projeto político para o Brasil.

Em 1985, ocorre o 1º Congresso Nacional do MST e o lema “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a Única Solução”, leva a uma ampliação do processo de organização e a adesão de diversos camponeses que se organizavam regionalmente em ocupações de terra, principalmente articulados no âmbito da Comissão Pastoral da Terra e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's).

Em 1986, ocorre o 1º Encontro Nacional de Assentados e a discussão acerca da organização dos assentamentos enquanto base do MST leva à organização da Comissão Nacional dos Assentamentos, que pautou junto ao governo federal o acesso ao PROCERA (Programa Especial de Crédito à Reforma Agrária).

Já em 1990, o MST estava organizado em 19 estados brasileiros, e no 2º Congresso Nacional é reafirmada a estratégia da ocupação de terras e a busca pela consolidação de territórios camponeses, sintetizada no lema “Ocupar, Resistir e Produzir”.

A frustração quanto às metas de assentamento fixadas pelo I PNRA, que se propunha a assentar 1,4 milhão de famílias e não passou do assentamento de 85 mil sem terras, não esmoreceu a organização do MST, que continuou em intenso processo de enfrentamento com os latifundiários, grileiros, Estado, além das lutas no âmbito da organização da produção para além da subsistência.

Em junho de 1990, o MST formula o Documento Básico para a Discussão nos Estados, que continha um calendário básico para a implementação do Sistema Cooperativista dos Assentamentos, que teria por base as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs), Grupos Coletivos, Associações em cada assentamento, as Cooperativas de Comercialização Regionais (CCRs) e em nível estadual, seriam organizadas as Cooperativas Centrais de Reforma Agrária (CCAs) e nacionalmente a Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária (CONCRAB).

Neste período, a busca era principalmente pela consolidação da produção agrícola para além da subsistência, pensando na possibilidade de ampliação da geração do trabalho e da renda enquanto questões econômicas a serem consideradas, além dos aspectos sociais. A este quadro somava-se a falta de investimentos públicos, junto à necessidade de produzir em terras muitas vezes extremamente desgastadas pelos anos de exploração.

Havia por parte do MST o questionamento às relações de produção, mas não havia amadurecimento no que se refere às alternativas ao modelo oriundo dos pacotes tecnológicos voltados à produção com intensivo uso de insumos. A estratégia adotada era vinculada à produção de matérias primas e de beneficiamento da produção em grandes agroindústrias. O modelo adotado causou endividamento das cooperativas e associações, que não conseguiram avançar frente ao processo de centralização e verticalização que ocorreu durante a década de 1990.

Com o avanço do capital decorrente das políticas neoliberalizantes adotadas na década de 1990, fica clara a necessidade de se por em xeque o modelo de agricultura que vinha sendo desenvolvido, comprovadamente reprodutor de relações sociais que subsumiam cada vez mais os agricultores à lógica da produção de mercadorias.

Para os movimentos sociais urge o debate sobre a nova forma de produção pautada no conceito de soberania alimentar. Este conceito viria a se confrontar à perspectiva do capital, na medida em que foi definida na Cúpula Alimentar em Roma, no ano de 1996, como o direito dos indivíduos, das comunidades, dos povos e dos países de definir as políticas próprias para a agricultura, do trabalho, da pesca, do alimento e da terra. Segundo esta definição, são políticas públicas ecológicas, sociais, econômicas e culturais, adaptadas ao contexto único de cada país. Inclui o direito real ao alimento e à produção do alimento, o que significa que todos têm o direito ao alimento seguro, nutritivo e adaptado à sua cultura e aos recursos para produção de comida; à possibilidade de sustentar-se e sustentar suas sociedades.

O debate foi sendo amadurecido, e em documento da Via Campesina, Stédile (2004) afirma que:

As lutas e mobilizações nacionais precisam incorporar a defesa de um novo tipo de reforma agrária. Não mais apenas a reforma agrária clássica, que distribuía terra. Agora, uma reforma agrária precisa distribuir terra, instalar agroindústrias sob forma cooperativada, defender a soberania alimentar de nosso povo, defender o direito de produzir com nossas próprias sementes, desenvolver novas técnicas agrícolas adequadas à economia camponesa e ao equilíbrio do meio ambiente, desenvolver novas formas sociais de produção na agricultura e casar necessariamente com a democratização da educação, da escola no meio rural. (VIA CAMPESINA, 2004, p.17).

Assim, verifica-se que a luta pela reforma agrária engendrada pelos movimentos sociais deixa de ser uma luta pela posse da terra, considerando além dos aspectos econômicos, os aspectos sociais, culturais e ambientais e principalmente, a autonomia frente ao avanço do capitalismo sobre o campo, ou seja, expressa-se a luta pela manutenção do território.

Neste sentido, o assentamento é visto como território que valoriza a dimensão do trabalho a partir do domínio técnico e produtivo dos camponeses assentados, uma vez que estes se apropriam dos meios de produção para o resgate de sua identidade. A matriz produtiva deve estar vinculada a esta identidade social, à cultura, à tradição, à preservação do meio ambiente pela manutenção e conservação da biodiversidade, do patrimônio genético.

Ao mesmo tempo em que temos um modelo de produção que pauta a produtividade a qualquer custo, à base de alto consumo de insumos exportados, de degradação da natureza e da vida humana, é preciso (re) conhecer o papel desempenhado pelos agricultores, produtores de alimento e reprodutores de formas sociais que podem não submeter-se à ordem estabelecida.

(...) a existência do camponês assentado não nega a lógica do capital, todavia, ao mesmo tempo em que está vinculado à sua lógica, também descobre caminhos para o rompimento dessa submissão, por exemplo, participando de novas ocupações, engrossando as fileiras das manifestações anticapital, e no limite, fazendo opções para estender e manter seus princípios de sociabilidade. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 197)

A partir da realização da IV Conferência Internacional da Via Campesina, ocorrida na cidade de Itaici – SP, o debate acerca da soberania alimentar é

internalizado pelos movimentos sociais do campo brasileiro, com uma série de encontros que posteriormente pautaram as sementes crioulas, a questão da terra, da produção de alimentos saudáveis e a preservação da biodiversidade, como parte de uma campanha promovida internacionalmente pela Via Campesina (PEREIRA, 2014).

Os debates feitos internamente ao MST passaram, então, a adotar nova lógica, sendo clara a necessidade de se forjar novo modelo de agricultura, aliando o debate da cooperação, voltada para a agroecologia e a transformação do modo de produzir. Esta formulação, baseada na prática e na realidade das famílias assentadas vinha de encontro com o projeto globalizante e neoliberal, que se arraigava e se transformava de forma muito abrupta a realidade dos trabalhadores assentados.

Para nós, é importante observar esta dinâmica nos assentamentos rurais, originários da luta pela terra, pela forma como o PAA foi sendo implementado no estado de São Paulo. Tal fato deve-se principalmente à forma de organização do MST, que faz com que as informações acerca de programas conquistados nacionalmente cheguem até as áreas de atuação do movimento pelos próprios demandantes, ou seja, ao participar dos processos de luta, de reivindicação e de organização os agricultores assentados discutem as linhas políticas prioritárias para a luta como um todo, compreendendo o papel das conquistas e a necessidade de ampliação e articulação do acesso às políticas públicas.

Tal processo inicia-se na identificação das demandas por políticas públicas para a efetiva territorialização dos assentados, processo debatido junto ao Setor de Produção Cooperação e Meio Ambiente, que é articulado pela necessidade dos camponeses assentados em promover a organização da vida produtiva dos assentamentos. A partir da definição das linhas políticas em âmbito local, regional e estadual articula-se a luta em escala nacional pelas políticas públicas, que se consolidam posteriormente nos locais a partir da organização dos agricultores assentados.

Esta forma de organização local possui especificidades que são permeadas pelas condições de produção (como acesso a água e as práticas produtivas de

cultivo), pelas relações políticas que se estabelecem (com os técnicos, com o poder público, com outros agricultores) e pelas características particulares das disputas por terra e território por parte de agentes econômicos (usinas de cana-de-açúcar, processadoras de suco de laranja, comerciantes de grãos).

Assim, a implementação das políticas públicas e seu sucesso dependem, fundamentalmente do controle político por parte das famílias de camponeses assentados, no sentido de que a conquista destas políticas consolide-se como a efetiva territorialização das famílias, mediada pela possibilidade de fortalecimento das linhas políticas para a construção de nova sociabilidade nos assentamentos.

Este processo de discussão e implementação das políticas públicas foi vivenciado desde o início da militância, em 2006, quando atuei na região de Ribeirão Preto enquanto estagiária. Aquela região nos apresentou as dinâmicas organizativas do MST, seus setores e suas instâncias deliberativas, sendo que nossas primeiras atividades foram as discussões junto ao setor de produção regional para elaboração de uma sistematização das demandas da regional na reunião do setor estadual de produção que ocorreu em Itapeva entre 27 e 29 de julho de 2006.

Este primeiro momento de aproximação e as atividades que desenvolvemos estão sistematizados no nosso relatório de estágio, realizado em parceria com o Centro de Formação Sócio Agrícola “Dom Hélder Câmara” e a FCAV/Unesp.

Em um segundo momento de nossa atuação profissional, já em 2007, contribuíamos junto ao Centro de Formação para elaboração da proposta das famílias organizadas pelo MST para o Projeto de Assentamento Mário Lago. Naquele momento, participávamos com as famílias organizadas em 21 núcleos de base, que funcionam como as células organizativas, elegendo consensualmente os representantes de um grupo de 15 a 20 famílias para compor a coordenação do acampamento ou assentamento, que formam a coordenação da região, a coordenação do estado e a coordenação nacional, ou seja, a chamada organicidade do MST.

Para discussão do projeto de assentamento junto às famílias do Mario Lago Inicialmente sistematizamos no coletivo de trabalho regional os pontos a serem tratados, quais sejam meio ambiente, estrutura comunitária, produção e

comercialização. Aqui pela experiência acumulada dos militantes da região e do próprio MST no debate das Comunas da Terra ou dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), como denominava o INCRA, o tema do meio ambiente e da produção de alimentos agroecológicos era um tema prioritário.

O objetivo foi o de se fazer uma síntese do processo de discussão das famílias, que ocorreu em diversas rodadas de discussão que foram concluídas ainda no primeiro semestre de 2007. Nós nos dividíamos entre os núcleos de famílias e identificávamos o que era consenso ou não entre as famílias e fomos construindo o projeto de assentamento que seria apresentado ao INCRA.

Pudemos então vivenciar a realidade de resistência dos camponeses acampados no Mário Lago, e a aproximação com a comunidade e a busca pelo reconhecimento de suas necessidades e esperanças foi um instrumento de aprendizado sobre como se dão as relações humanas, cotidianas na luta pela conquista da terra no coração administrativo do agronegócio paulista, a cidade de Ribeirão Preto.

Ainda em janeiro de 2007, como atribuição das tarefas desenvolvidas no Centro de Formação iniciamos o processo de organização do PAA, em sua modalidade Doação Simultânea, no assentamento Sepé-Tiarajú, que conta com 80 famílias assentadas em Serrana - SP. As famílias assentadas haviam assinado um Termo de Ajuste de Conduta em que se comprometiam a promover a preservação do meio ambiente e manter a produção de forma agroecológica.

Acontece que a implementação do assentamento não foi acompanhada da implementação de créditos de produção, visto que as famílias ainda não haviam acessado o PRONAF. Muitas das discussões da produção no Sepé davam-se com o apoio do Centro de Formação, que viabilizava algumas horas de trabalho dos tratores, ferramentas, sementes, entre outras.

A experiência de acesso do PAA no Sepé Tiarajú foi organizada com a perspectiva de iniciar as entregas em fevereiro de 2007 e tivemos que realizar junto às famílias uma discussão sistematizada da entrega dos produtos. Em um primeiro momento, pelas próprias condições precárias de organização da produção, as famílias produziam aquilo que era possível para seu sustento e para a

comercialização à beira da estrada. Era muito comum entre as famílias a produção de mandioca, milho e abóbora.

Em nossas orientações iniciais às famílias destacávamos a necessidade de articulação junto à prefeitura para garantir o transporte dos produtos, bem como a necessidade de garantir a qualidade dos alimentos para a viabilização e continuidade do projeto. Definimos também a quantidade a ser entregue por família e o preço dos produtos, havendo necessidade de pautar uma taxa administrativa para dar andamento às questões burocráticas e logísticas para a implementação do programa sobre o preço fixado pela CONAB.

Como dito anteriormente as famílias do Sepé Tiarajú não tinham acessado qualquer tipo de crédito e, portanto, não possuíam estruturas para o início do projeto, a prefeitura tampouco garantiu transporte e a logística de caixas para acondicionamento dos alimentos e balanças teve de ser garantida pela taxa administrativa de 20% do valor pago pela CONAB aos produtores.

Iniciamos o processo de entregas em Serrana e o processo de aproximação com os trabalhadores do meio urbano foi impressionante. Fazíamos entregas para a Santa Casa de Misericórdia; na Associação da Criança Abrigada de Serrana, que recebia menores quando os pais eram afastados por problemas jurídicos; no Lar Santo Antônio, que recebia crianças no contraturno da escola formal e organizava doações de alimentos às famílias destas crianças; na Associação Casa dos Velhinhos que é o asilo do município e posteriormente diante da entrega semanal de 10 toneladas de alimentos, passamos a articular outros beneficiários consumidores, como a CONAB nomeia àqueles que recebem produtos via Doação Simultânea.

O trabalho de organização do PAA era acompanhado por nós desde o recolhimento dos produtos junto aos agricultores assentados, a entrega às entidades, à prestação de contas junto à CONAB. Tudo com uma dinâmica semanal e contanto com a colaboração de outros militantes que contribuíam com o processo. Os filhos dos assentados revezavam-se no trabalho de ajudar no carregamento e descarregamento dos alimentos e eram remunerados com uma pequena diária.

A mística entorno da entrega dos alimentos e de aproximação junto aos moradores do município, com a chegada do caminhão em que colocávamos a

bandeira dos sem-terra era muito gratificante. Foi especialmente significativa a aproximação com a Paróquia de São José e a possibilidade de doação de alimentos aos trabalhadores do corte de cana; aos idosos que recuperavam em sua memória a origem camponesa, nordestina a partir dos produtos que vinham “direto da roça” como maxixe, abóbora, nhamê; das crianças que saíam com vários quilos de alimentos que garantiriam a alimentação da família por uma semana; entre tantas que nos faziam refletir e já ter a certeza da importância do PAA. Em mensagem de email escrita em março de 2007, relatamos:

tenho gostado muito do trabalho, ontem especialmente foi muito bonito. Acabamos de entregar nas entidades de sempre, e sobrou muita coisa, então, fomos para uma paróquia na periferia para distribuir os alimentos. Por coincidência, ou não, era dia de São José e haveria a bênção dos alimentos, o padre foi super receptivo, abriu a missa falando do movimento, pediu que subíssemos ao altar... De uma subjetividade impressionante... Os meninos que acompanham a entrega no altar, sendo aplaudidos de pé por cerca de 300 pessoas, dentro da igreja... Realmente impressionante, gratificante, revigorante... (email enviado em 15/03/2007).

Este também foi um momento especial de nossa trajetória para elaboração desta pesquisa e da nossa própria militância, uma vez que ao vivenciar o trabalho cotidiano junto aos assentamentos também vivenciamos os impactos do avanço da monocultura da cana-de-açúcar na região e as formas como as famílias acampadas e assentadas de Ribeirão Preto e Serrana que lidavam com a realidade das terras desgastadas pelos anos sucessivos de exploração da cana-de-açúcar e pelas esperanças de construção de um futuro diferente, em que a luta pela terra e a forma de organização da produção eram a síntese das determinações do enfrentamento e da resistência ao modelo do agronegócio.

Pode-se apresentar esta resistência conforme a Imagem 1, quando o fotógrafo Douglas Mansur nos acompanhou à um dia de articulação de entregas do PAA no PA Sepé Tiaraju. Na imagem podemos observar uma fotografia com o caminhão carregado de diversos alimentos e ao fundo a plantação de cana-de-açúcar que cercava o assentamento e na outra fotografia a imagem da produção agroecológica de mandioca, mamão, banana e hortaliças em lote do mesmo assentamento.

Imagem 1. Produção de alimentos e entregas do PA Sepé Tiaraju ao Programa de Aquisição de alimentos.



Foto: Douglas Mansur (30/05/2007)

A sistematização desta experiência, com a possibilidade de elaboração de um roteiro para a organização das famílias assentadas para acesso ao PAA, com elaboração dos projetos, logística de entregas e prestação de contas nos aproximou dos técnicos que desenvolviam o projeto por parte do Estado, especialmente na Gerência de Operações da CONAB.

Ainda em maio de 2007 iniciamos a elaboração de propostas para o acampamento Mario Lago. Naquele momento era possível que os acampados acessassem o programa conforme explicitado no Título 30 do Manual de Operações da CONAB, em que seria possível que o INCRA emitisse uma DAPAA (Declaração

de Aptidão ao Programa de Aquisição de Alimentos) em substituição à DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf).

Nossa demanda era ousada, seriam 250 famílias do Mário Lago à acessar o programa. O INCRA nunca liberou as DAPAA's e as famílias tiveram que aguardar a homologação enquanto assentadas para acessar o programa, construindo outras formas de comercialização para dar destino à intensa produção que desenvolviam. São exemplos destas outras formas as cestas agroecológicas entregues e as feiras na cidade de Ribeirão Preto.

Outra iniciativa foi a da elaboração de um projeto de PAA para o PE Boa Sorte, em Restinga. Este foi um processo de retomada de organização da produção junto àquelas famílias que haviam sido assentadas ainda no final dos anos de 1990. Os assentados do PE Boa Sorte haviam acessado a primeira modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos, o Compra Antecipada, nesta modalidade os agricultores acessavam o recurso antes da entrega dos produtos, utilizando-o como uma espécie de crédito a ser pago em produtos posteriormente. Os recursos do Compra Antecipada chegaram no período de entressafra na maior parte dos casos e os assentados acabaram por ficar endividados junto à CONAB e impossibilitados de acessar os recursos.

Como a pauta dos assentados era a de negociação desta dívida, foi possível promover a negociação junto à CONAB para que a dívida fosse corrigida e paga em produtos entregues à entidades articuladas na modalidade Doação Simultânea, o que viabilizou a participação dos camponeses assentados inadimplentes nas propostas apresentadas em julho de 2007 para início de execução em 2008.

A articulação dos projetos em nível regional foi debatida junto ao Setor de Produção estadual e então passamos a organizar oficinas para a elaboração de projetos em setembro de 2007, quando nos reunimos com representantes de todas as regionais do estado no intuito de promover uma capacitação e garantir a elaboração dos projetos.

Passamos então a uma atuação mais burocrática de elaboração dos projetos para garantir a articulação dos projetos em todas as regiões. Nós fazíamos a formação, os militantes das regiões elaboravam localmente e a nós cabia fazer as

correções e encaminhamentos à CONAB, que respondia sobre as pendências que eram solucionadas por nós junto ao representante da região.

Foi um período de trabalho intenso aquele segundo semestre de 2007, em que nos distanciamos da atuação local ou regional e passamos à uma atuação em escala estadual, mais burocrática de acompanhamento dos projetos. A rotina de idas à Superintendência Regional da CONAB em São Paulo era semanal, de tantas idas e vindas, á havia uma mesa que nos recebia com a demanda. Nós mesmos conferíamos as prestações de contas e as organizávamos, evidente que isso só foi possível pela postura de assumir o PAA enquanto uma prioridade por parte da GEOPE (Gerência de Operações Especiais da CONAB).

Aliás, conhecer a CONAB por dentro nos mostrou claramente a opção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), órgão que controla e regula a CONAB em favorecer os interesses dos grandes produtores em detrimento dos agricultores camponeses. Era evidente a diferenciação entre a estrutura colocada à disposição para outras políticas públicas, como as da Gerência de Operações Comerciais e àquela destinada ao PAA. Importante lembrar que o MAPA durante os governos petistas sempre esteve sob controle do PMDB e tinha como ministros nomes notáveis do agronegócio, como Roberto Rodrigues e Kátia Abreu.

Entre os limites encontrados no processo de implementação inicial do PAA para os assentamentos estava a dificuldade de assistência técnica nos assentamentos, a ausência de créditos de incentivo à produção, a organização das cooperativas e associações locais, a falta de recursos financeiros para intensificar a elaboração dos projetos e a própria desconfiança dos agricultores, uma vez que a produção deveria primeiramente ser entregue, para que depois fosse paga.

Ainda assim, avançamos nas elaborações e em 2008 passamos a acompanhar em escala local, ainda que pontualmente, os projetos do estado de São Paulo com participação em assembleias organizativas nos assentamentos, levando até os camponeses assentados os resultados de nossas negociações.

Foi em 2008 que iniciamos a aproximação com o PE Pirituba II, onde passamos a atuar no processo de retomada da organização da COAPRI (Cooperativa dos Assentados e Pequenos Produtores da Região de Itapeva),

inicialmente organizando o processo de negociação das dívidas dos assentados junto à CONAB e posteriormente atuando no cotidiano de estruturação da cooperativa.

O PE Pirituba II nos apresentou uma nova perspectiva dos assentamentos, se até 2008 nossa atuação estava mais vinculada aos assentamentos mais novos, do chamado Eixo Urbano, ou seja, as experiências de organização das Comunas da Terra localizadas próximas aos grandes centros, com um projeto de produção de alimentos agroecológicos e com um perfil mais urbano dos assentados, o PA Pirituba II apresentava-se como um processo consolidado de luta pela reforma agrária no campo, com mais de 30 anos de luta e resistência, conforme sistematizaremos a seguir.

Assim, em nossa pesquisa, o olhar será dado desde a realidade do PA Pirituba II, uma vez que este território passa por um histórico de luta e de resistência que permeia a história do MST em São Paulo. Sendo um dos primeiros assentamentos do estado, acompanha a evolução do movimento em suas pautas políticas e na apropriação das políticas públicas. A resistência será expressa nos mecanismos adotados em mais de 30 anos de história, produzindo alimentos e conquistando a dignidade em melhores condições de vida e trabalho.

3.2 O PA Pirituba II e a formação do MST no Sudoeste Paulista.

A história da luta pela terra na Região Sudoeste de São Paulo demonstra as contradições geradas com o avanço do capital no campo, a desterritorialização dos camponeses e o surgimento dos movimentos sociais, que se organizaram para a concretização dos assentamentos, num processo de reterritorialização. A Fazenda Pirituba, localizada entre os municípios de Itaberá e Itapeva, com área de 17.420 hectares, foi palco de grilagem de terra, corrupção de funcionários públicos e de conflitos entre camponeses e grileiros desde os anos de 1940.

Para entender esta história faz-se necessário compreender o contexto político que moldava o território da Pirituba. Para Bombardi (2005), essa área tem uma longa e conflituosa história, que remonta ao primeiro governo de Adhemar de

Barros, entre 1947 e 1951, em São Paulo: “a fazenda passou ao patrimônio do Estado em 1949, quando uma empresa chamada Companhia Angatuba não conseguiu saldar dividas hipotecadas”. (p. 576).

É importante ressaltar que na fazenda Pirituba havia famílias de camponeses-rendeiros, em grande parte originária das imediações, que tomavam em arrendamento parte das terras da fazenda. A proposta de induzir o cultivo de trigo especificamente nessa região surgiu por parte do governo do estado para diminuir a dependência do Brasil em relação aos países europeus exportadores de trigo que estavam envolvidos na II Guerra Mundial.

Veiga (1990, p. 38 apud BOMBARDI, 2005) afirma:

O governador Adhemar de Barros projetou, então, instalar ali um pólo destinado à ampliação da lavoura do trigo. Para isso entregou a fazenda a um agrônomo italiano chamado de Lino Vicenzi. Este deveria trazer famílias da Itália que receberiam todo o apoio do Estado no âmbito de uma grande campanha pelo abastecimento interno de trigo.

A condução do processo de implantação do cultivo de trigo pelo Estado deixou de lado esses camponeses “rendeiros”, a fim de garantir que os migrantes italianos pudessem se apropriar das terras sem empecilhos. Iniciou-se neste momento, o primeiro conflito pela grande área de terra pública que era a Fazenda Pirituba.

“Lino Vincezi geriu essa área como se fosse sua propriedade, condicionando o cultivo à extração da renda da terra. Assim, passou a receber ilicitamente, a renda da terra de uma área que era sabidamente pública” (BOMBARDI, 2005. pg. 584).

A partir destes arrendamentos irregulares foram se apropriando da terra os grandes pecuaristas ou boiadeiros e o que se viu durante anos seguintes foi um amplo processo de grilagem das terras, de acordo com o interesse dos grandes proprietários e dos funcionários públicos responsáveis, até que:

Em 1962, o governador Carvalho Pinto requereu a devolução da posse da fazenda para destiná-la aos planos de colonização baseados na recentíssima Lei de Revisão Agrária. (...) e logo percebe que os tais grandes arrendatários de pastos não tinham a

intenção de perder o privilégio. Entre os que resistiram estavam, por coincidência, três filhos de Vincezi que, a despeito da gorda indenização recebida pelo pai, permaneceram ocupando as terras (Veiga, 1990, p. 39)

O Estado acionou as formas legais de despejo contra os ocupantes irregulares, que ainda permaneciam na área, iniciando assim um conflito entre o Estado e os grandes exploradores da área da Fazenda, que encontravam brechas para resistir ao despejo.

Dada esta realidade, que foi um marco da questão agrária no Estado de São Paulo, o governo é obrigado a criar mecanismos a fim de conter o processo de apropriação indevida de terras públicas e a corrupção por parte de seu representante. No ano de 1962, a ARA (Acessoria de Revisão Agrária) deu início aos estudos da fazenda Pirituba, fazendo levantamento para possível assentamento.

Esse processo enfrentou novos limites com o Golpe Militar de 1964, que

teve como decorrência a perda de uma das mais relevantes oportunidades de implementar a reforma. A sua realização nesta época teria como consequência importante efeito positivo no desenvolvimento econômico e social, em particular, beneficiaria o desenvolvimento da agricultura e o perfil de distribuição de rendas e riquezas. (Ferreira, 2009. p.3 e 4)

Em 1966 há uma nova tentativa de regularização da situação dos pequenos agricultores rendeiros e dos pecuaristas. A proposta é de cada família tivesse acesso a uma área de cem hectares, mas os pecuaristas não aceitam, o Estado move uma ação de despejo, mas estes, alegam ter um contrato de arrendamento com o antigo preposto do Estado, Lino Vicenzi, e o poder judiciário concede-lhes a posse da terra (COSTA, 2001).

O que se viu durante anos seguintes foi um amplo processo de grilagem das terras, de acordo com o interesse dos grandes proprietários e dos funcionários públicos responsáveis. Formam-se grupos de proprietários que passam a explorar a área, chamados como “holandeses” e “batagins”, de acordo com a origem de suas famílias.

Com as irregularidades e o favorecimento aos grandes proprietários, apenas 27 famílias de pequenos agricultores são beneficiadas, a partir da compra de suas parcelas, é o processo de loteamento chamado de Projeto Pirituba I (COSTA, 2001). Somente em maio de 1980 é que o Estado rescinde o contrato de compromisso de venda firmado pelo antigo preposto e os holandeses e Batagins e realiza-se o despejo dos pecuaristas. Ao mesmo tempo, os grupos de pequenos produtores rurais começam a organizar uma ocupação para reivindicar as terras da Pirituba.

Diante da pressão dos agricultores, o Governo de Franco Montoro (1983 a 1987) intervém e a ocupação da Fazenda Pirituba passou a ser tratada e conduzida como “questão agrária”. Para Veiga (1990), citado por Bombardi (2005), o processo de negociação e regularização da área a partir da ocupação camponesa tardou a ocorrer.

A retomada do processo parte da ocupação por trabalhadores que formariam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que com grande capacidade de mobilização de outros trabalhadores e apoio de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's), Igreja Católica, Prefeituras, Câmara Municipais da região, conseguiram criar um comitê que possibilitou mais pressão a fim de regularizar a situação da Pirituba.

Assim as mesmas 250 famílias que ocuparam a área da Pirituba em 1981, com cerca de 1250 pessoas, mais tarde irão compor a organização do MST em nível nacional.

Com a organização política dos sem terra imersa no conflito, o Estado através da Secretaria da Justiça e do Instituto de Assuntos Fundiários – conseguiu judicialmente o sequestro da área. Este foi o início do processo de constituição do Assentamento Pirituba II, como ficaram conhecidas as porções da Fazenda Pirituba que foram sendo destinadas ao Assentamento das famílias sem terra. A cada nova área conquistada para o assentamento foi correspondendo algarismos arábicos: área 1, área 2 e assim por diante.

A ocupação da área e o assentamento das primeiras famílias tiveram início justamente na porção da Fazenda que correspondia à dos chamados boiadeiros,

herdeiros e beneficiários de da corrupção praticada nos anos anteriores, que continuaram na terra por mais de 20 anos.

Posteriormente, as demais áreas griladas da Pirituba, as que estavam sob controle dos chamados Holandeses e Batagins – que não eram ocupantes da área, mas adquiriram a terras no processo de loteamento – passaram também a ser reivindicadas, sucedendo-se assim as diferentes áreas de assentamentos na Fazenda Pirituba.

O processo de lutas e conquistas continuou com o assentamento de mais famílias nas áreas 3, 4, 5 e 6 nos anos de 1986, 1989, 1992 e 1996, respectivamente. Nestas novas áreas foram sendo assentados filhos dos pioneiros, perpetuando a luta pela terra entre as gerações de camponeses que foram sendo forjadas. A violência por parte dos grandes produtores e a pressão que dirigiram ao Estado permearam todos estes processos de luta.

Sendo o território dinâmico e em constante disputa, o conflito entre as classes sociais que se antagonizam não são superados com a conquista da terra. Esse conflito de interesses, especificamente no que tange à subordinação da renda camponesa ao capital, perdura. Perdura também a sanha pela apropriação da terra camponesa quando nas beiras da territorialização do capital monopolista (BOMBARDI 2005), como fica explícito na atuação das lojas de veneno, dos atravessadores, do Estado, na região.

No decorrer da década de 1990 e início do século XXI, frente ao avanço do neoliberalismo, a resistência camponesa é desafiada pelo agronegócio e por seus pacotes tecnológicos. A contradição reside na resistência camponesa que persiste na região Sudoeste paulista a partir das ações desenvolvidas, seja nas mobilizações por escolas, seja na existência de processos de cooperação, seja na busca por condições melhores de vida e de trabalho.

O Assentamento Pirituba conta atualmente com diversos sítios regularizados, decorrentes do primeiro processo de resistência iniciado em 1962 e com oito assentamentos conquistados a partir da luta engendrada após 1984, conforme apresentamos na Tabela 4.

Tabela 4. Assentamentos da antiga Fazenda Pirituba.

Município	Assentamento	Número de Famílias	Ano de Implantação	Órgão responsável
Itapeva	PA Pirituba II – Agrovila I	107	1984	Itesp
Itaberá	PA Pirituba II – Agrovila II	56	1984	Itesp
Itaberá	PA Pirituba II – Agrovila III	73	1986	Itesp
Itapeva	PA Pirituba II – Agrovila IV	51	1989	Itesp
Itaberá	PA Pirituba II – Agrovila V	39	1992	Itesp
Itaberá	PA Pirituba II – Agrovila VI	38	2003	Itesp
Itaberá	PA Pirituba II – Agrovila VII	8	2003	Itesp
Itaberá	PA Pirituba II - João M. de Macedo	46	2012	Itesp
Itaberá	PA Pirituba II – “13 de maio”	16	2013	Itesp
NÚMERO TOTAL DE FAMÍLIAS		434		

Fonte: INCRA, organizado pela autora.

Na organização dos primeiros assentamentos do PE Pirituba II envolveram-se diversos atores nas discussões sobre o assentamento, mas o protagonismo sempre foi dos trabalhadores; exemplo desta atuação é que os critérios para o assentamento das famílias foram decididos em assembléia: só poderiam ser assentados trabalhadores sem terra, que não tivessem outra fonte de renda e que fossem, preferencialmente, casados.

Desde o início, a cooperação mostrou-se como um fundamento importante na sociabilidade das famílias, como é propício nos acampamentos. Em sua maioria, os acampados eram camponeses expropriados de suas terras e a cooperação para estes agricultores possuía um forte aspecto cultural, expresso nos mutirões, na troca de dias trabalhados, na ajuda mútua.

Outro aspecto relevante foi a interferência de um Grupo Técnico ligado ao Estado, e que incentivou a organização das famílias em uma associação. Os principais argumentos referiam-se à necessidade de junção de esforços para o desmatamento, para a compra de máquinas e para acessar créditos junto à Caixa Econômica (ABRA, 1985).

O Estado aqui assumiu o papel de induzir a criação de um instrumento jurídico, com a finalidade de realizar os financiamentos, mas também com a crença de que não seria possível aos agricultores produzirem em escala individual, visto que o modelo de produção a ser adotado seria o de cultivo de grãos, nos moldes

convencionais de uso de máquinas e insumos. Outro elemento no que se refere ao papel do Estado é a participação nas assembléias, induzida pelo argumento de que só haveria recursos para a produção se os assentados organizassem-se juridicamente em uma associação.

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Pirituba, fundada pelas famílias foi responsável por discutir a organização das moradias em forma de agrovilas, realizar a distribuição dos lotes, comprar os primeiros equipamentos e planejar a produção. Esta associação em princípio representava a organização das famílias da Agrovila I e da Agrovila II, mas logo ela foi desmembrada, por conta da distância, das dificuldades de comunicação entre as famílias das duas agrovilas e por fim, pela diferente realidade produtiva que existia nas duas áreas.

Vale destacar importante característica no PA Pirituba, ou seja, os assentamentos estão organizados em agrovilas, estrutura onde as famílias têm o lote de moradia de aproximadamente um hectare, morando próximas umas das outras. Os lotes de produção de cerca de 14 ha ficam próximos das moradias, mas em espaço separado. Este modelo de organização contrapõe-se ao chamado “quadrado burro”, onde os lotes eram simplesmente recortados sem preocupação com a convivência das famílias e com os equipamentos públicos coletivos. No caso da Pirituba, todas as agrovilas preservam uma área social, de responsabilidade de todas as famílias.

Nos três primeiros anos de sua existência, a Associação da Agrovila I passou por fases distintas: no primeiro ano, houve produção muito expressiva, que remunerou os custos de produção e foram distribuídas as sobras; no segundo ano, não foi possível distribuir sobras e; no terceiro, começaram a vencer as dívidas dos financiamentos e houve uma diminuição na colheita, causando endividamento.

A Associação da Agrovila I adiantava os recursos para compra de insumos para a produção e para alimentação aos associados e a situação de endividamento foi se agravando, o que levou muitos agricultores assentados a desistir do processo, perdendo em Assembléia dos assentados o direito de continuarem no assentamento. Com medo de que a situação se repetisse, outros assentados permaneceram descontentes na associação, passando a vender paralelamente a

sua produção e não cumprindo com os acordos de pagamento das dívidas. A saída encontrada para controlar melhor a situação foi a formação de grupos de produção, mas esta estratégia não funcionou diante do alto endividamento dos sócios para com a associação e da associação para com os bancos.

Após muito tempo de discussão de como proceder com o pagamento da dívida das famílias, o patrimônio da entidade já não pagava mais os compromissos assumidos e a Associação foi extinta. Mas, ainda com esta situação de um associativismo forçado, a partir da indução do Estado que levou à criação e à extinção da associação, restaram os grupos de produção, onde famílias que tinham afinidades ou laços familiares passaram a produzir coletivamente. Com os frutos do trabalho coletivo, os assentados criaram então duas cooperativas, a Cooperativa de Produção Agropecuária Coletiva (COPROCOL) e a Cooperativa 13 de maio.

O caso da Associação da Agrovila II, não difere da Agrovila I em relação ao papel cumprido pelo Estado e ao endividamento das famílias, mas este grupo demorou mais para se organizar após o fim da Associação. Somente em 2005 eles passaram a se organizar em duas outras entidades a COOPAFASP e a APALUFER, visando desenvolver estratégias de comercialização coletiva, a partir do PAA e de um barracão. Outra característica relevante da Agrovila II é que aos grãos, somam-se o cultivo de frutas (ameixa, pêssego e cítricos) e legumes (principalmente quiabo), proporcionando maior diversidade produtiva.

Com a conquista parcial da área da Agrovila III em 1986, as famílias organizaram-se para a produção coletiva na área emergencial, que ainda não correspondia aos 17 ha por família. Somente em 1996 os módulos foram completados e formaram-se três grupos que se organizaram em três locais de moradias distantes. Um dos grupos foi para uma área conhecida como Água Azul, outro para a área que formou a COPAVA e outro que ocupou a área em que já havia algumas estruturas da fazenda.

Destes coletivos de produtores da Agrovila III, o único que resiste organizado com socialização completa dos meios de produção que são da COPAVA, onde as famílias compartilham terra, máquinas e implementos. São 27 famílias que se organizam em setores para a produção, o maior volume é na produção de grãos,

mas eles também têm suinocultura, pecuária leiteira, cultivo de hortaliças e uma agroindústria para fabricação de açúcar e cachaça.

A ocupação da Agrovila IV aconteceu em outubro de 1989. Após uma série de despejos por parte do Estado, houve o assentamento emergencial de 48 famílias. Seguindo o modelo da Agrovila III, a produção foi coletiva até que se completassem os módulos com a divisão da área feita pelo Estado. Após a divisão, parte dos assentados optou por seguir produzindo individualmente e parte formou a COPADEC que acabou por se inviabilizar a partir de financiamento feito via FEAP (Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista). Atualmente, nesta Agrovila, há a produção coletiva de grãos em grupos familiares e por afinidade e há também uma série de produtores individuais.

O caso da Agrovila V repete o histórico de cooperação das outras áreas. Enquanto eram assentadas emergenciais, as 44 famílias que ocuparam a área em 1992 trabalhavam coletivamente. Com o parcelamento definitivo da área 12 famílias optaram por trabalhar individualmente. Os assentados discutiram ainda, como destinar espaço de 13 hectares para a construção da sede regional do MST e da COAPRI.

As famílias da Agrovila V que permaneceram trabalhando coletivamente formaram a COPANOSSA em 1994. Esta cooperativa adotou o modelo de produção que era recorrente na região, e a estratégia em permanecer juntos estava ligada ao uso de tecnologia (máquinas e implementos) para produção em escala e para o acesso a créditos. A COPANOSSA financiou máquinas e implementos via PROCERA, e quando chegou o tempo de pagar a dívida os assentados não tinham recursos que não fossem o próprio investimento. Os sócios acabaram por se desfazer de toda a estrutura para o pagamento da dívida e após o fazerem, houve uma negociação do MST para com o governo que amortizou grande parte do recurso devido. O estrago já estava feito, começaram os desentendimentos, a COPANOSSA se fragmentou e os sócios já não realizam ações no âmbito da cooperativa.

Outra iniciativa de organização coletiva da Agrovila V é o coletivo de mulheres que trabalham com plantas medicinais. Este mesmo grupo passou por diversas

tentativas de organização para a produção de doces e de produtos fitoterápicos e atualmente as mulheres estão organizadas na COOPLANTAS, envolvendo mulheres das Agrovilas II, III, V e VI. As agricultoras fazem amplo debate sobre gênero, agroecologia e saúde, pautando as discussões feitas pelo MST, trabalhando com medicina preventiva e desenvolvendo projetos que visam garantir a geração de renda para as mulheres.

As famílias da Agrovila V atualmente organizam-se para prática de esportes, principalmente os homens para jogos de futebol e para a realização de uma festa anual para a construção da Igreja Católica do assentamento. Há ainda poucos grupos familiares que atuam na produção coletiva.

A Agrovila VI, por sua vez, originou-se de uma ocupação realizada em 1994, sendo que, Assentamento também deu-se em situação emergencial e somente no ano de 2013 que o ITESP regularizou a situação para completar os módulos dos lotes. Após muitas dificuldades para garantir condições de vida digna, como moradia e água encanada, as famílias conseguiram em 2008 concluir a construção das casas, também organizadas por proximidade. A experiência de cooperação deu-se com a Cooperativa Chico Mendes, que trabalhava informalmente até se tornar associação. Os assentados também começaram a produção de forma coletiva, mas acabaram por individualizar-se. Atualmente as famílias atuam coletivamente no que se refere ao caixa para manutenção da rede de água e para as atividades da Igreja, com bailes e festas beneficentes em prol da construção da Igreja Católica na área coletiva.

Ao mesmo tempo em que se desenvolviam os assentamentos, os pequenos produtores da região enfrentavam dificuldades para permanecer no campo por não acompanhar o processo acentuado de mudança tecnológica, que não considerava as especificidades da agricultura familiar. Estes se encontravam cada vez mais endividados, as necessidades aumentavam e muitos chegavam a vender as terras para pagar dívidas e, na maioria das vezes, migraram para o meio urbano.

Em 1995, assentados e pequenos produtores discutiam conjuntamente a possibilidade de viabilizar uma cooperativa e garantir acesso ao mercado, organizando a produção e a comercialização através desta estrutura coletiva,

garantindo que os produtos dos assentados e pequenos agricultores ganhassem melhor preço e não perdesse com a queda nas vendas e dos preços relativos. Ou seja, criar uma estrutura que abarcasse tais demandas foi uma questão de necessidade para buscar alternativas que possibilitassem a permanência das famílias assentadas e de pequenos agricultores no campo.

Assim, em outubro 1996, fundou-se a Cooperativa de Assentados de Reforma Agrária e Pequenos Produtores da Região de Itapeva – COAPRI, cuja principal atribuição foi criar estratégias de articulação das várias cooperativas, associações e grupos de produção dos assentados e dos pequenos agricultores da região, com o objetivo de possibilitar a ação conjunta na reivindicação e defesa dos interesses comuns.

Ao longo de sua história, a COAPRI vem desenvolvendo iniciativas que pautam os princípios da cooperação, do respeito ao meio ambiente, do beneficiamento da produção e do comércio justo, a partir da consolidação e fortalecimento das linhas de produção de grãos, leite, verduras, legumes e frutas.

Em 2003, como já vimos no primeiro capítulo, o Governo Federal põe em prática o II Plano Nacional de Reforma Agrária, que teria em seus objetivos a retomada dos investimentos nos assentamentos rurais. O INCRA passa a atuar na região e a discutir o Plano de Recuperação dos Assentamentos (PRA), acompanhado pela direção do MST. Segundo documento publicado por técnicos do órgão, o PRA:

tinha por objetivo garantir que o Projeto de Assentamento (PA) atinja o nível desejado de desenvolvimento sustentável – garantindo crescimento da renda, geração de empregos, aumento da produção e das condições de cidadania – visando sua consolidação e tendo como perspectiva o desenvolvimento territorial integrado, resultantes das políticas governamentais e das parcerias institucionais. (BEZE, et al, 2005, p. 237)

O diagnóstico feito com a participação dos assentados apontava que os agricultores enfrentavam problemas para a obtenção de recursos financeiros, principalmente pela pouca diversidade produtiva nos cultivos que geravam renda. A maior parte dos agricultores realizava cultivos de grãos, especialmente milho e feijão

em pequenas áreas, utilizando o padrão tecnológico do grande agronegócio, ou seja, com um alto custo de produção.

Em que pese à alta produtividade, tais culturas caracterizam-se pelo alto patamar tecnológico empregado, pelo intensivo uso de insumos e baixo índice de geração de emprego e renda no campo. Pode-se observar altos custos de produção devido à dependência de energia externa, ao uso de máquinas pesadas, fertilizantes químicos e pesticidas, ou seja, pela adoção do modelo forjado para o agronegócio exportador.

A desvalorização da produção ocorre também devido à dependência dos agricultores em relação aos insumos comercializados pelas lojas agropecuárias da região e pela “assistência técnica” ofertada por tais empresas. Estas adotam política de compra dos grãos produzidos para quitação das dívidas dos agricultores, diminuindo ainda mais os preços praticados no mercado local.

A realidade de endividamento era clara e aumentava a dependência dos agricultores em relação aos fornecedores de insumos:

A situação do crédito é muito grave, caracterizando-se pela ocorrência de elevado grau de inadimplência e conseqüente dificuldade de acesso ao crédito bancário. Este fato é especialmente severo junto ao Banco Nossa Caixa, sem perspectiva de renegociação coletiva. A inadimplência implica em outras formas de créditos juntos a fornecedores de insumos – muitas vezes com empenho de bens – altamente prejudiciais para os produtores. Para os que não dispõem de garantias e estão inadimplentes, há ocorrência de assalariamento da mão-de-obra familiar e arrendamento de parte do lote. (BEZE, et al, 2005, p.239)

Além desta situação de endividamento em relação ao Banco, em 2003 as famílias assentadas acessaram o Programa Compra Antecipada, gestado pela CONAB, que consistia na liberação de recursos para entrega futura de milho. Em um primeiro momento o recurso foi distribuído individualmente aos assentados na entressafra, muitos não conseguiram cumprir o contrato e tornaram-se inadimplentes. Em um segundo momento, a COAPRI acessou o recurso e comprou insumos para fornecer aos assentados, e estes passaram a dever também para a cooperativa regional.

Outra questão relevante é a insuficiência da assistência técnica de responsabilidade do ITESP. Os agricultores dependem do órgão para encaminhar os projetos de acesso à créditos, como o PRONAF, que por muitas foi liberado atrasado, ou seja, fora da época de plantio.

Para a superação desta realidade, iniciou-se uma discussão junto aos assentados, respeitando as organizações de cada comunidade, e montou-se em parceria com os técnicos do INCRA/MDA e acompanhamento da direção do MST, o Fórum dos Assentados, no qual foram apontadas as demandas para garantia da melhoria de renda dos agricultores assentados:

Primeiro buscar soluções “dentro” do sistema tecnológico em uso, melhorando sua racionalidade em diversos aspectos, já que não há como substituí-lo de pronto. Segundo, procurar modos de superar as limitações estruturais impostas por este modelo, pesquisando outras formas técnicas de produzir. Estas novas formas deverão possibilitar a redução da necessidade do uso de insumos e energias externos e implicar em melhor eficácia na exploração dos recursos produtivos naturais disponíveis e na utilização da mão-de-obra familiar. Esta, cada vez em maior número e mais qualificada para novas atividades. Por fim, a terceira orientação é a de gerar solução que contemplem os diferentes tipos de agricultores existentes no assentamento, respeitando a diversidade e os modos de produzir que normalmente se manifestam na área rural (coletivos, diversos tipos de sociedades para a produção e agricultores com opção de produzir sem se associar com outros). (BEZE, et al, 2005, p. 247)

Deste processo, resultou a retomada da COAPRI, com melhores definições acerca das linhas de produção a serem potencializadas para a diversificação. Estas linhas, discutidas junto aos associados da COAPRI, devem cumprir o papel de garantir a produção integrada entre campo e agroindústria apontando para construir o ciclo produtivo baseado nas cadeias produtivas de grãos, leite e hortifrutigranjeiros. Ao potencializar estes ciclos produtivos a partir do beneficiamento em agroindústrias, busca-se garantir melhorias na renda e a construção da autonomia das famílias assentadas e dos pequenos produtores, além de fortalecer a produção com práticas agroecológicas.

Em 13 de maio de 2011, após exatamente 27 anos da ocupação que deu origem às Áreas I e II, os filhos de assentados da Agrovila II ocupam uma área da Pirituba ainda explorada irregularmente por um pecuarista. Em 2013, o Itesp realizou

o assentamento emergencial de 23 famílias, comprovando as possibilidades de conquista de novas áreas.

De qualquer forma, dos 17.420 hectares da Fazenda Pirituba, mais de 8 mil hectares que eram explorados irregularmente por grileiros, passaram ao controle dos agricultores assentados. Há ainda áreas que são horto florestal pertencentes ao Estado, e áreas regularizadas no PA Pirituba I. A área de Horto, segundo o Estado, não é passível de realização de assentamento por um contrato de extração de resina de Pinus estabelecido com uma empresa privada que atua há muitos anos e que seria impossível quebrar este contrato.

Mas, transcorridos quase 30 anos, apareceram os sinais de inadequação do modelo de produção, uma vez que a única possibilidade imposta pelo Estado era o incentivo às monoculturas de grãos, como feijão, milho e soja, todas com alto grau de dependência das empresas agrícolas (insumos) e atravessadores. Os agricultores assentados conseguiram se aproximar do padrão de agricultura regional, no entanto, o cultivo, principalmente de milho e feijão em áreas geralmente inferiores a 15 hectares, não tem sido suficiente para a obtenção de patamar de renda que permita um padrão de vida mais confortável e seguro para os agricultores e suas famílias.

A contradição está posta pela pressão exercida por parte da monocultura de grãos e uso intensivo de insumos químicos na prática agrícola, fomentados pela presença contundente dos técnicos das lojas de veneno que acabam por realizar a “assistência técnica” aos trabalhadores assentados.

As empresas de veneno hoje vão fornecer todos os insumos e colocar no contrato o valor de sacos de grão seja ele soja, milho e feijão para criação de seguro agrícola no caso de perda com seca, chuva e outros. O que era para ser papel do governo fazer as empresas estão fazendo [...] . nós assentados temos muitas dificuldades pois a assistência técnica foi modelada pelas universidades comandadas pelos empresários capitalistas [...] não teve outra opção, as empresas multinacionais que comercializam os venenos capacitaram nossos assentados (OLIVEIRA, 2006).

Na região, costuma-se a adotar até três cultivos de grãos no mesmo ano. As lavouras de milho, trigo e feijão sucedem-se de forma a manter altos índices de

produção nas áreas do assentamento e dos pequenos agricultores. Segundo dados da COAPRI foram produzidos somente no PA Pirituba II aproximadamente 10.000 toneladas de milho, 3.000 toneladas de feijão e 2.400 toneladas de trigo, durante a safra 2010/2011.

Mas, na safra 2011/2012, inicia-se um processo de concorrência entre as lavouras de feijão e soja, devido à elevada cotação do cereal no mercado de futuros, chegando-se à produção de 1.200 toneladas de feijão. Já na safra 2012/2013, a situação é agravada pela postura das lojas que financiam os insumos, que assumem o cultivo de feijão, enquanto “lavoura de risco”. Muito provavelmente, o risco refere-se à possibilidade dos agricultores em acessar as sementes via COAPRI, a partir da doação via CONAB, como vêm acontecendo desde 2010. Ao fornecer as sementes, quebra-se a lógica da dependência em relação aos outros insumos, as empresas perdem o controle do que está sendo plantado e do que vai ser colhido.

Seguindo a aptidão produtiva da região, os assentamentos são fortes produtores de grãos, nos últimos anos a COAPRI têm garantido os valores máximos de comercialização junto ao governo federal. Na safra 2010/2011 foram comercializados R\$ 1,3 milhões junto à CONAB, totalizando 800.000 kg, 30% a mais do que na safra 2009/2010. No âmbito do PNAE foram fechados em 2011 contratos com 5 prefeituras que totalizam 250.000 Kg. O desafio é garantir a transição agroecológica das lavouras, reduzindo o uso de agrotóxicos, possibilitando produção mais saudável e mais barata, reduzindo a dependência das grandes empresas.

Todas as demandas das famílias assentadas assumem caráter reivindicatório a partir das diversas lutas empreendidas pelo MST, resultando em algumas conquistas, entre elas as políticas públicas de comercialização. Tais políticas têm mostrado um caminho de possibilidades que acabam por não submeter a produção dos agricultores assentados à lógica do mercado, imposta pelos atravessadores.

XXX

Analisando o histórico de lutas reafirmamos a consolidação das estratégias de resistência adotadas pelos trabalhadores rurais sem terra. Esta resistência está

expressa em cada tentativa, frustração ou conquista ocorrida nos 30 anos de existência do PE Pirituba II.

Cada um dos assentamentos tem resistido à sua maneira aos avanços do capital sobre os territórios conquistados, pautando a necessidade de políticas públicas que efetivem estes territórios enquanto produtores de alimentos e melhorem ainda mais a qualidade de vida dos trabalhadores assentados. Entendemos assim, que o PAA é uma destas políticas que podem promover outras estratégias de resistência, conforme veremos no próximo capítulo.

4 O Programa de Aquisição de Alimentos no estado de São Paulo.

A partir de 2003, diante da possibilidade de discutir novas propostas para a superação da desigualdade no Brasil, principalmente com os questionamentos sobre a persistência da fome enquanto fenômeno social, o debate da soberania alimentar passa a ser encampado nas políticas de segurança alimentar, em que o principal era pautar o acesso aos alimentos para a população brasileira.

Como vimos no primeiro capítulo, criou-se o programa Fome Zero e dentro dele ações que se pretendiam estruturantes e de fortalecimento da agricultura de base familiar, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. Em 2002, formulou-se a proposta que originaria o Fome Zero, com a concepção de que era dever do Estado garantir o direito à alimentação, era a proposta da Política de Segurança Alimentar e Nutricional para o povo brasileiro, assinada por Luis Inácio Lula da Silva, o documento era parte das propostas de campanha e afirmava que seria necessária a:

conjugação adequada entre as chamadas políticas estruturais – voltadas à redistribuição de renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, entre outros e as intervenções de ordem emergencial, muitas vezes chamadas de políticas compensatórias. Limitar-se a estas últimas quando as políticas estruturais seguem gerando desemprego, concentrando a renda e ampliando a pobreza (...) significa desperdiçar recursos, iludir a sociedade e perpetuar o problema (...) também não é admissível o contrário. Subordinar a luta contra a fome à conquista prévia de mudanças profundas nas políticas estruturais representaria a quebra da solidariedade que é dever imperativo de todos perante os milhões de brasileiros hoje condenados à exclusão social e à insuficiência alimentar. (INSTITUTO CIDADANIA, 2002, p.5).

Neste capítulo pretendemos refletir a contribuição do PAA para a reprodução da resistência nos assentamentos, apontando as relações que se estabelecem internamente, entre os agricultores, e externamente, com a sociedade, a partir da implementação do programa e quais os avanços no que se refere aos seus impactos nas áreas em que se consolida, fortalecendo a resistência dos trabalhadores no campo.

Pretendemos entender qual o papel do PAA para o fortalecimento dessa estratégia em assentamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Assim, em primeiro lugar trataremos da evolução do PAA no que se refere à legislação e formas de acesso, depois analisaremos a quantidade de recursos destinados ao programa, em nível nacional e estadual. Em seguida, apontaremos algumas das questões que evidenciam como o programa vem forjando resistência, especialmente no que se refere ao aumento na produção de alimentos, à mudança no modelo de produção adotado, à participação das mulheres e jovens, à relação com as pessoas em situação de insegurança alimentar, à valorização da produção e da agroindustrialização especialmente no PE Pirituba II, onde vivenciamos estes fatores.

4.1 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): evolução e perspectivas.

Como observamos ao longo do primeiro capítulo, sempre houve forte pressão no sentido do desmonte das políticas domésticas de apoio voltadas aos segmentos sociais e setores produtivos mais sensíveis à questão da segurança alimentar, como as políticas que criem oportunidades de trabalho e de renda no campo e nas cidades e que estimulem a ampliação do acesso e da disponibilidade de alimentos de qualidade produzidos em bases eqüitativas e sustentáveis. Maluf (2001) afirma que é possível pensar em concepção distinta do padrão hegemônico, com métodos adequados à implementação de planejamento agroalimentar orientado pelos objetivos da segurança alimentar e da sustentabilidade.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é fruto desta perspectiva, sendo institucionalizado através do artigo 19 da Lei nº 10.696 em 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 5873 de 15 de agosto de 2006, materializando uma demanda dos movimentos sociais do campo pela comercialização de alimentos produzidos em áreas da agricultura familiar (BRASIL, 2008).

O programa foi criado no âmbito do Programa Fome Zero, que tinha por objetivo a superação da fome que atingia 54 milhões de brasileiros no início dos anos 2000. O programa deveria ser implementado através do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional e uma das principais ações estruturantes vinculadas à agricultura camponesa seria o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Segundo Mainenti (2013):

O PAA (...) é fruto de uma demanda histórica dos movimentos sociais. É uma das ações estruturantes no contexto da proposta do Fome Zero, e constitui um programa que tem a dupla e combinada tarefa política de, ao mesmo tempo, promover para as famílias em situação de insegurança alimentar o acesso ao alimento saudável e apoiar a produção de alimentos pelos agricultores familiares e tradicionais pobres. (MAINENTTI, 2013, p.184).

Sua implementação deu-se através da articulação de instâncias do governo (federal, estadual e municipal) e organizações da sociedade civil (movimentos sociais, cooperativas, associações, ONGs), tendo como principal objetivo integrar a produção agrícola familiar e o consumo institucional de alimentos, buscando restabelecer estoques estratégicos junto à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (ZIMMERMAN, 2006).

Na operacionalização do programa, o PAA funciona a partir da atuação, em nível estadual, das cooperativas e associações de agricultores, do Incra, que é responsável pela identificação e documentação destes agricultores e da Conab, que é responsável pelo gerenciamento e distribuição dos recursos.

Em sua primeira versão, o Compra Antecipada da Agricultura Familiar, houveram muitos problemas de operacionalização. Nestes moldes, os agricultores ou suas organizações faziam o projeto junto à CONAB e recebiam R\$ 2.500,00 em dinheiro para posteriormente entregarem a produção.

Os produtos amparados eram gêneros estocáveis, como arroz, feijão, milho, trigo, sorgo, farinha de mandioca, castanha de caju e castanha do Brasil. Em muitos casos, a perspectiva por parte dos agricultores, era utilizar os recursos para o plantio e posteriormente entregar os produtos, o que na verdade era uma substituição à política de crédito de custeio, a qual muitos não podiam acessar por estarem

inadimplentes e endividados. Em muitos casos, os agricultores não conseguiram pagar e tornaram-se inadimplentes também junto à CONAB.

Após esta experiência, formulou-se nova estratégia de abrangência no programa, que viabilizou o acesso de muitos agricultores, uma vez que não se limitava somente aos gêneros estocáveis, ano a ano foram sendo ampliados os recursos para acesso ao programa e este proporcionou que muitos agricultores de base familiar, assentados ou não pudessem acessar o programa.

No âmbito desta nova estratégia a CONAB instituiu o Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar, que conta em 2015 com três modalidades: a) Compra direta; b) Compra para doação simultânea, c) Apoio à formação de estoques. A síntese sobre o objetivo e os valores para cada modalidade estão no QUADRO 2.

QUADRO 2. Especificidades por modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos, a partir de maio de 2.013.

Modalidade	Valor Limite	Operacionalização
Compra Antecipada	R\$ 8.000,00	Compra por parte da CONAB de gêneros estocáveis, pode acessada individualmente ou em grupos coletivos, sendo cumulativo com a modalidade doação simultânea.
Doação Simultânea	R\$ 8.000,00	Compra por parte da CONAB de alimentos in natura ou industrializados, organizada por cooperativas e associações para entrega à bancos de alimentos.
Formação de Estoques	R\$ 8.000,00	A CONAB faz uma espécie de empréstimo para que as organizações de agricultores comprem a produção em tempos de safra e possam revendê-las, sendo o pagamento em dinheiro.

Fonte: CONAB, 2015 - Org. REIS, A. T.

Entre todas as modalidades desenvolvidas no âmbito do PAA, houve ao longo dos anos o aumento da complexidade com relação à documentação a ser entregue, um claro processo de burocratização do programa. Este processo não foi acompanhado por ampliação do quadro de funcionários da CONAB, o que tem

levado ainda em 2015 a demoras na aprovação das propostas e na avaliação da prestação de contas e liberação dos recursos.

O processo de execução do programa determina que os produtos sejam entregues, que a CONAB avalie a prestação de contas, composta por uma série de documentos, como o relatório de entregas que apresenta o que cada produtor entregou e para qual entidade; os termos de recebimento e aceitabilidade, que apresenta o total entregue no período por entidade; uma carta do conselho municipal que afirma a entrega de produtos; uma declaração de um órgão de assistência técnica que ateste a produção do agricultor e por fim, a nota fiscal da cooperativa ou associação com o total de produtos; somente após a junção de todos os documentos e análise destes por parte da CONAB é que o pagamento aos produtores é liberado.

Evidente que o processo depende muito da capacidade técnica da organização dos produtores ou da possibilidade de terceirizar o serviço de prestação de contas a escritórios de contabilidade, representando um distanciamento do camponês assentado com a própria política pública, exceto quando se tem o controle político sobre todas as fases da execução do programa.

A modalidade Doação Simultânea sempre foi a de maior facilidade no acesso por parte das cooperativas e associações, uma vez que o sistema de entregas e prestação de contas era totalmente de responsabilidade das organizações de agricultores, havendo uma relação direta entre os que produziam e os que consumiam os produtos.

Desde a última alteração da normativa do programa em 2014, as cooperativas e associações somente podem entregar a bancos de alimentos, que devem ser organizados pelas prefeituras municipais. Assim, a execução depende também de vontade política nos municípios, o que leva, muitas vezes a disputas entre grupos de produtores e favorecimento de alguns em relação a outros.

O PAA encontra-se também fragilizado pela condição de ser um programa de governo suscetível aos cortes de orçamento e em sendo os recursos destinados aos programas condicionados ao orçamento geral, o que se pode perceber é que o PAA teve forte crescimento até o ano de 2012, já em 2013, o valor destinados à

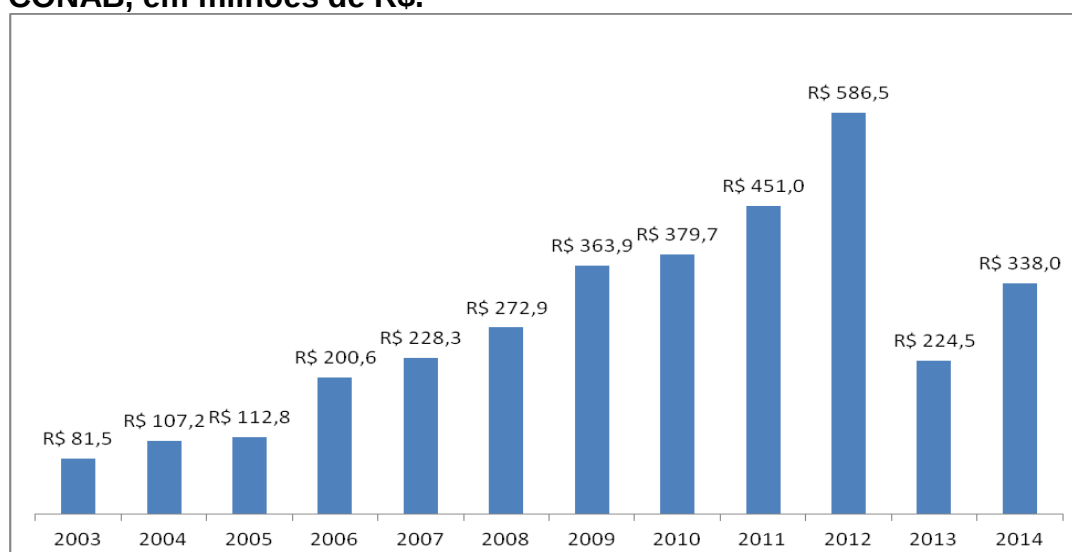
CONAB para realização do programa retrocedeu aos valores de 2006 (Gráfico 14), sendo retomado no ano de 2014.

A redução no ano de 2013 deu-se em todas as modalidades, sendo que o patamar de 128.804 agricultores beneficiados em 2012, reduziu-se para 41.412 em 2013, diminuindo em 70% o número de agricultores que acessaram.

Enquanto as dotações do Pronaf saltaram de R\$ 2 bilhões para mais de R\$ 20 bilhões, de 2003 para 2013, as do PAA passaram de R\$ 82 milhões para R\$ 224,5 milhões no mesmo período. Inclusive, as dotações de 2013 traduziram uma queda de 62% em relação a 2012, significando que o PAA beneficia menos de 1% do universo dos agricultores familiares brasileiros. (TEIXEIRA, 2015, p.4).

Apesar da realidade de cortes e de arrefecimento deste importante programa, vemos a necessidade de retomar o debate, destacando o que realmente é relevante, qualificando o programa enquanto possibilidade de não subserviência à lógica da mercadoria que está imposta nos assentamentos. Outro fator a ser considerado em nossa pesquisa, é que a demanda por acesso ao programa no ano de 2015 somente no estado de São Paulo é de cerca de R\$ 150 milhões, segundo informações obtidas junto à Gerencia de Operações Especiais da CONAB, na Superintendência Regional de São Paulo.

GRÁFICO 14. Recursos destinados ao PAA entre 2003 e 2014, segundo a CONAB, em milhões de R\$.



Fonte: CONAB, 2015 - Org. REIS, A. T.

Assim, cabe-nos ressaltar a importância do programa e fortalecê-lo, buscando que mais agricultores possam acessá-lo, sendo reconhecida a possibilidade de o PAA ser um suporte para acesso ao PNAE, consolidando o acesso da agricultura familiar ao mercado institucional. É nesta perspectiva que seguiremos, pontuando cada um dos benefícios que puderam ser observados ao longo dos últimos nove anos de atuação junto às famílias assentadas do estado de São Paulo.

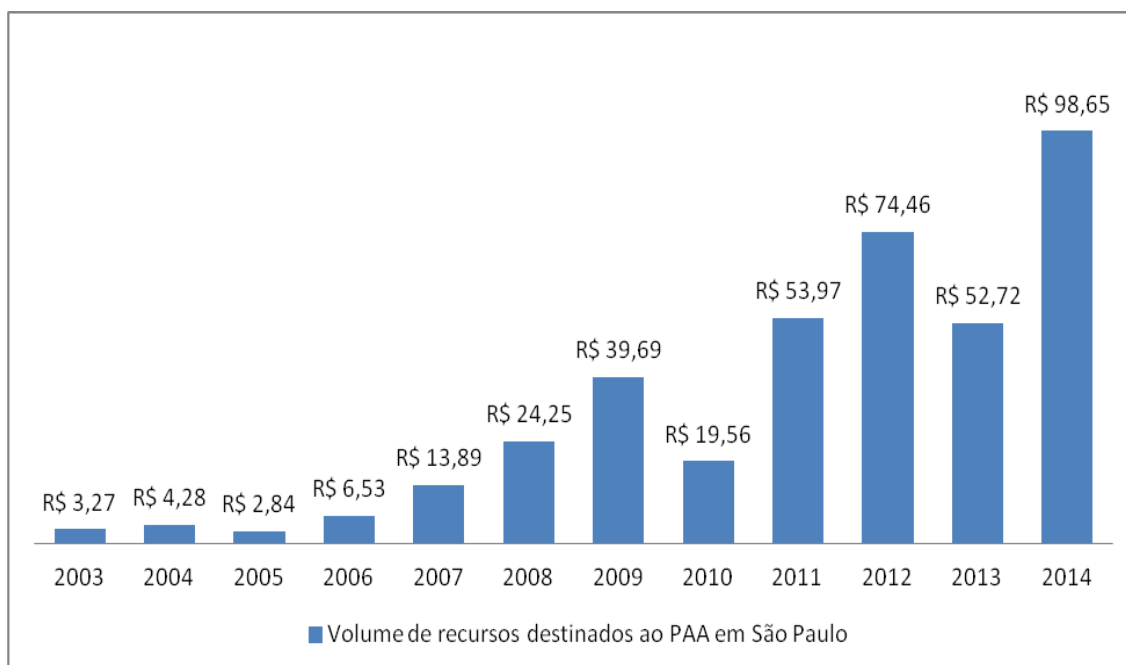
4.2 O PAA no estado de São Paulo

O estado de São Paulo foi o que mais acessou recursos do PAA desde o início de sua implementação. Segundo dados da CONAB, o estado paulista saltou da ordem de R\$ 3,2 milhões acessados em 2003 para R\$ 98,6 milhões em 2013 (Gráfico 15), beneficiando 14.458 agricultores, sendo que destes, 6.053 assentados e 7.889 agricultores familiares.

O destaque na atuação do estado de São Paulo deve-se aos procedimentos pactuados entre a CONAB e os movimentos sociais ao longo da última década, sendo que a primeira, a partir da Gerência de Operações Especiais (GEOPE), centralizou as ações em torno do PAA, definindo os padrões de prestação de contas e dando abertura para que as organizações dialogassem com os limites enfrentados.

As organizações, cooperativas ou associações, eram responsáveis também por organizar as demandas de comercialização dos agricultores, apresentando-as antecipadamente, vinculando tais demandas com as jornadas de luta empreendidas junto ao governo federal. Em entrevista realizada com o Gerente de Operações da CONAB no período estudado, o mesmo destaca que a maior defesa e cobrança em relação aos recursos destinados ao Programa partiam principalmente das organizações de assentados, que acabavam por beneficiar as outras categorias também.

Gráfico 15. Recursos destinados ao PAA no estado de São Paulo em milhões de R\$ (2003 a 2014).



Fonte: Conab (2015), Org. Reis, A.T.

Outra questão levantada pelo Gerente da CONAB é o papel das parcerias com a assistência técnica e o envolvimento dos poderes públicos municipais, que eram cobrados para a garantia das condições logísticas de entrega dos produtos, e acabavam por assumir a pauta do programa nas localidades. O mesmo interlocutor destaca:

“Acho que foi fundamental ter sido o único estado [São Paulo] que implementou medidas de proteção ao programa. Destaco entre elas: atesto de agrônomo nas execuções, centralização das entregas, comprovantes de repasse financeiro da organização para os produtores. Somos os únicos a fazer estas exigências desde 2012.

Essas de “medidas de proteção” levaram a uma realidade contraditória, típica de quando discutimos a burocracia do programa, uma vez que com essas exigências, aumentaram as necessidades de articulação das organizações de agricultores com entidades de assistência técnica e com o poder público municipal, tornando efetivos os papéis de acompanhamento da sociedade civil, mas

aumentando a quantidade de papéis a serem enviados a CONAB no momento da prestação de contas. Ao mesmo tempo, tais medidas proporcionaram uma segurança junto aos órgãos de controle e fiscalização, como o TCU (Tribunal de Contas da União), que não foi possível em outros estados que acabaram avançando para um processo de criminalização do programa e das organizações.

A realidade de ampliação de acesso ao PAA no estado de São Paulo pode ser observada no mapa 1, que demonstra o avanço do acesso pelos municípios do estado, chegando a beneficiar no ano de 2014, 14.458 agricultores e comercializando 52,3 mil toneladas de alimentos. A evolução do número de agricultores e a da quantidade de alimentos, apresentamos na tabela 4.

MAPA 1. Municípios dos agricultores que acessaram o Programa de Aquisição de Alimentos no estado de São Paulo, nos anos de 2006 e 2014.

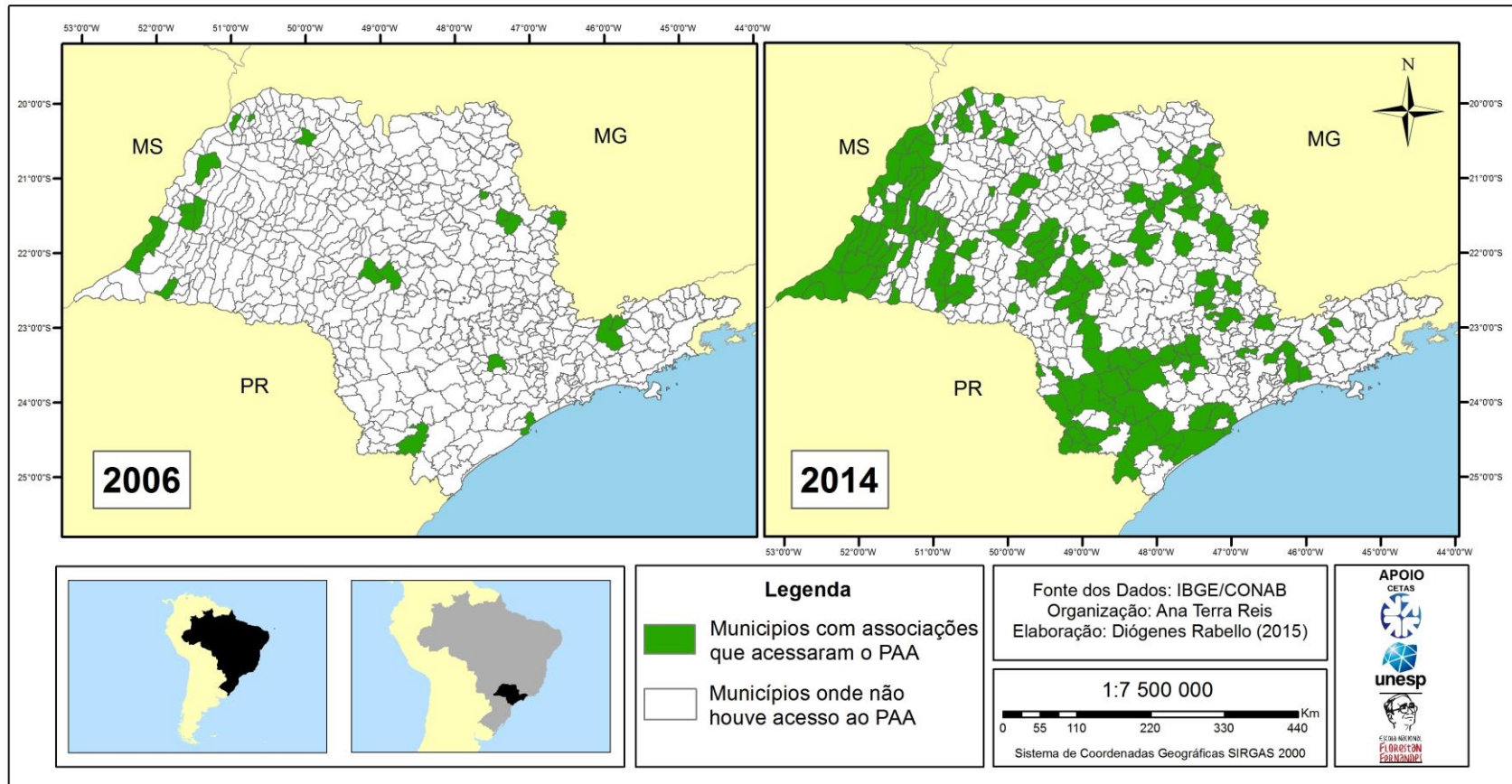


Tabela 4. Evolução do número de agricultores e de quantidade de alimentos (Kg), entre 2006 e 2014 no estado de São Paulo.

ANO	Número de agricultores	Alimentos (KG)
2006	1182	3.917.180
2007	3981	15.494.000
2008	7024	23.752.000
2009	10299	37.500.720
2010	4686	18.590.000
2011	13302	41.822.000
2012	18523	53.127.000
2013	8641	34.228.285
2014	14458	52.291.199

Fonte: Conab, Org (Reis, A.T.)

A fim de realizar a qualificação destes dados, realizamos uma pesquisa no banco de projetos da CONAB, concentrando a análise nos projetos executados no ano de 2014. Levantamos os dados de cada um dos projetos no que se refere ao valor acessado, ao número de agricultores participantes, à diversidade da produção, à quantidade produzida em quilogramas, ao tipo de agricultor (Agricultor familiar, assentado ou quilombola), ao número de pessoas que receberam as doações e quais municípios receberam estas doações

TABELA 5. Tipo de agricultor, número de beneficiários fornecedores e número de beneficiários recebedores do PAA no estado de São Paulo no ano de 2014.

Tipo	Núm. de fornecedores	Núm. de recebedores
Agricultor Familiar	7170	1.720.515
Assentado	6522	1.205.387
Quilombola	361	93.580

Fonte: Conab (Org. Reis, A.T.)

No que se refere à quantidade de produtos adquiridos em 2014, somente dos assentamentos foram comprados pelo programa 23,6 mil toneladas de alimentos, enquanto a agricultura familiar entregou 26,5 mil toneladas e os quilombolas 1,4 mil toneladas.

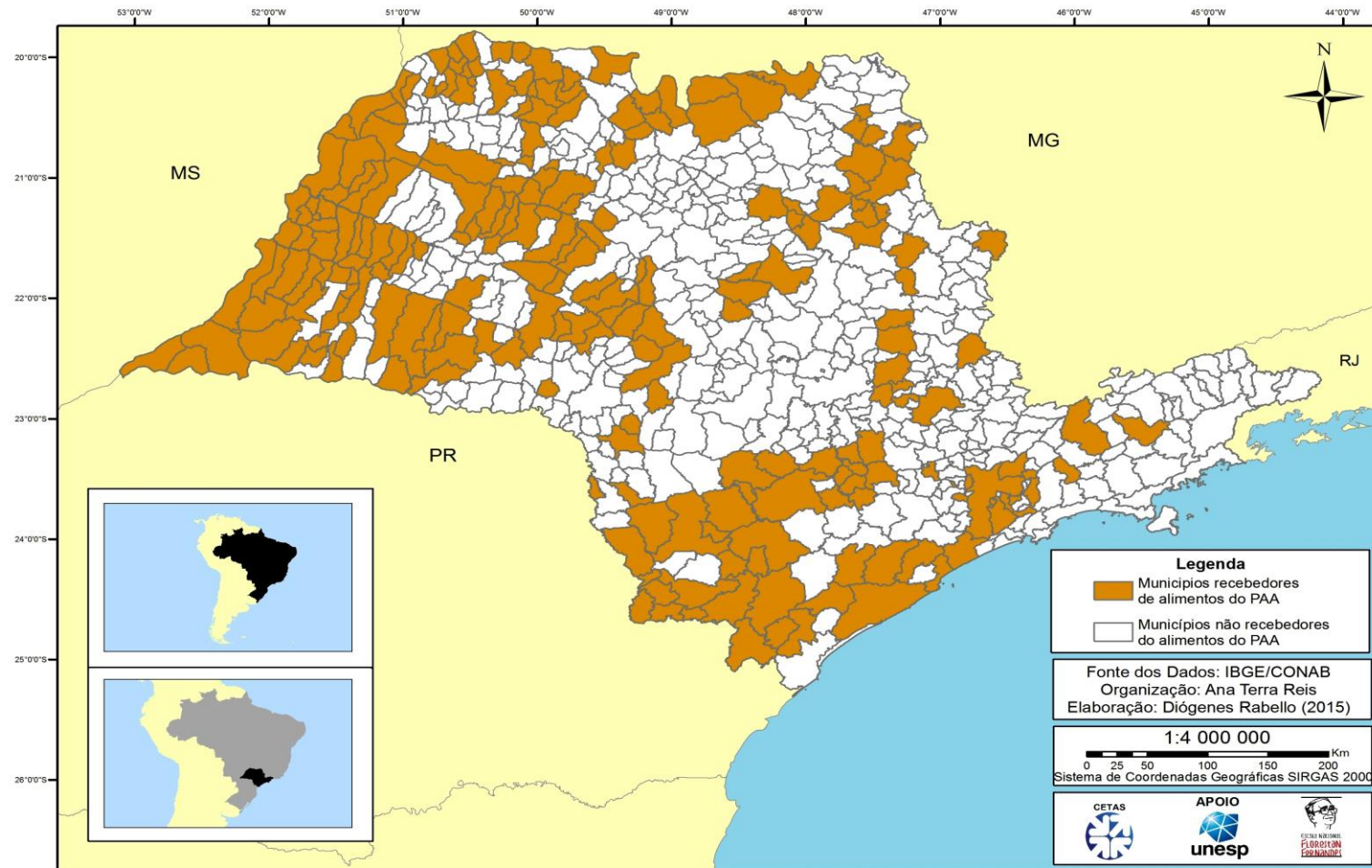
Em 2014, receberam doações 229 municípios, sendo 227 do estado de São Paulo (MAPA 2) e dois (Curitiba e Sangés) do Paraná, no ano de 2006 eram apenas 24 municípios recebedores. A maior parte dos municípios que recebem os alimentos, ou seja 180 cidades, têm menos de 50 mil habitantes, conforme podemos verificar na Tabela 6.

TABELA 6. Perfil demográfico dos municípios que recebem o PAA no estado de São Paulo, no ano de 2014.

Número de habitantes	Número de cidades que recebem PAA
Até 50 mil habitantes	180
De 50 mil a 100 mil habitantes	15
De 100 mil a 300 mil habitantes	17
De 300 mil a 500 mil habitantes	6
Mais de 500 mil habitantes	9

Entre o conjunto de consequências decorrentes da implementação do programa e que materializam a resistência nos assentamentos, também em função da implementação do PAA enquanto política pública, destacamos a valorização e a diversificação da produção; a organização e o fortalecimento de cooperativas e associações; valorização da produção de mulheres e jovens; mudanças nas práticas produtivas; o estreitamento da relação campo-cidade com uma nova sociabilidade entre os beneficiários e produtores e consumidores.

MAPA 2. Municípios recebedores de alimentos do PAA no ano de 2014, no estado de São Paulo.



4.2.1 Valorização e diversificação da produção

No ano de 2006 havia uma resolução normativa que era bastante abrangente e em certa medida engessada no que se refere aos projetos e prestações de contas, onde na apresentação do projeto, cada produtor poderia somente entregar um produto, o que não representava a realidade da diversificação produtiva dos assentamentos.

Como a garantia da renovação do programa passa por critérios conjunturais de liberação de recursos por parte do Governo Federal, o exercício de fazer um planejamento da produção de acordo com a proposta feita à CONAB nem sempre é possível. Há também o desafio da sazonalidade, ou seja, garantir que as famílias tenham produtos para serem entregues durante o ano todo e não somente na época de colheita daquele determinado produto.

A partir de 2009, foi possível alterar os projetos, determinando a partir do valor limite por produtor por ano uma lista com os produtos e as quantidades a serem recebidas em cada entidade beneficiária. A lista de produtos da CONAB tem 241 produtos, entre frutas, legumes, verduras, peixes e produtos industrializados, como doces e laticínios (Anexo 1).

Ao analisar a diversificação da entrega de produtos no âmbito do PAA, nos projetos apresentados por assentamentos no ano de 2014, as entregas chegam a ter diversidade de 84 produtos, como é o caso da Associação dos Produtores Rurais Orgânicos do Assentamento Dandara, localizada no município de Promissão, de onde participam 22 produtores. Em 2014, dos 166 projetos apresentados por organizações de assentados, 125 contavam com mais de 30 produtos na lista de produtos a serem entregues.

Os preços são fixados de acordo com a média dos preços exercidos no estado, sendo que estes não variam de acordo com a oferta, ou na época de safra, como é comum na agricultura. É uma forma de garantir preço justo o ano todo. Assim, produtos que anteriormente não eram considerados de valor comercial pelos agricultores passam a ser aproveitados na comercialização e os produtores podem escolher os produtos mais vantajosos para o plantio.

Em estudo realizado junto ao assentamento Milton Santos, localizado na região metropolitana de Campinas e ao assentamento Margarida Alves, localizado no Pontal do Paranapanema, Marques et al (2014), verificaram:

A geração de renda e a estabilidade econômica são centrais nas preocupações das famílias consideradas neste estudo no Pontal. Visando sua reprodução social, elas praticam atividades agrícolas e não agrícolas conforme as oportunidades. Nas circunstâncias atuais, o trabalho fora do lote torna-se cada vez mais importante. Um emprego na usina de açúcar e álcool ou no canavial pode ser visto como uma das únicas soluções para permanecer em meio rural, notadamente para os jovens. Nesse quadro, o PAA oferece perspectivas convincentes para evitar o crescimento do proletariado rural. Com efeito, um objetivo central do programa consiste em assegurar aumento da renda aos agricultores graças à garantia da compra de seus produtos com preço justo. (MARQUES et al, 2014,p.83).

A diversificação da produção, além de beneficiar diretamente as entidades que diversificam também seus cardápios, leva ao enriquecimento da alimentação no interior dos assentamentos, levando a uma situação de maior segurança alimentar para os próprios agricultores.

Com esse ponto de vista analítico, é possível salientar que, no assentamento Milton Santos, o PAA favorece claramente uma produção diversificada, o que permite a nossos interlocutores mencionar muitas vezes uma melhora importante no plano alimentar das famílias, graças a um aumento sensível do consumo de legumes, ovos, frangos e verduras. De fato, os assentados afirmam constantemente que suas escolhas produtivas se associam simultaneamente às necessidades de autoconsumo e de entrega de produtos no âmbito do PAA. (MARQUES et al, 2014,p.84).

Para o presidente da COAPRI, em entrevista realizada em 2012:

“O carro chefe do nosso assentamento é a produção de grãos, mas com o início do PAA muitas hortas de quintal foram feitas, o que foi aumentando a renda das famílias. Uma das coisas que o programa mostra é que nos temos condições de em pequenos espaços podemos produzir muitos alimentos e que a reforma agrária dá certo e que não é em grandes espaços de terra que vamos produzir comida de boa qualidade, e que temos que avançar, sair do programa, que o PAA vire uma política pública para continuar colocando a comida na mesa dos trabalhadores.”

4.2.2. Organização e fortalecimento de cooperativas e associações

Para acesso ao PAA é necessário que os agricultores estejam organizados em grupos formais, cooperativas e associações. Após a implementação do programa, a necessidade de avançar na organização destas estruturas, tanto na participação dos agricultores, como na consolidação de gestão administrativa responsável pela elaboração dos projetos e a prestação de contas.

Para Marques et al (2014) “o PAA incita uma organização social, a partir da base, na comunidade com mais participação no dia a dia das associações consideradas no Pontal”. (MARQUES et al, 2014, p.79).

A CONAB, desde que os agricultores permitam assinando uma ata, dá direito a que as entidades proponentes dos projetos do PAA descontem 20% do valor entregue em produtos para a gestão e administração do programa. As organizações passaram a ter recursos para investir na estrutura de seus escritórios e na logística, em alguns casos, até mesmo na contratação de equipe técnica que contribui com a gestão.

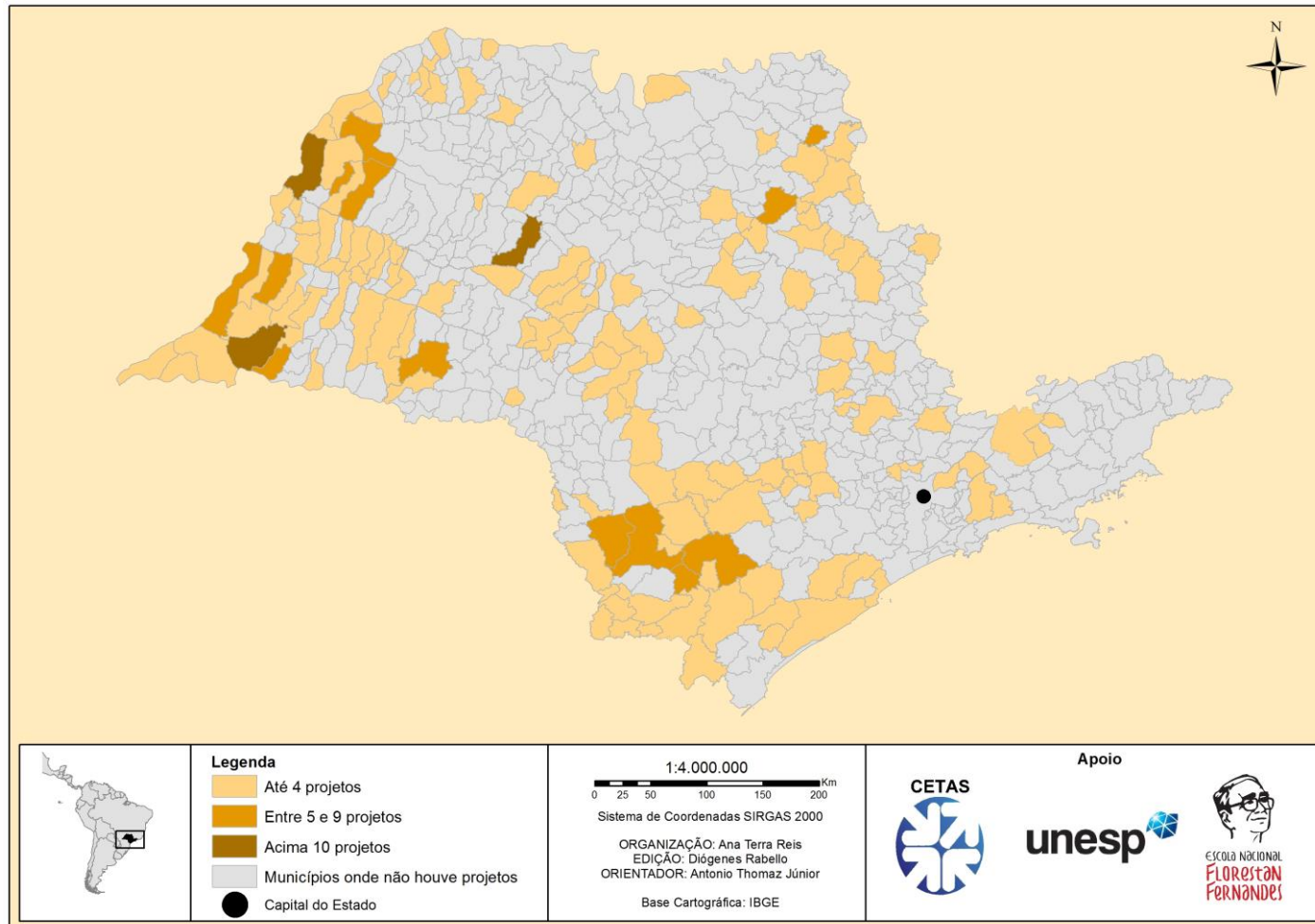
As organizações passam a ter maior acesso a informações e a possibilidade de articulação de outras políticas públicas como o PNAE e aquelas voltadas à implantação de agroindústrias. A dinâmica de execução do programa permite ainda uma ampliação do diálogo entre os agricultores, com necessidade de realização de assembleias e reuniões para decisões referentes à vida da organização.

Em 2014, acessaram o PAA 156 organizações oriundas de assentamentos, em 2006, eram apenas 7 entidades participantes do programa. Ainda que o programa seja um impulsionador deste processo de formalização e organização, em certa medida a existência de diversas entidades promove considerável descentralização do programa.

Todos os anos é muito comum ter nomes de agricultores em projetos duplicados. Como os agricultores tem direito a um limite anual para acesso ao programa, é possível apresentar seu nome em mais de um projeto, desde que não

ultrapasse a cota anual de R\$ 8.000,00. Mas se esta cota é ultrapassada o projeto é impedido de ser executado até que se resolva a situação, sendo necessária fazer a troca dos produtores para dar continuidade ao mesmo. Este é um dos motivos de atraso na liberação de recursos em alguns casos. No mapa 3 apresentamos a concentração de projetos por município, dando destaque ao município de Mirante do Paranapanema, que tem a execução de mais de 10 projetos.

Mapa 3. Número de projetos de PAA por município, no estado de São Paulo (2014).



4.2.3 Participação de mulheres e jovens

É recorrente entre os agricultores familiares a existência da agricultura mais doméstica, para auto-sustento, voltada à alimentação da família. São os quintais produtivos, normalmente fruto do trabalho de mulheres. Este trabalho, tradicionalmente é o que se pode chamar de trabalho invisível, ou seja, somado ao trabalho doméstico, sem valor comercial e não contabilizado na renda das famílias.

Conforme explicam Siliprandi e Cintrão (2011), as mulheres agricultoras têm dificuldades de inserção nas atividades de comercialização, principalmente pela característica da acentuada divisão sexual e geracional do trabalho na agricultura. Este fato tem sido constatado também pelo conjunto do MST, que têm buscado formas de atuação que superem estas desigualdades, definindo como público de especial atenção, nas ações políticas projetadas no VI Congresso Nacional ocorrido em 2014, os jovens e as mulheres.

Dentro da unidade familiar, existem diferentes formas de acesso e controle sobre a terra e os demais recursos produtivos (incluindo aqueles decorrentes de políticas públicas) e as mulheres, embora trabalhem em praticamente todas as tarefas da propriedade, muitas vezes não participam da decisão sobre os usos dos recursos ou sobre as prioridades da família e não têm acesso à renda gerada por seu trabalho. Nas estatísticas oficiais, as mulheres agricultoras são maioria entre os “membros não remunerados” da família. Essa forma de organização da unidade produtiva leva a um comprometimento da autonomia pessoal e financeira das mulheres. (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011, p.2).

Com a implementação do PAA, as mulheres passam a participar entregando ao programa esta produção, envolvendo mais os filhos para que se somem a esta produção. A partir de 2008, a CONAB direciona atenção para o aumento de políticas para inserção das mulheres, sendo que para tanto, determinou que 40 % dos titulares nos projetos fossem as mulheres, a exemplo do que aconteceu com a titularidade da terra e as casas, o número de participação das mulheres cresceu consideravelmente, conforme verificam Marques et al (2014):

Por outro lado, as mulheres estiveram em grande medida na linha de frente no que se refere ao interesse em participar do PAA, pois tal

programa foi visto como um meio interessante para incrementar a renda obtida graças aos produtos dos quintais em torno das casas. Esse tipo de produção destinada em princípio ao autoconsumo é geralmente realizado pelas mulheres, que não se encarregam habitualmente das vendas no mercado. Regra geral, os excedentes dos quintais são trocados, doados ou simplesmente perdidos. Com o DS-PAA, há uma mudança no seio dos estabelecimentos familiares, graças notadamente ao reforço do papel desempenhado pelas mulheres na produção. (MARQUES et al, 2014,p.83).

Segundo a CONAB, nacionalmente a participação das mulheres no PAA passou de 11,5 mil mulheres em 2009, para 39,3 mil no ano de 2012, representando um crescimento de 240%. No que se refere aos projetos exclusivamente femininos, a CONAB aponta que em todo Brasil, no ano de 2012, eram 26 iniciativas.

4.2.4. Mudança nas práticas produtivas.

Ao pautar a possibilidade de adoção de uma linha de produção não vinculada ao mercado de *commodities* como é o caso das hortas e da criação de pequenos animais, inicia-se um processo de transição da economia nos assentamentos.

Para viabilizar a entrega dos alimentos, os produtores vão adotando sistemas produtivos de menor custo de produção, aproveitando os recursos existentes no próprio assentamento como esterco, mudas, sementes, entre outros.

Apesar da expansão da monocultura de cana-de-açúcar, representando a base de uma concepção concorrente ao PAA em termos de perspectivas de desenvolvimento para os territórios rurais do Pontal, o dispositivo DS-PAA contribui com a consolidação de sistemas de produção mais diversificados nos assentamentos, correspondendo a um modelo produtivo mais agroecológico. Nesse sentido, o PAA favorece o debate a região sobre outro modelo de agricultura, sob uma perspectiva de transição agroecológica, de diversificação produtiva e de produção de alimentos saudáveis. (MARQUES et al, 2014,p.80)

Cabe ressaltar que os produtos orgânicos ou agroecológicos têm o preço acrescido em 30% em relação aos convencionais, o que leva os agricultores a pautarem a mudança no modelo produtivo.

Que os alimentos sejam mais saudáveis também é uma demanda dos beneficiários consumidores, o que leva os agricultores a ter maior cuidado na utilização de agrotóxicos. Destacam-se em São Paulo, alguns projetos piloto executados em parceria com grupos vinculados às Universidades públicas, como é o caso da Esalq/USP e da UNESP, e da EMBRAPA Meio Ambiente de Jaguariúna. Além de algumas ONGs que têm auxiliado na assistência técnica e no desenvolvimento de projetos alternativos junto aos assentamentos.

Apesar de “projetos-piloto” reunindo poucas famílias com métodos experimentais, tais iniciativas correspondem muito bem aos princípios norteadores do dispositivo DS-PAA, o que permite reforçá-las. Portanto, existe aqui uma clara sinergia: de um lado, implantação de sistemas agroecológicos, e, de outro lado, melhores preços para alimentos orgânicos. Por consequência, o PAA encoraja uma perspectiva de diversificação agroecológica e agroflorestal. (...) nossos interlocutores apresentam suas agriculturas como mais respeitosas ao meio-ambiente, respondendo ainda às necessidades alimentares da população. (MARQUES et al, 2014, p.81 - 82)

4.2.5. Nova sociabilidade com os consumidores

A partir das entregas no PAA, muitos dos beneficiários consumidores, que vão desde famílias de trabalhadores urbanos em situação de insegurança alimentar, até aposentados, pessoas doentes em hospitais, portadores de necessidades especiais, entre outros, passam a ter relação frequente com os alimentos produzidos nos assentamentos.

Nas entrevistas realizadas para a pesquisa, esses interlocutores mostraram uma apreciação muito favorável das mudanças ocorridas em termos da alimentação, mesmo sem conhecerem necessariamente o programa ou a origem dos alimentos. A esse respeito, quase a totalidade de nossos 95 entrevistados (97%) afirmam receber uma alimentação em quantidade e qualidade satisfatórias, cuja melhora é recente. No entanto, apenas 66% deles afirmam que conhecem a origem dos alimentos, nesse caso, o assentamento. (MARQUES et al, 2014, p.76)
Por outro lado, os assentados interrogados manifestam reconhecer o papel da agricultura por eles praticada quando mencionam os

preconceitos dos quais são vítimas, sobretudo nos primeiros passos do assentamento. (MARQUES et al, 2014, p. 76-77).

A possibilidade de apresentar a produção dos assentamentos, para uma população que normalmente é bombardeada com notícias de criminalização dos movimentos é criadora de uma nova sociabilidade nas localidades ou regiões em que se desenvolve o programa.

Esse interlocutor considera que as relações com a vizinhança se modificaram à medida em que os vizinhos passaram a conhecer a vida dos assentados. Antes, imaginavam que o assentamento Milton Santos seria o resultado de uma usurpação. Gradualmente, o fato de saber que os agricultores assentados produzem alimentos para instituições de assistência social, graças ao dispositivo DS-PAA, leva a uma metamorfose da visão sobre as famílias assentadas. (MARQUES et al, 2014, p.77).

No caso dos assentamentos do Pontal, o DS-PAA está favorecendo o resgate e a criação de novas relações entre os próprios assentados, mas também entre os assentados e a comunidade urbana. (MARQUES et al, 2014, p.78)

Garantindo renda para os assentados, o PAA desempenha um papel preponderante para a concepção, nas palavras de todos os nossos interlocutores, de planos de investimentos no sistema produtivo dos lotes, o que permitiria a transformação constante do assentamento em lugar de vida e trabalho agradável e saudável. (MARQUES et al, 2014, p.81).

Uma de nossas entrevistadas, que recebe semanalmente em Itaberá a doação dos alimentos, vinda dos assentados organizados na COAPRI (Cooperativa dos Assentados de Reforma Agrária e Pequenos Produtores da Região de Itapeva), afirma: *ajuda bastante a gente na alimentação e as coisas são naturais e saudáveis, com essas coisas eu não gasto mais no mercado.* (SFS, 2013). Para a nutricionista de uma das entidades: *“Nos últimos anos pudemos contar com a parceria da COAPRI, toda a alimentação que servimos aqui é ovolactovegetariana e toda a alimentação daqui vem do PAA, com verduras, legumes e frutas da época, feijão e leite e derivados. Temos sido muito bem atendidos* (APS, 2013).”

Ainda segundo o presidente da COAPRI: *“o programa é um sucesso tendo em vista a grande aprovação entre as entidades atendidas na cidade”*. (SAA, 2013).

Para a assentada TTDA: “[o programa] trouxe vários benefícios para as famílias dentro dos assentamentos e para os outros”.

4.3. Os limites e as expectativas

Em que pesem todos os avanços percebidos pela implementação do programa, há que se considerar os limites enfrentados, que ao invés de ampliar o acesso ao programa têm criado contradições e dificuldades que podem em certa medida prejudicar o andamento do PAA.

Talvez a principal questão seja uma a instabilidade política em que o país vive, principalmente desde a eleição presidencial de 2014. A CONAB é ligada historicamente ao Ministério da Agricultura e Pecuária, que hoje é gerido pelos desmandos de ninguém menos que Kátia Abreu, eterna representante do que há de mais arcaico no “moderno” agronegócio brasileiro.

Entre os assentados, segue a insegurança com relação à estabilidade institucional do PAA, conforme afirma a tesoureira da COAPRI: *“ainda é um programa de governo, pode ser retirado a qualquer governo que não tenha interesse em continuá-lo”*.

Há que se destacar ainda a maior burocratização do programa desde 2013, quando participamos de reunião em Brasília junto ao MDS, era apresentado como alternativa para a ampliação do PAA a formatação do programa nos moldes do Bolsa Família, em que cada agricultor teria um cartão de débitos, no qual seria creditado, a partir da prestação de contas da prefeitura, os recursos referentes à entrega dos produtos comercializados.

Este plano não avançou, mas em contrapartida, aumentaram-se as exigências para a participação no programa, sendo que na última publicação do Manual de Operações da CONAB (MOC), apresentou-se a necessidade de que a entrega dos produtos fossem feitas diretamente aos bancos de alimentos geridos pelas prefeituras, rompendo-se a relação entre os agricultores/produtores e os consumidores.

Se antes, muitos daqueles que recebiam a produção não sabiam de onde os alimentos vinham, dependendo da intermediação da entidade recebedora, após as mudanças no programa, a produção poderá ficar a mercê das forças políticas locais, que tendo em vista o caso da democracia brasileira, devem ficar longe de um projeto maior de emancipação da classe trabalhadora.

O mesmo documento do MOC (Anexo 2), traz lista de nada menos do que vinte e dois documentos a serem apresentados pela entidade proponente à CONAB. Isto é, são quinze exigências a mais do que àquelas do início do programa, sem garantia de aumento do controle social, como vimos no caso das exigências feitas pela SUREG/SP, mas criando situações que não qualificam o processo e geram a exclusão das organizações menos preparadas.

Evidente que esta realidade dificulta a vida das entidades proponentes, exigindo um nível de especialização que vai além das possibilidades de muitos agricultores, dirigentes de cooperativas e associações. Segundo Leal (2015), estudando associações participantes do programa no Pontal do Paranapanema:

Outra questão que influi nas limitações das associações é a de não possuir pessoas “capacitadas” para lidar com as exigências burocráticas da CONAB. Essa questão é muito delicada, porque qualquer deslize na prestação de contas, no recolhimento de assinaturas, pode ocasionar a não liberação dos repasses e, em consequência, o não pagamento aos associados. Sendo assim, seis das associações por nós pesquisadas pagam para terceiros a realização de tarefas que envolvem prestação de contas e emissão de notas. *“Na OMUS a gente paga um rapaz para fazer a prestação de conta pra nós”* (E.M.S). (LEAL, 2015, p.10)

Para além dos entraves burocráticos, persistem as dificuldades de acesso à assistência técnica e a créditos para a produção, agroindustrialização e apoio logístico, para que as organizações de agricultores possam superar os limites do dia-dia, aumentando a sua produção.

Assim sendo, fica clara a necessidade de avanços na criação de autonomia, de independência com relação às políticas públicas, devendo-se lutar pelos direitos, mas não perdendo o horizonte de que as políticas públicas voltadas à agricultura de base familiar estão subsumidas à lógica do conflito com o grande capital. Neste

sentido, nos deteremos no próximo capítulo a analisar a materialidade do PAA no PE Pirituba II.

4.4. A materialidade do PAA no PA Pirituba II.

Neste ítem, pretendemos sintetizar a resistência dos trabalhadores assentados e as formas como esta nova sociabilidade se dá nos assentamentos, principalmente a partir da implementação do PAA no PE Pirituba II, o qual apresentamos o histórico de lutas e resistências no terceiro capítulo.

O PAA teve início no PE Pirituba II desde a primeira forma de acesso, a partir da modalidade Compra Antecipada, conforme apresentamos anteriormente. Nos moldes da Doação Simultânea o primeiro projeto foi elaborado em 2007, quando muitos agricultores ainda estavam inadimplentes junto à CONAB.

A iniciativa de comercialização mais representativa no âmbito do PAA sempre foi a da COAPRI, que garantiu inclusive o pagamento da dívida dos assentados junto à CONAB a partir da negociação da entrega de alimentos com a finalidade de quitar as dívidas da modalidade Compra Antecipada.

A partir do acesso ao programa pode-se garantir preços mais justos para a produção de grãos, bem como proporcionando maior diversificação na produção de hortifrutigranjeiros, maior renda às famílias assentadas e de pequenos produtores e acesso a alimentos de qualidade aos que (sobre)vivem em condições de insegurança alimentar, tanto nos municípios de Itapeva e Itaberá quanto em outras regiões do estado de São Paulo.

A COAPRI fortaleceu-se enquanto cooperativa, conseguindo realizar periodicamente reuniões junto às famílias em todas as agrovilas, e somada à discussão do programa, foi possível pautar outras questões relativas às lutas em geral do MST.

O desafio de rearticular as famílias assentadas em torno de um projeto de cooperação foi também um processo de reconquistar a confiança das famílias em relação à COAPRI. Inicialmente, o coletivo de trabalho e de gestão da cooperativa

tentava organizar reuniões na sede regional da Cooperativa localizada na Agrovila V. Por diversas vezes articulamos assembleias gerais que não eram representativas no que se refere ao número de trabalhadores e diante desta situação passamos a executar reuniões periódicas em cada uma das agrovilas e assembleias semestrais de avaliação e planejamento.

Diante da percepção da rotina das famílias assentadas buscou-se realizar as reuniões em horários mais cômodos para cada realidade, normalmente “depois do leite” e “depois do ônibus da escola”. Ou seja, após ordenhar as vacas e enviar as crianças para as escolas, garantindo a participação de mulheres, como na imagem 2, que apresenta um momento de reunião na Agrovila II.

Imagem 2. Assembléia sobre PAA na Agrovila II.



Foto: Ana Terra Reis (20/09/2010)

Em comemoração aos 15 anos de aniversário da COAPRI percebeu-se os resultados deste processo de articulação junto às famílias, uma vez que estiveram presentes mais de 200 agricultores assentados, com forte presença das famílias

como um todo. O local de realização das assembleias e festas, durante a colheita de feijão ficava repleto de sacas que seriam estocadas e destinadas à comercialização junto ao PAA e ao PNAE.

Imagem 3. Assembléia Geral realizada na COAPRI em comemoração aos 15 anos da cooperativa.



Foto: Ana Terra Reis (2013)

Com o PAA a produção dos quintais dos assentamentos passou a ocupar importância econômica, e cada um dos frutos colhidos nos assentamentos, além de alimentar as famílias assentadas, passaram a fazer parte do cardápio de trabalhadores do meio urbano. Essa vinculação entre dois setores empobrecidos ou que se mantém de forma marginal, ou seja, pobres do campo produzindo para pobres das cidades, é o que Thomaz Junior (2014), define como movimento territorial de classe. Abriu-se assim, um canal de diálogo com a sociedade em que se pôde mostrar a produção dos assentamentos.

Imagem 4. Entrega da COAPRI à escola da rede municipal de Itapeva;



Foto: Ana Terra Reis (2013)

Já em relação à produção de verduras, legumes e frutas, com a concretização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) houve grande impulso à produção e à comercialização de hortifrutigranjeiros, à base de 40% em 3 anos. Foi realizada parceria com a BIONATUR e sementes de hortaliças são disponibilizadas, além disso a COAPRI pôde garantir algumas estruturas que viabilizassem esta comercialização, como caixas, balanças, transporte, entre outros.

As pequenas hortas e os pomares dos lotes de moradia foram sendo consolidadas, no sentido de garantir não só o sustento da família, mas também à comercialização junto ao PAA. Ali também se materializa a diversidade produtiva e o uso de outras práticas produtivas, voltadas à agroecologia, seja pelo uso das sementes orgânicas da BIONATUR, seja pelo uso de esterco em lugar de adubos químicos, seja pela manutenção da cobertura do solo, sendo estas práticas tradicionais entre as mulheres do assentamento.

Imagem 5. Horta da COPAVA.



Foto: José Aparecido Ramos (Facebook)

Imagem 6. Mulheres da COPAVA.



Foto: José Aparecido Ramos (Facebook)

Destacam-se ainda no PAA, na linha Doação Simultânea, a participação das mulheres dos assentamentos, que muitas vezes são as responsáveis pelo cultivo dos quintais e a diversificação crescente que se pode notar nos lotes de produção, principalmente a partir a implantação de pomares de fruticultura, com banana, pêssago, ameixa, uva, entre outras espécies.

No caso da produção de leite, a principal ação refere-se à estruturação do Laticínio “Raízes da Terra”, que é uma micro-usina de processamento de leite que foi construída em parceria entre a COAPRI, o INCRA/MDA e a Prefeitura Municipal de Itapeva.

Foi uma demanda concretizada a partir de discussões entre os assentados da Fazenda Pirituba II, como alternativa à monocultura de grãos. O laticínio pode processar 5.000 litros de leite por dia produzindo queijos tipo mussarela, minas frescal, minas padrão, prato, coalho e purunguinha, além de Bebida Láctea, logurte e Leite Pasteurizado Tipo C.

No ano de 2012 o laticínio atendeu as Prefeituras de Itaberá e Bom Sucesso de Itararé, junto ao Programa de Alimentação Escolar, entidades beneficentes do Município de Itapeva via Programa Doação Simultânea, além de comercialização no mercado local.

Imagem 7. Laticínio Raízes da Terra



Fonte: Adalberto de Oliveira (2012)

Imagem 8. Processo de empacotamento do leite no interior do laticínio e derivados do leite industrializados.



Fonte: Fabiana Fagundes (2013)

No que se refere à produção de grãos, a COAPRI especializou-se na comercialização de feijão, enquanto alimento caracteristicamente produzido pela agricultura familiar. Segundo a CONAB, as lavouras com área inferior a 10 hectares somam 75% do universo das lavouras nacionais de feijão. Já as lavouras de 10 a 100 hectares representam 19% e as de 100 a 500 hectares somam 4%. Tal estatística explicita a origem camponesa e familiar na produção deste grão.

Em 2009, a COAPRI comercializou, via PAA – Formação de Estoques, cerca de 9 mil sacas de feijão, quantidade bem inferior ao total de 30 mil sacas produzidas pelos seus associados. Em 2010, em seu planejamento estratégico, apontou-se a necessidade da estruturação da cadeia produtiva de grãos, visto que esta representa cerca de 70% da renda das famílias associadas.

Em reuniões e assembléias com os agricultores associados, foram apontadas necessidades de aumento na geração de renda, o acesso a insumos, a diminuição

dos custos de produção, o beneficiamento dos grãos e o aumento no acesso às políticas de comercialização. Uma das possibilidades foi articulação para o recebimento de sementes de feijão junto à uma cooperativa de assentados do Mato Grosso do Sul, a COPACERES que realizou a venda de sementes também via PAA para a CONAB.

Com a doação de sementes, o custo de produção do ano de 2010 foi reduzido pela não necessidade de aquisição deste insumo. Na região costuma-se plantar 180 quilogramas de feijão por alqueire plantado, o que representaria naquela safra cerca de R\$ 900,00 por alqueire.

Imagem 9. Plantio de Arroz e Feijão em lote da Agrovila V.



Fonte: Ana Terra Reis (15/11/2012)

Com a estruturação de alternativas para a produção e comercialização de grãos, outros passos passaram a ser dados pela COAPRI, iniciando-se um processo de terceirização do beneficiamento (limpeza e secagem) e empacotamento de feijão, sendo fechados contratos com cerca de vinte prefeituras no âmbito do PNAE.

Imagem 10. Feijão empacotado pela COAPRI



Fonte: Ana Terra Reis (2013)

No caso da modalidade Formação de Estoques, pôde-se garantir desde 2007 preços melhores ao feijão produzido nos assentamentos. A CONAB disponibiliza recursos mediante a apresentação de projeto por parte da cooperativa. Os recursos podem vir do MDS ou do MDA e os agricultores podem entregar até R\$8.000,00 por ano.

Para os recursos oriundos do MDS, o pagamento do projeto deve ser feito necessariamente em produtos, que devem compor a cesta básica. Na safra 2010/2011, a COAPRI comercializou 800 toneladas de feijão, que foram empacotados com a marca “*Raízes da Terra – Produto da Reforma Agrária*” e distribuídos em cestas básicas durante os anos de 2011 e 2012.

Nesta mesma safra, a Cooperativa regional pagou aos produtores o valor de R\$ 87,60 por saca de 60 Kg, enquanto que os atravessadores pagavam apenas R\$ 40,00 por saca. Para se ter idéia da exploração, o custo de produção de uma saca de feijão chega a R\$ 60,00, segundo dados do Banco do Brasil, aqui fica bastante evidente a exploração da renda da terra pelos atravessadores e pelas empresas de venda de insumos para a produção.

Já no caso dos recursos oriundos do MDA a cooperativa pode pagar o projeto em dinheiro ou em produto, servindo então como capital de giro que assegura a compra na safra por um preço justo e a venda na entressafra por um preço melhor.

Desde 2011, a COAPRI participa das chamadas públicas para entrega de feijão e derivados do leite, beneficiados pela Cooperativa. Neste caso, o preço normalmente é o preço de mercado. Se no caso do Formação de Estoques a saca de feijão é comercializada por R\$ 87,60, no caso da alimentação escolar este valor chega a R\$210,00. Em 2012, a COAPRI forneceu para oito prefeituras 240 mil Kg de feijão.

Os conflitos, nesse caso, se expressam pela negligência de algumas prefeituras em cumprir a legislação; pela presença de uma estrutura de mercado muitas vezes duvidosa que atende esta demanda das prefeituras; e pela apropriação por parte das empresas do agronegócio, que alegam estar trabalhando com agricultores familiares.

Além de toda esta discussão acerca da produção dos assentamentos, o enfrentamento se dá também por algumas outras estruturas que podem ser fomentadas a partir do acesso à políticas públicas e que sobrevivem graças às parcerias realizadas entre o MST e diversos setores da sociedade civil.

Por fim, percebe-se que o PAA no PE Pirituba II por si só não é suficiente para garantir a sobrevivência das famílias no assentamento. A produção de alimentos para a modalidade Doação Simultânea é feita fundamentalmente nos quintais das agrovilas, enquanto que o feijão, destinado para o PNAE é cultivado nos chamados lotes de produção. A realização dos programas de comercialização podem contribuir no PA Pirituba II para a retomada da discussão das linhas de produção e das estruturas organizacionais de cooperação e sendo instrumento, cumprem com a função da construção da nova sociabilidade e da autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, achamos possível apresentar neste trabalho os vínculos de sociabilidade construídos a partir do assentamento. É notável que a luta dos trabalhadores trouxe à tona o debate em torno da reforma agrária, o processo do assentamento rompe com a lógica da apropriação privada dos meios de produção e o PAA apresentou-se como alternativa já consolidada para o rompimento com a lógica da mercadoria imposta aos pequenos agricultores.

Destacamos que apesar dos esforços empreendidos na construção da consciência, persiste a forte influência e a disputa proporcionadas pelo avanço do capital dentro dos assentamentos, expressa principalmente no crescente uso de insumos, pelo eventual assalariamento e pela subsunção à lógica dos atravessadores.

A realidade nos mostra que a luta pela terra e pela sobrevivência no campo gera conflitos constantes que são o retrato da resistência de classe, da classe trabalhadora. Acreditar nesta resistência e avançar na organização dos trabalhadores é o desafio que está posto, segundo Fernandes (2008) “ao conquistarem a terra, ao serem assentadas, elas não produzem apenas mercadorias, criam e recriam igualmente a sua existência.” (p.3).

Concordamos com Fernandes (2011), quando afirma que:

A continuidade da hegemonia do agronegócio projeta o maior enfraquecimento do campesinato com o aumento do número de agricultores com renda insuficiente para sua sobrevivência. (...). O aumento do poder político do campesinato pelo fortalecimento de suas organizações e maior apoio da sociedade civil pode mudar o rumo do atual modelo de desenvolvimento do campo brasileiro, com a ampliação da participação da produção da agricultura familiar no valor bruto da produção. (...) (p.38).

Se acreditamos em uma possível transformação da sociedade e que a resistência dos trabalhadores é uma saída, devemos nos voltar às possibilidades concretas de transformação. Ainda que este seja um caminho tortuoso no qual as contradições afloram, há conquistas que nos revelam os conflitos e refletem a necessidade de avançar rumo à maior consciência para emancipação da classe.

Esse não será um processo rápido, mas o caminho que vêm sendo construído ao longo dos últimos trinta anos, com erros e acertos, é um caminho de mudança com alterações concretas na vida dos trabalhadores. Lutar pela permanência na terra é acreditar na possibilidade de construção de uma nova sociedade e as políticas públicas, como o PAA evidenciam este potencial transformador.

A preocupação maior ainda reside no fato de que as políticas públicas estão subsumidas à (des)ordem da democracia brasileira e novamente vemos uma reedição do que há de mais arcaico na direita brasileira. A luta por permanecer na terra é uma luta também por assegurar as conquistas e apesar da importância política, econômica, social e ambiental que o PAA demonstra, o programa continua com esse status, de programa, não havendo orçamento no Planejamento Plurianual do Governo e sendo sustentado a partir de negociações anuais junto ao Governo Federal.

Em tempos tão difíceis é bom lembrar o poeta Thiago de Melo:

Já Faz Tempo que Escolhi

*A luz que me abriu os olhos
para a dor dos deserdados
e os feridos de injustiça,
não me permite fechá-los
nunca mais, enquanto viva.
Mesmo que de asco ou fadiga
me disponha a não ver mais,
ainda que o medo costure
os meus olhos, já não posso
deixar de ver: a verdade
me tocou, com sua lâmina
de amor, o centro do ser.
Não se trata de escolher
entre cegueira e traição.
Mas entre ver e fazer
de conta que nada vi
ou dizer da dor que vejo
para ajudá-la a ter fim,
já faz tempo que escolhi.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUEM R.H.; ORTEGA, A.C.; REYDON, B.P. O setor público de pesquisa agrícola no estado de São Paulo – Parte I, **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, São Paulo, v.3, Ed. 1, p.79-132, 1986.

ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 3 ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001. p. 17-26

ALVES, F. Por que morrem os cortadores de cana? In: **Saúde e Sociedade**, v.15, n.3, set-dez 2006, p. 90-98.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BAPSTITELLA, C.S.L; VICENTE, M.C.M; FAGUNDES, P.R.S.F; FRANCISCO, V.L.F.S. Ocupação de Mão de Obra na Cultura da Laranja, Estado de São Paulo, 2011, IN: **Análise e indicadores do Agronegócio**, v. 6, n. 9, setembro 2011, 5p.

BELLENTANI, N.F. **A territorialização dos monopólios no setor sucroenergético**. São Paulo, 2014. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana da Universidade de São Paulo. 176 p.

BELLINGIERI, J. C.; BORGES, A. C.; SOUZA, J. G. Interpretações sobre fatores de exclusão de pequenos agricultores no setor citrícola. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 10, n. 1, p. 27-42, jan./jun. 2012.

BERBEROGLU y PETRAS. Classe, estado e desenvolvimento. In: VELTMEYER, H. (org). Herramientas para el cambio: manual para los estudios críticos del desarrollo. Universidad Mayor de San Andres: Plural Editores. 419 p. 2011.

BINI, D.L.C. Histórico da Expansão da Pecuária Bovina de Corte na Região de Araçatuba (SP). In: **Análise e indicadores do agronegócio**, v.4, n.5, maio 2009.

BOMBARDI, L. M. **Campesinato, Luta de Casse e Reforma Agrária (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo)**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

BORGES, A.C.G; COSTA, V.M.H.M. A Evolução do agronegócio citrícola paulista e o perfil da intervenção do Estado. **Revista Uniara**, n.17/18, 2005/2006, p. 101-124.

BRANDÃO, C.R., BORGES, M.C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, v.6, n 1, p. 51-62, jan/dez 2007.

CARNOY, Martin. Estado e Teoria política. (equipe de trad. PUCCAMP) 2ª ed. Campinas: Papirus, 1988. 339 p.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. (1997). Reforma agrária: de eleições a eleições. *Estudos Avançados*, 11(31), 99-109. Recuperado em 29 de maio de 2013, In: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-401419970003000006&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S0103-401419970003000006.

CASTRO OLIVEIRA, B.A.C. **Tempo de Travessia, tempo de recriação: profecia e trajetória camponesa**. São Paulo, 1998 Tese (Doutorado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

DELGADO, Guilherme. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003**. In INCRA. *Questão Agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual*. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005. pp.52-90.

DELGADO, Guilherme. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo, ICONE-Unicamp, 1985. 240 p.

FARIAS, L.F.F.C. **Agronegócio e luta de classes: diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital no complexo agroindustrial citrícola paulista**. Campinas, 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao Estudo do Camponato Brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST – 1979-1999**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

FERNANDES, B.M. A formação do MST no Brasil, Petrópolis, RJ, Vozes, 2000, p.319.

FERNANDES, B. M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. *En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005 p. 273-284.*

FERNANDES, B. M. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. pp. 173-224.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. G. **Questão agrária e disputas territoriais no Brasil**. Presidente Prudente, 2011. Inédito.

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro; Zahar, 1976.

FERREIRA, B. A reforma agrária no governo Lula, balanço 2003-2005. In: Revista da Associação brasileira de reforma agrária (ABRA). Vol.32. ago/dez, 2005

FERREIRA, B.; ALVES, F.; CARVALHO FILHO, J.J. **Constituição Vinte Anos: Caminhos e descaminho da Reforma Agrária – Embates (permanentes), Avanços (Poucos) e Derrotas (muitas)**. IPEA: Acompanhamento e Análise – Vinte anos de Constituição Federal. IPEA, BPS 17. Vol.2, Cap. 3, pp.155-223. Brasília – DF, 2009.

FLEXOR, G.; LEITE, S. P. **Análises de políticas públicas**: breve considerações teóricos-metodológicas. Relatório Final de Pesquisa “Avaliando a gestão de políticas públicas no Brasil: uma avaliação com ênfase no papel dos *policy-makers*”. Rio de Janeiro: CNPq/CPDA/UFRRJ, 2006. 22 p.

GOODMAN, David; SORJ, Bernard & WILKINSON, John. **Agroindústria, Políticas Públicas e Estruturas Sociais Rurais**. Revista de Economia Política n.º 20 1985,

HÖFLING, E. M. Estado de políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, Campinas, Nov. 2001.

IANNI, O. Relações de produção e proletariado rural. In: SZMRECSÁNYI, T. e QUEDA, O. (orgs.). **Vida rural e mudança social**. São Paulo, 1973, Cia Editora Nacional, p. 184-198.

IASI, M.L. **Ensaio sobre a consciência e a emancipação**. São Paulo, 2007, Expressão Popular, 172p.

KAGEYAMA, Angela. **A questão agrária brasileira: Interpretações Clássicas**. Revista ABRA. Campinas. 1992.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Portugal, Proposta (1980).

LEAL, S.C.T. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema/SP. In: **Revista Nera, Presidente Prudente**, Ano 18, no. 26, Ed. Especial, 2015, p. 147-164.

LÊNIN, V. I. **Estado e Revolução**. Expressão Popular, São Paulo, 2003, 144p.

LESSA, S. Lukács e a ontologia: uma introdução. **Outubro**, n. 5. 2006, p. 83-100.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999, 136 p.

MAINENTI, RENATA. **Reforma agrária e segurança alimentar no Brasil: Reflexões no contexto das políticas públicas sócias**. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de Brasília, UNB, Brasília-DF: 2012, 288p

MARQUES, P.E.M.; LE MOAL, M.F; ANDRADE, A.G.F. Programa de aquisição de alimentos (PAA) no estado de São Paulo. In: **Ruris, Vol. 8, no. 1, março 2011. p. 63-89**.

MARTINS, J.S. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, 157p.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981

MARX, K. **Trabalho estranhado e propriedade privada**. In. A dialética do Trabalho: escritos de Marx e Engels. Ricardo Antunes (Org). São Paulo: Expressão Popular, 2004, 160p.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MAZOYER, M. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; 2008, 568 p.

MEDEIROS, L. S. A questão da reforma agrária no Brasil: 1955-1964. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MELO, F. B. H. Políticas de desenvolvimento agrícola no Brasil. In: SAYAD, J. (org.). **Resenhas de Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 1979. p.45-116.

MESZAROS, Istvan, **O desafio e o fardo do tempo histórico**, São Paulo: Boitempo, 2011, p.396.

MORENO, L.M. Transição da colheita de cana-de-açúcar manual para mecanizada no Estado de São Paulo: cenários e perspectivas, 2011. Dissertação (Mestrado em Energia). Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo.

NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 8 ed, 2012, p.271.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, A. U. de. **Mundialização da agricultura brasileira**. 2014. Obra Inédita.

PELLEGRIN, R.A.M. **MST, Cutrale e Núcleo Colonial Monção: Estudos Preliminares de um Conflito**. In: Anais da Jornada de Estudos Agrários: territórios e movimentos sociais. Novembro de 2014.

PEREIRA, J. M. M.; ALENTEJANO, P. **Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014)**. Revista *Tempos Históricos*, v. 18, p. 73-111, 2014.

PERPÉTUA, G.M. **A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel: um estudo a partir de três lagoas (ms)**, 2012. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados.

PETRAS, H. y H. Veltmeyer (2003), “Los campesinos y el estado en América: Un pasado turbulento, un futuro incierto,” *Problemas del Desarrollo*, Vol. 34, No. 131: 7-64.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 43 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PRZEWORSKY, A. **Capitalismo e Social Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, A.C.; ARAÚJO, R. Flexibilização e precarização no trabalho feminino nos frigoríficos. In: <http://www.ronaldofrutuozo.com.br/seminariotrabalho>, 2014, 25p.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 477p.

ROSA, F.R.T. **Fatores críticos da competitividade da cadeia produtiva da carne bovina do Estado de São Paulo**. 2009. (Dissertação). Mestrado em Gestão de Sistemas Agroindustriais. Universidade Federal de São Carlos.

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978

SAQUET, M.A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2008, 192p..

SILVA, I.J. **Estado e agricultura no primeiro governo Vargas (1930-1945)**. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2010. 268 p.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Ômega, 1976, 120 p.

SIQUEIRA, C. **MPT encontra trabalho escravo em laranjais de São Paulo**. In: <http://noticias.terra.com.br>, 25 de junho de 2014, acessado em 22 de janeiro de 2015.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. UNESP, 2003.

THOMAZ JUNIOR, A. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. **Scripta Nova: Revista**

electrónica de grografía y ciencias sociales, Barcelona, Vol 11, n. 245 (46), Ago. 2007.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2004. 185 p.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI : (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). Universidade Estadual Paulista (livre-docência) – Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia 2009, 499p

VELTMEYER, H. “**La dinámica de lãs ocupaciones de tierras em América Latina**”. **Recuperando la tierra. El resurgimiento de movimientos rurales em África, Asia y América Latina**. Sam Moyo y Paris Yeros (coord.) Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008.

VELTMEYER, H., “La crisis y América Latina,” **Problemas del Desarrollo**, vol. 41, núm. 160, enero-marzo (2010) p. 13-38.

VICENTE, J.R. **Balança Comercial dos Agronegócios Paulista e Brasileiro no Ano de 2014**. In: <http://www.iea.sp.gov.br> (acessado em 21 de abril de 2015), 2014, 11p.

WELCH, C.A.; FERNANDES, B.M., **Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil**. In: Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 161-190.

WESZ JÚNIOR, V.J; GRISA, C., **Os dez anos do plano safra da agricultura familiar: um convite a reflexão**. In: Observatório das políticas públicas para a agricultura, n. 42, julho (2012), p. 1-5